UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

ARIADNE DE ROQUE PIRES

OS RELATÓRIOS KUÑANGUE ATY GUASU, GRANDE ASSEMBLEIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI DE MS: UMA ANÁLISE À LUZ DOS ESTUDOS CRÍTICOS DE LINGUAGEM

Campo Grande/MS

2026

ARIADNE DE ROQUE PIRES

OS RELATÓRIOS KUÑANGUE ATY GUASU, GRANDE ASSEMBLEIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI DE MS: UMA ANÁLISE À LUZ DOS ESTUDOS CRÍTICOS DE LINGUAGEM

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.
Área de concentração: 2. Estudos Linguísticos
Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Arlésia de Souza Ferretti.

Campo Grande/MS

2026

P743r Pires, Ariadne de Roque

Os relatórios *Kunãngue Aty Guasu*, Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani de MS: uma análise à luz dos estudos críticos de linguagem / Ariadne de Roque Pires. – Campo Grande, MS: UEMS, 2026.
156 p.

Dissertação (Mestrado) – Mestrado Acadêmico em Letras (PPGLETRAS) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2026.
Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Arlésia de Souza Ferretti.

1. Análise crítica do discurso 2. Papel de gênero 3. Mulheres—Atividade política 4. Povos indígenas da América do Sul — Brasil — Mato Grosso do Sul — Política e governo 5. Pós-colonialismo I. Ferretti, Vanessa Arlésia de Souza II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. III. Título.

CDD 23 ed. 306.44098171

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Aline Perdomo Soutelo, inscrita sob o CRB n. 3668 - 1ª Região.

ARIADNE DE ROQUE PIRES

OS RELATÓRIOS KUÑANGUE ATY GUASU, GRANDE ASSEMBLEIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI DE MS: UMA ANÁLISE À LUZ DOS ESTUDOS CRÍTICOS DE LINGUAGEM

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: 2. Estudos Linguísticos

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Vanessa Arlésia de Souza Ferretti (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Adilson Crepaldi
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Profa. Dra. Maria Cristina Macedo Alencar
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA

Profa. Dra. Amanda Cristina Danaga - Suplente
Universidade Estadual Paulista/UNESP

Profa. Dra. Aline Saddi Chaves - Suplente
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Campo Grande/MS, 23 de setembro de 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, fonte de força, sabedoria e sustento ao longo desta caminhada. Nos momentos de cansaço e incerteza, foi na fé que encontrei serenidade para seguir e coragem para persistir. Sua presença me sustentou diante das dificuldades e renovou minhas esperanças quando a conclusão deste trabalho parecia distante.

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), minha gratidão por acolher meus sonhos, fortalecer minha formação e possibilitar a realização desta etapa tão significativa de minha trajetória acadêmica e pessoal. As leituras, os encontros e as discussões vivenciadas nesse espaço ampliaram minha compreensão da linguagem e de seu papel nas relações sociais, contribuindo para minha formação como professora e pesquisadora.

À minha orientadora, professora Vanessa Arlésia, expresso minha profunda e afetuosa gratidão. Sua escuta sensível, generosidade intelectual, paciência e confiança foram fundamentais para a construção desta pesquisa e para o fortalecimento da minha voz como pesquisadora. Agradeço pelas leituras cuidadosas, pelos questionamentos que me fizeram rever caminhos e pelas orientações que deram consistência às minhas reflexões. Nos momentos de dúvida, seu apoio me ajudou a reconhecer minhas possibilidades e a continuar. Com você, aprendi que pesquisar exige rigor, responsabilidade e disposição para repensar as próprias certezas. Sua orientação marcou minha formação e a maneira como compreendo meu compromisso com o conhecimento e com as pessoas cujas palavras atravessam esta dissertação. Levarei comigo seus ensinamentos, sua humanidade e a gratidão por ter compartilhado comigo esta etapa tão importante da minha vida.

Ao coordenador do programa, professor André Benatti, agradeço pelo apoio, pela atenção e pelo compromisso com a formação acadêmica. Aos professores Márcio Maciel e Altamir Botoso, minha gratidão pelo incentivo, pela confiança e pelos ensinamentos que enriqueceram minha formação e contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

À professora Mírcia Conchalo, dedico um agradecimento especialmente carinhoso pelo acolhimento, pelo incentivo e pela confiança. Sua maneira atenciosa de ouvir e suas palavras de apoio foram importantes ao longo desta caminhada, sobretudo nos momentos em que precisei recuperar a confiança em mim e no trabalho que estava

desenvolvendo. Agradeço por reconhecer minhas possibilidades e por me encorajar a seguir, mesmo diante das dificuldades. Sua presença em minha trajetória deixou aprendizados que levarei para a vida acadêmica e para minha atuação como professora. Guardo com carinho o cuidado recebido e a lembrança de que um gesto de acolhimento pode fazer diferença na vida de quem está tentando chegar até o fim.

Aos integrantes da comissão examinadora, agradeço pela leitura atenta, pela disponibilidade e pelas contribuições à dissertação. As observações e os questionamentos apresentados foram importantes para o amadurecimento do trabalho e para a reflexão sobre minhas escolhas teóricas e analíticas.

Às minhas amigas Adrianna, Gislaine, Gabriela, Ângela e Amanda, agradeço pela amizade, pela escuta e pelo apoio constante, que tornaram esta caminhada mais leve. De modo muito especial, Adrianna e Gabriela estiveram comigo com afeto e sensibilidade, acolhendo minhas angústias, compartilhando esperanças e celebrando cada pequena conquista. A amizade de vocês foi abrigo nos momentos em que mais precisei. Obrigada pelas palavras de incentivo e por me lembrarem de que eu não estava sozinha.

Aos meus pais, Enir e Euridice, minha eterna gratidão pelo amor, pelos ensinamentos e por serem meu alicerce. Reconheço, nesta conquista, a importância dos valores que me transmitiram e de tudo o que representam em minha vida. O que construí até aqui também carrega a história de vocês e os aprendizados que recebi em nossa família.

Aos meus filhos, Ana, Paulo, Marcos e José, dedico meu mais profundo amor e agradecimento. Vocês são a razão maior da minha força e persistência. Entre as responsabilidades da maternidade, do trabalho e da pesquisa, o amor por vocês me deu motivos para continuar. Cada página desta dissertação carrega a marca desse amor e do desejo de mostrar que podemos buscar nossos sonhos mesmo quando o caminho exige tempo, esforço e recomeços. Esta conquista também é de vocês.

Às mulheres Guarani e Kaiowá, cujas palavras e reivindicações constituem o centro desta pesquisa, expresso meu respeito. A leitura dos documentos da Kuñangue Aty Guasu ampliou minha compreensão de suas lutas e da responsabilidade envolvida nesta pesquisa. Por fim, agradeço a todos que caminharam comigo e contribuíram para esta conquista, que representa o esforço de conciliar a maternidade, o trabalho e a vida acadêmica, mantendo o compromisso com um projeto que faz parte da minha história.

OS RELATÓRIOS KUÑANGUE ATY GUASU, GRANDE ASSEMBLEIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI DE MS: UMA ANÁLISE À LUZ DOS ESTUDOS CRÍTICOS DE LINGUAGEM

Resumo: A presente dissertação analisa a relação entre discurso, identidade e gênero social a partir de uma perspectiva crítica e feminista decolonial, tomando como corpus os *Relatórios Kuñangue Aty Guasu*, produzidos por mulheres indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul. Fundamentada nos Estudos Críticos de Linguagem (Fairclough, 1992; 2003; 2016) e nas teorias da decolonialidade (Quijano, 2010; Lugones, 2008; 2014), investiga como a categoria colonial de *gênero* é agenciada e ressignificada nesses documentos. Partindo da noção de que o discurso constitui prática social e espaço de disputa simbólica, a análise busca compreender de que forma as mulheres indígenas reelaboram conceitos coloniais e produzem resistência por meio da linguagem. O trabalho propõe o conceito de *proto-colonialidade do* gênero para designar práticas discursivas hierarquizantes anteriores à colonização moderna identificadas em tradições ocidentais clássicas, como a Grécia Antiga, sem equipará-las diretamente à colonialidade moderna. A pesquisa adota metodologia qualitativa e interpretativista, com enfoque na Análise Crítica do Discurso e na articulação entre tradição e agência política das mulheres indígenas. Os resultados evidenciam que, nos relatórios, a linguagem se configura como território de resistência, descolonização epistêmica e afirmação identitária, desafiando a matriz de gênero eurocentrada e reafirmando saberes ancestrais. Assim, consolida-se como instrumento de luta, (re)existência e reconstrução das identidades coletivas femininas indígenas.

Palavras-chave: discurso; gênero; colonialidade; mulheres indígenas; Kuñangue Aty Guasu.

THE KUÑANGUE ATY GUASU REPORTS, GREAT ASSEMBLY OF KAIOWÁ AND GUARANI WOMEN OF MS: A CRITICAL LANGUAGE ANALYSIS

Abstract: This dissertation examines the relationships among discourse, identity, and social gender from a critical and decolonial feminist perspective, using as its corpus the *Kuñangue Aty Guasu Reports*, produced by Guarani and Kaiowá Indigenous women from the state of Mato Grosso do Sul, Brazil. Grounded in Critical Language Studies (Fairclough, 1992; 2003; 2016) and decolonial theory (Quijano, 2010; Lugones, 2008, 2014), the study investigates how the colonial category of gender is appropriated, contested, and resignified in these documents. Based on the assumption that discourse constitutes a social practice and a site of symbolic struggle, it seeks to understand how Indigenous women rework categories imposed by colonial modernity and construct forms of resistance through language. As a theoretical contribution, the study proposes the concept of proto-coloniality of gender to designate practices of gender-based hierarchization identified in Western traditions that predate modern colonial expansion, particularly in Ancient Greece, without equating them with the coloniality of power. The research adopts a qualitative and interpretive approach, informed by Critical Discourse Analysis and by the dialogue among decoloniality, identity, and the political agency of Indigenous women. The findings demonstrate that, in these reports, language constitutes a territory of resistance, epistemic decolonization, and identity affirmation, challenging the Eurocentric gender matrix, valuing ancestral knowledge, and strengthening processes of Indigenous women's (re)existence and the reconstruction of their collective identities.

Keywords: discourse; gender; coloniality; Indigenous women; Kuñangue Aty Guasu.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10
1. ESTUDOS CRÍTICOS DE LINGUAGEM 15
1.1 Conceito de ideologia e signo linguístico 15
1.2 Discurso, identidade coletiva e colonização 19
2 A COLONIALIDADE DO PODER E DO GÊNERO: UM LEGADO PERSISTENTE 23
3 A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS: RESPONDENDO À COLONIALIDADE 36
3.1 O feminismo decolonial 36
3.2 Feminismos e a agência de mulheres indígenas 39
4 PERCURSO METODOLÓGICO 60
4.1 Tipo de pesquisa 60
4.2 *Corpus* de análise 63
4.3 Categorias analíticas 70
5 OS RELATÓRIOS DA GRANDE ASSEMBLEIA DE MULHERES 73
5.1 Apresentação dos relatórios em termos discursivos: descrevendo sua organização temática e estilístico-composicional 73
5.2 As línguas nos e dos Relatórios 92
5.3 A categoria colonial de gênero social nos relatórios 115
CONSIDERAÇÕES FINAIS 137
REFERÊNCIAS 144
APÊNDICE A – REGISTRO DO USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL 154

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga como questões relacionadas à categoria colonial de gênero social são construídas e reelaboradas discursivamente nos documentos da Kuñangue Aty Guasu — Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul. O estudo focaliza as relações entre discurso, identidade e poder, considerando como as mulheres apresentam denúncias, formulam reivindicações e afirmam sua participação nas decisões que envolvem seus corpos, seus territórios e suas comunidades.

Os documentos produzidos no âmbito da Kuñangue Aty Guasu registram demandas coletivas e posicionamentos políticos das mulheres Kaiowá e Guarani. Sua análise permite investigar como elas se apresentam como sujeitos de direitos, nomeiam as violências que enfrentam e estabelecem interlocução com instituições e outros setores da sociedade. Nessa perspectiva, a linguagem participa da organização da ação coletiva e da disputa pelos sentidos atribuídos às suas experiências.

A investigação se insere nos Estudos Críticos de Linguagem, fundamentando-se na compreensão do discurso como prática social. Conforme Fairclough (2016), o discurso constitui e é constituído pelas relações sociais, podendo participar tanto da reprodução quanto da transformação das relações de poder. Essa abordagem orienta a análise das escolhas linguísticas presentes nos documentos em sua relação com as condições históricas e sociais de produção, circulação e interpretação.

As contribuições do Círculo de Bakhtin também integram a fundamentação da pesquisa, especialmente na compreensão do caráter social e valorativo da linguagem (Volóchinov, 2017) e da organização dos gêneros do discurso (Bakhtin, 2011). Esses conceitos contribuem para examinar a constituição dos documentos, seus interlocutores e os posicionamentos expressos pelas enunciadoras. Sua articulação com a abordagem crítica do discurso é desenvolvida no capítulo teórico, considerando as funções específicas de cada contribuição na análise.

A perspectiva decolonial orienta a problematização das relações entre gênero, classificação social e poder. Quijano (2010) discute a colonialidade como um padrão de poder constituído no processo colonial e cujos efeitos persistem para além do encerramento das administrações coloniais. Lugones (2008, 2014), por sua vez, examina a articulação entre gênero e racialização no sistema moderno/colonial, questionando a

universalização de concepções de feminino e masculino assentadas em experiências eurocentradas.

Neste trabalho, a expressão “categoria colonial de gênero social” delimita a investigação de formas de classificação e hierarquização dos sujeitos vinculadas ao processo moderno/colonial. Seu emprego não pressupõe que as mulheres indígenas apenas reproduzam categorias externas às suas experiências. Interessa compreender como questões relacionadas ao gênero são mobilizadas, negociadas ou contestadas nos documentos, inclusive quando se manifestam por meio de referências aos corpos, à participação política, às responsabilidades coletivas, à violência e aos direitos, sem a ocorrência explícita da palavra “gênero”.

Essa abordagem exige atenção às especificidades históricas e socioculturais das mulheres Kaiowá e Guarani. As categorias teóricas são utilizadas como instrumentos de investigação, cuja pertinência deve ser examinada na leitura dos documentos. Evita-se, assim, tomar experiências ocidentais como parâmetros universais ou atribuir às mulheres indígenas uma identidade homogênea e desvinculada das condições em que vivem e atuam.

A agência das mulheres constitui uma dimensão central da pesquisa. Sua investigação considera a capacidade de formular posicionamentos, organizar demandas e estabelecer interlocuções em condições atravessadas por relações de poder. A análise busca observar como essa atuação se realiza discursivamente, sem pressupor que todos os documentos apresentem os mesmos posicionamentos ou produzam os mesmos efeitos. Diante desse recorte, a pesquisa é orientada pela seguinte pergunta: de que maneira a categoria colonial de gênero social é apresentada e problematizada nos documentos da Kuñangue Aty Guasu, e como as relações de poder entre os gêneros são expressas nesses documentos?

Parte-se da hipótese de que os documentos constituem espaços de agenciamento e de ressignificação de conceitos e pressupostos coloniais pelas mulheres Kaiowá e Guarani. Essa hipótese orienta o exame das formas pelas quais as enunciadoras apresentam suas experiências e reivindicações, considerando suas relações com os interlocutores e com as condições de produção dos textos. A ressignificação é, portanto, uma possibilidade a ser investigada no corpus, e não uma característica atribuída antecipadamente a todos os documentos.

A relevância desta pesquisa é delimitada em diálogo com estudos que abordam as relações de gênero, a organização política e as práticas comunicativas das mulheres

Kaiowá e Guarani. O levantamento bibliográfico preliminar, realizado em outubro de 2026 mediante buscas por combinações dos termos “mulheres”, “Kaiowá”, “Guarani” e “Kuñangue Aty Guasu”, permitiu identificar trabalhos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com conferência dos registros nos repositórios institucionais. Para esta discussão, foram selecionadas pesquisas cujos títulos e resumos apresentam relação direta com as mulheres Kaiowá e Guarani e com as dimensões investigadas nesta dissertação. Esse levantamento não pretende esgotar a produção existente, mas situar o recorte da pesquisa diante de trabalhos pertinentes.

Na área da Antropologia, Souza (2013), *em Cosmos, corpos e mulheres Kaiowa e Guarani de Aña à Kuña*, desenvolve uma investigação etnográfica sobre as relações entre cotidiano, corporalidade, cosmologia e gênero. O trabalho de campo e a interlocução com mulheres permitem examinar sua participação nas relações de parentesco, nas práticas rituais e nos espaços de decisão. A autora evidencia a articulação entre essas dimensões da vida social, contribuindo para compreender a atuação feminina em suas especificidades. A presente dissertação dialoga com essa contribuição para contextualizar a leitura dos documentos, adotando um percurso documental voltado às formas de enunciação e à construção de sentidos nos textos selecionados.

Mais diretamente relacionada ao objeto desta investigação, a pesquisa de Ferré (2023), em *Kuñangue Aty Guasu: ecoando as vozes das mulheres Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul*, apresenta uma aproximação temática e documental direta com esta investigação. A autora utiliza relatórios e outros documentos das assembleias e mapeamentos de violência para discutir direitos e organização política em perspectiva decolonial. Suas conclusões destacam a dimensão coletiva das reivindicações e a centralidade da luta territorial. Essa proximidade situa a contribuição pretendida pela presente dissertação: examinar como recursos linguístico-discursivos específicos participam da construção de questões relacionadas à categoria colonial de gênero social. A diferença reside, assim, na pergunta e nos procedimentos analíticos aplicados à materialidade dos textos.

Por sua vez, no campo da Comunicação, Rocha (2024), em *Etnomídia e interseccionalidades: práticas comunicativas das mulheres Guarani e Kaiowá no Instagram*, combina um levantamento de 322 publicações, realizadas entre janeiro e junho de 2023, com a análise qualitativa do perfil e de sete postagens. A pesquisa mobiliza a roleta interseccional e contribuições da Análise do Discurso para investigar práticas comunicativas e representações. Entre seus resultados, destaca a construção de uma

imagem coletiva das mulheres e o uso da comunicação para denunciar violências e mobilizar apoio. Há, portanto, uma aproximação com esta dissertação no interesse pelas identidades e pela atuação política. A distinção está no corpus e no percurso teórico-metodológico: aqui, os documentos selecionados das assembleias são examinados com base nos Estudos Críticos de Linguagem e na perspectiva feminista decolonial.

A comparação entre esses trabalhos permite situar a presente investigação em um campo de pesquisas que já reconhece a atuação das mulheres Kaiowá e Guarani e sua produção política e comunicativa. A contribuição pretendida consiste em relacionar o exame de recursos como a enunciação coletiva, as escolhas lexicais, as nominalizações, os paralelismos sintáticos e as modalizações à construção discursiva de questões de gênero. Interessa compreender como esses recursos participam da apresentação de denúncias e reivindicações e da construção das mulheres como interlocutoras diante das instituições.

Dessa forma, a justificativa se fundamenta na especificidade do problema e do tratamento analítico do corpus. A pesquisa pretende contribuir para compreender como questões relacionadas à categoria colonial de gênero social são construídas e reelaboradas nos documentos, inclusive quando a palavra "gênero" não aparece explicitamente. Esse recorte reconhece a produção acadêmica existente e delimita uma contribuição situada, sem reivindicar ineditismo absoluto nem generalizar as experiências analisadas para todas as mulheres indígenas.

Portanto, o **objetivo geral** desta pesquisa é **analisar como questões relacionadas à categoria colonial de *gênero social* são (re)construídas discursivamente por mulheres indígenas Guarani e Kaiowá nos documentos produzidos no âmbito da *Kuñangue Aty Guasu* – Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, considerando suas relações com colonialidade, identidade, território, violência, direitos e resistência.**

Como objetivos específicos, pretende-se:

(i) Apresentar e discutir a categoria de *gênero social* a partir de uma perspectiva feminista decolonial, considerando sua constituição no processo moderno/colonial e suas relações com as formas de poder e classificação social;
(ii) Investigar, por meio de levantamento bibliográfico, as relações entre colonialidade, gênero e as experiências históricas das mulheres Guarani e

Kaiowá em Mato Grosso do Sul, considerando as especificidades de seus contextos socioculturais e políticos;

(iii) Analisar como questões relacionadas à categoria colonial de *gênero social* são (re)construídas discursivamente nos documentos selecionados da *Kuñangue Aty Guasu*, articulando-as às discussões desenvolvidas nos objetivos anteriores e considerando, entre outros aspectos, sua relação com identidade, território, violência, direitos e resistência.

A fim de dar conta de tais objetivos, a presente dissertação está organizada em cinco capítulos que articulam apresentação da fundamentação teórica e do contexto histórico e análise dos relatos das assembleias das mulheres indígenas. Inicialmente, o primeiro capítulo apresenta os estudos críticos de linguagem, discutindo os conceitos de ideologia, signo linguístico e identidade coletiva, estabelecendo a base teórica para a análise subsequente. Em seguida, o segundo capítulo contextualiza a *colonialidade do poder* e *do gênero*, evidenciando seu legado persistente nas relações sociais. O terceiro capítulo focaliza a perspectiva decolonial e a luta das mulheres indígenas, abordando o feminismo decolonial, a agência dessas mulheres na Kuñangue Aty Guasu como espaço coletivo de resistência.

O quarto capítulo detalha o percurso metodológico, incluindo o tipo de pesquisa, *corpus* de análise e categorias analíticas adotadas, garantindo assim transparência e rigor na investigação. No âmbito dos Estudos Críticos de Linguagem, esta pesquisa oferece como contribuição teórico-analítica a proposição da categoria de *proto-colonialidade do gênero*, concebida como operador interpretativo para compreender a historicidade discursiva das hierarquias de gênero posteriormente rearticuladas na colonialidade moderna. Posteriormente, o quinto capítulo analisa os relatórios da grande assembleia de mulheres e também discute a categoria gênero social presentes nos relatos das assembleias Guaranis e Kaiowás, articulando teoria e prática analítica na perspectiva decolonial e evidenciando as dinâmicas de poder e resistência presentes nos discursos indígenas.

1. ESTUDOS CRÍTICOS DE LINGUAGEM

A presente pesquisa se ancora teoricamente nos Estudos Críticos de Linguagem. Essa perspectiva pode ser entendida como um conjunto de teorias que examinam a linguagem não apenas como meio de comunicação, mas como instrumento de produção e organização de relações sociais, ideologias e estruturas de poder. Sob essa perspectiva, a linguagem é historicamente situada, e seu uso reflete e, ao mesmo tempo, influencia práticas sociais, construindo sentidos que vão além do plano puramente comunicativo. Assim, os Estudos Críticos de Linguagem destacam a função social do discurso, enfatizando seu papel na construção e manutenção de relações de poder e na mediação de significados culturais.

Especificamente, são relevantes para o presente trabalho os conceitos como *discurso*, *signo linguístico*, *signo ideológico*, pressupostos como o do *aspecto constitutivo do discurso na construção de identidades coletivas*, entre outros, os quais são discutidos nas seções seguintes oferecendo a base teórica necessária para a análise do material empírico e para a compreensão das dinâmicas de poder e significação presentes nos discursos estudados.

1.1 Conceito de ideologia e signo linguístico

Para a Análise Crítica de Discurso (ACD), perspectiva que embasa o presente estudo, o *discurso* é concebido como uma prática social, no sentido de que ele é uma forma de ação que constitui e é constituída pela sociedade. Nesse sentido, o discurso é a língua em seu uso concreto, a linguagem em ação dentro de um contexto social, histórico e ideológico específico (Fairclough, 2016). Não é apenas uma maneira de se comunicar, mas um processo ativo que molda a realidade social e é moldado por ela. Para Fairclough (2016, p. 95), “qualquer uso da linguagem, seja ela oral ou escrita, pode ser considerado discurso, o discurso pode ser considerado como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais”. Para o autor, o discurso não acontece de maneira individual, ele é constituído por e constitutivo de estruturas e processos sociais mais amplos.

Portanto, é apenas no discurso que a língua ganha vida, que ela é interpretada e carrega sentidos/valores, tornando-se um campo dinâmico de produção e disputa de significados, como o abuso de poder de grupos dominantes ou a resistência de grupos

dominados (Fairclough, 2016; Volochinov, 2017; van Dijk, 2015, entre outros). Essa compreensão da linguagem como prática social e ideológica é central para os estudos discursivos. Volochinov (2017), ao criticar a visão formalista da gramática, afirma que a língua não é um sistema autônomo, mas algo que se concretiza nos enunciados reais, situados historicamente, carregados de valores e orientações sociais. Nas palavras de Volochinov (2017),

> A língua é uma realidade ideológica puramente concreta, sendo precisamente o enunciado concreto, a manifestação individual e irrepetível da comunicação verbal, o fenômeno básico da língua. A língua só existe nos enunciados concretos de seres humanos concretos e individuais, e esses enunciados são produtos de uma interação social viva, que é por sua vez determinada pelas condições sociais mais amplas da vida do falante. [...] Não existe enunciado (e, por conseguinte, nenhuma forma da língua) que não esteja impregnado de orientação valorativa e de sentido. A forma da linguagem é inseparável do conteúdo ideológico. (Volochinov, 2017, p. 122)

Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), a língua não é vista como um sistema neutro ou meramente gramatical, mas como uma prática social que constrói, mantém e contesta relações de poder. Para Fairclough (2016), o discurso é uma forma de ação social que se materializa em enunciados concretos, nos quais escolhas lexicais, estruturais e estilísticas carregam ideologias e posicionamentos sociais.

Dessa maneira, é através dos enunciados concretos, do discurso, ou seja, da realização do potencial oferecido pela língua – das escolhas lexicais, do vocabulário (das palavras individuais), das escolhas gramaticais – que materializamos e (re)produzimos nossos valores; morais, religiosos, científicos, estéticos, nossas crenças e valorações. Como aponta van Dijk (2008), o discurso desempenha papel central na reprodução do racismo, da dominação e das exclusões sociais, operando muitas vezes de forma sutil, naturalizada e invisível. Cada sujeito/ator social está propenso à formação de ideais, crenças e valores identitários, culturais e linguísticos quando se posiciona como agente transformador de suas próprias práticas discursivas contestando e reestruturando-as.

Portanto, compreender a linguagem como prática discursiva é essencial para analisar os modos pelos quais a ideologia se manifesta na vida cotidiana e como diferentes grupos sociais lutam para afirmar sentidos, disputar hegemonias e resistir às imposições simbólicas. Conforme Volochinov (2017), é a natureza semiótica da língua em uso que dá a ela o caráter de (re)produzir e transformar as realidades sociais. Como explica o autor, todo *signo linguístico* é, na verdade, um *signo ideológico*, ou seja, é atravessado por valores sociais e históricos: uma palavra, um texto ou qualquer outro signo não é

neutro, mas carrega significados que refletem e refratam relações de poder, ideias e interesses sociais. Sendo assim, o signo linguístico é um espaço de luta ideológica, pois diferentes grupos sociais podem atribuir sentidos distintos ao mesmo signo, influenciando a percepção da realidade.

Como argumentam Fairclough (2016), Volochinov (2017), van Dijk (2015), entre outros, o discurso deve ser compreendido como prática social e ideológica, sendo atravessado por relações de poder, disputas simbólicas e contextos históricos específicos. Nas palavras de Volochinov (2017, p. 117), "a palavra é o fenômeno ideológico por excelência". Essa perspectiva evidencia que o enunciado não é apenas uma forma linguística, mas uma construção situada, orientada por valores, ideologias e posições sociais. Desse modo, os discursos não apenas refletem a realidade, mas participam ativamente de sua constituição, (re)produzindo sentidos e relações de dominação.

A *ideologia*, nesse sentido, é entendida nesta pesquisa como sendo um sistema de ideias, crenças, valores e concepções que modelam a maneira como as pessoas interpretam a realidade e se posicionam no mundo. Nas palavras de Fairclough (2016, p. 122), "ideologias são significações/construções do mundo que estão relacionadas às relações de poder e dominação: elas são construções do mundo que contribuem para a produção, reprodução ou transformação dessas relações." Portanto, a realidade está em constante disputa via disputas discursivas (Ferretti, 2021). Como exemplo, a palavra *tradição* pode ser valorada de um modo ou de outro, positivo ou negativo, a depender da perspectiva ideológica a qual se filia, se um grupo conservador ou um grupo progressista. Em síntese, a disputa pelo signo aponta, na verdade, para uma disputa por determinada forma de representar o mundo e agir sobre ele; de representar os outros neste mundo e representar a si mesmo.

Conforme Volochínov (2017), a própria consciência é constituída por signos, e a ideologia se materializa na linguagem por meio da interação social, assim sendo, o enunciado é a unidade fundamental dessa concepção, na qual as relações de poder e os conflitos sociais se manifestam. Assim, a ideologia não é um invólucro da linguagem, mas reside em sua própria essência, cada signo linguístico pode assumir múltiplos significados, conotações e valorações dependendo do contexto social e da intenção do falante.

Diante disso, a língua tem o papel de construir significados, valores e estabelecer relações hierarquizantes de poder e de privilégios. Além disso, ela é fundamental no processo de construção de identidades, e através dela é possível identificar a

representação social, um produto ideológico, atribuído ao discurso do sujeito durante sua reprodução. Conforme Volochinov (2017, p. 22): “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo”.

As condições sociais de produção e circulação dos discursos interferem nas possibilidades de participação dos sujeitos e no reconhecimento de suas posições. Na perspectiva de Fairclough (2016), essa relação envolve tanto os condicionamentos das estruturas sociais quanto as possibilidades de ação sobre elas. A agência dos sujeitos é historicamente situada: suas intervenções se realizam em relações marcadas por desigualdades, convenções e disputas, cujos efeitos precisam ser examinados em cada contexto.

Nos documentos da Kuñangue Aty Guasu, essa compreensão orienta a investigação de como as mulheres se apresentam como interlocutoras, atribuem responsabilidades e formulam exigências diante das instituições. A análise considera as escolhas linguísticas pelas quais esses posicionamentos são construídos, relacionando-as às condições de enunciação. Desse modo, a possibilidade de contestação das relações de poder deve ser sustentada pelo exame dos documentos, sem ser atribuída antecipadamente a toda manifestação discursiva das mulheres.

Logo, nossas práticas discursivas estão relacionadas aos grupos sociais aos quais pertencemos e também às relações de poder que constituem esses grupos. Além disso, nossa própria *identidade* também se dá historicamente no interior dessas relações. Considerando isso, compreender o modo como as *identidades coletivas* foram e são (re)criadas implica entender o processo de colonização, que consistiu na expansão de domínios europeus sobre territórios e povos, impondo estruturas políticas, sociais e culturais, explorando recursos e transformando práticas locais.

As consequências da *colonização* são variadas, podem incluir desequilíbrios econômicos, tensões culturais, como também legados políticos que podem ter efeitos duradouros nas ex-colônias. O processo de colonização impôs práticas sociais, econômicas e culturais em choque com as estruturas indígenas e africanas, por exemplo, rompendo a organização coletiva da terra, explorando os recursos naturais existentes, formas de liderança feminina e cosmologias próprias (Viveiro de Castro, 2015; Gallois, 2004).

Além disso, tal processo envolveu a imposição da cultura, da língua, dos costumes, da religião e do sistema político do colonizador ao país, à custa da supressão

da cultura dos povos nativos. Nesse movimento, o discurso como prática social e material constitutivo das relações de poder e dominação teve e continua tendo papel substancial, especialmente na construção discursiva de identidades sociais específicas aos povos colonizados, as quais se deram sempre em relação (de poder) com as identidades coletivas "do colonizador". Sobre tais aspectos trata a seção seguinte.

1.2 Discurso, identidade coletiva e colonização

A identidade é compreendida nesta pesquisa como uma construção histórica e relacional, constituída nas relações entre sujeitos, grupos e instituições. Hall (1998) permite problematizar sua concepção como uma característica fixa e unificada, ao discutir os processos de identificação e as formas de representação que oferecem diferentes posições aos sujeitos. Essa perspectiva interessa à investigação porque permite examinar como as mulheres Kaiowá e Guarani se apresentam nos documentos, quais pertencimentos mobilizam e diante de quais interlocutores formulam seus posicionamentos.

Compreender a identidade como histórica não significa considerar os pertencimentos livremente disponíveis à escolha individual. As possibilidades de identificação se constituem em condições sociais específicas, que envolvem reconhecimento, desigualdade e disputa. Nos documentos da Kuñangue Aty Guasu, interessa observar como pertencimentos étnicos, vínculos territoriais e experiências compartilhadas são articulados na apresentação de um sujeito coletivo. Essa construção precisa ser examinada nos enunciados, sem pressupor que todas as mulheres tenham experiências idênticas ou que o coletivo elimine suas diferenças internas.

A contribuição de Woodward (2014) aprofunda essa discussão ao relacionar identidade e diferença. A identificação de um grupo envolve fronteiras de pertencimento e formas de distinção em relação a outros sujeitos. Essas fronteiras podem organizar relações desiguais quando determinadas diferenças são utilizadas para legitimar exclusões. Por isso, a análise das identidades coletivas exige investigar tanto as formas de autoidentificação quanto as representações atribuídas aos sujeitos por instituições e grupos com os quais se relacionam.

No corpus desta pesquisa, essa abordagem orienta o exame das nomeações pelas quais as mulheres se apresentam e identificam seus interlocutores. Importa considerar quem é incluído em uma referência coletiva, quais experiências justificam essa associação

e que responsabilidades são atribuídas aos demais participantes. A diferença constitui, assim, uma relação a ser investigada na organização dos documentos: pode delimitar pertencimentos, estabelecer interlocuções ou evidenciar posições desiguais de poder.

A perspectiva decolonial situa essas relações em uma história de classificação e hierarquização dos povos. Quijano (2010) permite compreender como a racialização participa da constituição de um padrão de poder que ultrapassa o período das administrações coloniais. Sua contribuição é relevante para esta pesquisa porque impede tratar as representações dos povos indígenas como imagens isoladas das relações materiais em que foram produzidas. As classificações sociais também se relacionam à distribuição de autoridade, ao reconhecimento dos conhecimentos e às condições de acesso aos territórios.

Lugones (2008) problematiza a articulação entre racialização e gênero no sistema moderno/colonial. Essa contribuição orienta o questionamento de interpretações que tomam uma experiência universal de mulher como referência para compreender as mulheres indígenas. Na análise dos documentos, torna-se necessário examinar como as relações de gênero são significadas em conexão com o pertencimento étnico, o território e a organização coletiva. Esses vínculos não podem ser reduzidos a uma enumeração de características, sua articulação precisa ser demonstrada na leitura dos enunciados.

A aproximação entre os estudos sobre identidade e a perspectiva decolonial exige delimitar suas funções. Woodward (2014) contribui para compreender os processos de identificação e diferenciação, enquanto Mignolo (2003) permite problematizar a hierarquização dos conhecimentos e os lugares de enunciação constituídos nas relações coloniais. Quijano (2010) e Lugones (2008), por sua vez, orientam a discussão dos padrões de poder que articulam classificação racial e relações de gênero. Essa aproximação permite investigar como as mulheres Kaiowá e Guarani afirmam pertencimentos e conhecimentos em condições históricas desiguais de reconhecimento, sem reduzir suas identidades a essências imutáveis ou a escolhas individuais desvinculadas dessas relações.

As transformações das condições de existência e suas implicações para a vida coletiva aparecem na reflexão de Lucia Pereira:

> A comunidade vivia da natureza, matas, rios e hoje foi forçado a se adaptar, mas, antes, esses mesmos índios viviam livres, caçavam, pescavam; mas tudo isso nos foi tirado. As terras não estão sendo mais produtivas, as reservas se tornaram lugares de acomodação, os contatos frequentes com a cultura dos não indígenas transformou a nossa sociedade, fazendo surgir um novo tipo de pessoa. (Pereira, 2020, p. 31-32).

O contraste entre “antes” e “hoje” organiza uma interpretação histórica das transformações vividas pela comunidade. A passagem da possibilidade de caçar e pescar à adaptação forçada relaciona a mudança dos modos de vida à perda das condições que os sustentavam. A formulação “tudo isso nos foi tirado” apresenta essa transformação como experiência de expropriação compartilhada, enquanto “nossa sociedade” explicita o pertencimento da enunciadora ao coletivo sobre o qual fala.

A referência a um “novo tipo de pessoa” precisa ser compreendida nessa sequência argumentativa. Ela não permite concluir que o contato tenha eliminado a identidade indígena. O trecho relaciona a transformação das pessoas às mudanças nas condições territoriais e nas relações sociais. Sua contribuição para esta pesquisa está em evidenciar que os processos identitários envolvem condições concretas de existência, além das representações construídas sobre os sujeitos. Consequentemente, a análise dos documentos deve considerar como as referências ao pertencimento se articulam às denúncias de expropriação e às reivindicações territoriais.

Fairclough (2003) oferece instrumentos para investigar essa articulação ao distinguir os significados acional, representacional e identificacional do discurso, relacionados, respectivamente, a gêneros, discursos e estilos. Essas dimensões permitem formular questões complementares sobre os documentos; que ações realizam na interlocução, como representam as experiências e os participantes e que modos de identificação constroem. A distinção é analítica, pois uma mesma formulação pode participar dessas diferentes dimensões.

Aplicada ao objeto desta pesquisa, essa perspectiva permite examinar como a apresentação de uma experiência de violência se relaciona à construção da legitimidade de quem denuncia e à atribuição de responsabilidades a quem recebe o documento. A identificação coletiva é investigada, assim, em conexão com aquilo que as enunciadoras representam e fazem discursivamente. Esse procedimento evita limitar a discussão da identidade à presença de um pronome ou de uma denominação, sem considerar sua função no conjunto do enunciado.

A reflexão de Eliel Benites também contribui para problematizar as relações entre identidade e representação:

> O ‘ser’ indígena foi construído a partir da relação com a sociedade envolvente, no processo discursivo. [...] o sujeito indígena e toda a visão constuída em relação à sua identidade foram construídos a partir de processos discursivos. (Benites, 2014, p. 50).

A passagem chama a atenção para a relação com a sociedade envolvente na produção das representações sobre os indígenas. Essa relação coloca uma questão central para a investigação: quem dispõe de condições para nomear os sujeitos e fazer circular determinadas imagens sobre eles? Interpretada nesse âmbito, a construção discursiva do "ser indígena" diz respeito às formas de representação e reconhecimento produzidas em relações históricas. Ela não autoriza reduzir a existência indígena às classificações elaboradas por agentes externos.

Essa distinção permite aprofundar a leitura dos documentos da Kuñangue Aty Guasu. O exame das formas de autoidentificação deve considerar como as mulheres se posicionam diante das representações e expectativas que recaem sobre elas. Cabe investigar se os documentos contestam classificações, reelaboram categorias institucionais ou afirmam outros critérios de pertencimento e autoridade. A possibilidade de resistência precisa ser sustentada por esses movimentos discursivos, em vez de ser presumida apenas pelo fato de o texto apresentar autoria indígena.

A questão da autoria também exige atenção às condições de circulação e reconhecimento. Spivak (2010) problematiza os limites da representação e os mecanismos que dificultam o reconhecimento da fala dos sujeitos subalternizados. Essa contribuição permite distinguir a existência de uma manifestação de sua possibilidade de ser reconhecida como intervenção legítima. Para esta dissertação, isso significa examinar como os documentos apresentam suas enunciadoras, constroem interlocuções e reivindicam o direito de participar das decisões que as afetam, sem deduzir de sua circulação pública que suas demandas tenham sido efetivamente acolhidas.

A identidade coletiva é, portanto, investigada nas relações entre nomeação, pertencimento e posicionamento político. Nos documentos da Kuñangue Aty Guasu, interessa compreender como as mulheres articulam experiências e reivindicações em uma enunciação compartilhada, sem atribuir ao grupo uma unidade absoluta. Esses posicionamentos se constituem em relações territoriais, comunitárias e institucionais atravessadas por processos históricos de classificação e hierarquização social. Para compreender as condições em que essa voz coletiva se afirma e os sentidos que disputa, o capítulo seguinte examina a colonialidade do poder e do gênero e suas implicações para as experiências das mulheres Kaiowá e Guarani.

2 A COLONIALIDADE DO PODER E DO GÊNERO: UM LEGADO PERSISTENTE

Desenvolvido por pensadores como Aníbal Quijano (2010), o conceito de *colonialidade do poder* refere-se a um padrão de poder que emergiu com a constituição da América e do capitalismo colonial moderno, reconfigurando as relações sociais e os modos de conhecimento em escala global. Este padrão não se esgota com o fim das administrações coloniais, mas permanece operando através da imposição de classificações sociais (como raça, gênero e classe) e do eurocentrismo como única episteme válida, conforme Mignolo (2003) e Lander (2005).

Compreender o gênero como uma construção histórica e social permite questionar a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres. Nesta pesquisa, Scott (1995) contribui para investigar o gênero como categoria de análise das relações de poder, enquanto Lugones (2008, 2014) problematiza sua constituição no sistema moderno/colonial considerando sua articulação com a racialização. Essas contribuições possuem funções distintas, porque a primeira orienta a investigação da produção social das diferenças e de sua relação com o poder; a segunda exige considerar como a racialização e a dominação colonial modificam os próprios termos em que essas diferenças são reconhecidas. Essa distinção é necessária para analisar as experiências das mulheres Kaiowá e Guarani sem pressupor um modelo universal de organização das relações de gênero.

Diante disso, o conceito de gênero tem se mostrado uma categoria fundamental para a análise das relações sociais contemporâneas. Mais do que uma simples distinção entre masculino e feminino, o gênero revela estruturas de poder profundamente enraizadas nas instituições, nos discursos e nos corpos, evidenciando o papel do colonialismo na normatização das identidades e na exclusão de subjetividades dissidentes.

A partir da teoria da colonialidade do poder, tal como formulada inicialmente por Quijano, Maria Lugones (2008; 2014) desenvolveu o conceito de *colonialidade do gênero*, dando conta do silenciamento sobre a questão por parte dos autores decoloniais – majoritariamente homens brancos. Para Lugones, o sistema moderno/colonial de gênero não é apenas uma faceta da *colonialidade do poder*, mas uma matriz de opressão intrinsecamente ligada à colonização. Ela também argumenta que a dicotomia binária e hierárquica de gênero (masculino/feminino, homem/mulher), do modo como foi imposto

pelo Ocidente colonial, foi fundamental para a desumanização e subjugação dos povos colonizados.

Nesse sentido, Lugones (2008, p. 83) aponta que, na visão de Quijano, "o sexo parece ser inquestionavelmente biológico", o que a leva a propor a inclusão da *colonialidade do gênero* como um eixo analítico autônomo e interligado. Para a autora, a imposição de um sistema de gênero binário e heteronormativo pelos colonizadores resultou na destituição da humanidade dos sujeitos colonizados, especialmente das mulheres e pessoas dissidentes de gênero, que foram animalizadas, hipersexualizadas ou excluídas das categorias "mulher" e "homem", categorias essas reservadas para os europeus/brancos.

Em *Pele Negra, Máscaras Brancas,* Fanon (2008) examina como o racismo colonial interfere na experiência que o sujeito negro estabelece com o próprio corpo e com os outros. A inferiorização não é apresentada como uma característica do indivíduo, mas como resultado de relações sociais que o enquadram em representações racializadas. Nesse processo, o sujeito se confronta com definições externas que procuram reduzi-lo a atributos previamente associados à sua aparência e à sua origem. A dominação atua, portanto, também nas condições em que ele pode ser reconhecido e apresentar uma interpretação sobre si.

A linguagem ocupa uma posição importante nessa discussão porque a relação com o outro envolve expectativas sobre quem fala, como fala e qual valor é atribuído à sua fala. A contribuição de Fanon permite investigar como o reconhecimento pode ser condicionado à aproximação com padrões culturais do grupo dominante. Para esta dissertação, essa questão interessa à leitura dos documentos da Kuñangue Aty Guasu: cabe examinar como as mulheres se apresentam como interlocutoras, contestam representações que as inferiorizam e afirmam a legitimidade de seus conhecimentos. Essa aproximação constitui uma possibilidade analítica, sem pressupor equivalência entre a experiência negra discutida por Fanon e as experiências Kaiowá e Guarani.

O diálogo com Lugones (2008, 2014) permite especificar a questão de gênero sem atribuir a Fanon a formulação do sistema moderno/colonial de gênero. Enquanto sua reflexão contribui para compreender os efeitos da racialização sobre a experiência e o reconhecimento dos sujeitos, Lugones problematiza como a própria classificação de gênero é constituída nessas relações coloniais. A articulação entre essas contribuições orienta a investigação de como as mulheres Kaiowá e Guarani enfrentam formas de

desautorização e constroem posicionamentos coletivos, considerando as relações entre pertencimento étnico, gênero e participação política.

A *colonialidade do gênero* revela como o discurso colonial construiu identidades de gênero racializadas e hierarquizadas. Mulheres colonizadas eram frequentemente vistas como mais passivas e subservientes comparadas às mulheres brancas, enquanto homens colonizados eram estereotipados como agressivos ou menos racionais. Houve "sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados" (Lugones, 2014, p. 941), justificando a intervenção e dominação colonial.

Essa construção discursiva não apenas modelou identidades, mas também legitimou a violência e a exploração. A modernidade colonial aprofundou e globalizou essa lógica, imbricando gênero, raça, sexualidade e classe em uma complexa teia de opressões que Lugones e outros/as teóricos/as decoloniais buscam desvelar através da *interseccionalidade*, isto é, o cruzamento de gênero com outras categorias sociais, como raça e etnia que subalternizou especialmente as mulheres indígenas e negras. Nesse contexto, a noção de interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw (1991), torna-se uma ferramenta analítica fundamental para compreender como essas categorias; gênero, raça, etnia, classe não operam isoladamente, mas se cruzam e se reforçam mutuamente na estrutura da dominação moderna/colonial.

A compreensão da colonialidade é fundamental para desconstruir as estruturas de poder que reproduzem a desigualdade, e na construção de uma sociedade mais justa e que reconheça a diversidade de saberes e culturas. Mesmo após a independência dos países da América, o colonialismo ainda molda as relações sociais, as questões de poder e as formas de conhecimento. De acordo com Quijano:

> A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. (Quijano, 2010, p. 84).

Assim sendo, podemos dizer que a colonialidade não se limita apenas ao período colonial, mas continua a operar em estruturas de conhecimento, de poder e de ser. A partir de uma ideia que considera a Europa e os europeus como representantes do padrão mais elevado de civilização e desenvolvimento, colocando em segundo plano outros conhecimentos e culturas, considerando-as como inferiores. Essa hierarquização cultural

e epistêmica, enraizada na colonialidade do poder, resulta na invisibilização e subalternização de saberes, línguas e formas de existência não europeias. Carneiro (2005) examina como a negação da humanidade dos sujeitos racializados participa da afirmação de uma superioridade branca e europeia. A atribuição de uma suposta incapacidade de produzir conhecimento e cultura contribui para deslegitimar suas interpretações e justificar relações de tutela e dominação.

Essa contribuição permite investigar como as mulheres Kaiowá e Guarani reivindicam reconhecimento para seus conhecimentos e para suas interpretações das experiências vividas. A aproximação se concentra nos mecanismos de desautorização, preservando as diferenças entre as experiências históricas discutidas por Carneiro e aquelas examinadas nesta pesquisa.

Dessa maneira, podemos dizer que na Europa pré-colonial, sobretudo durante a Idade Média e o início da modernidade, práticas como a caça às bruxas e a moral cristã atuaram como dispositivos fundamentais para a construção de um regime patriarcal disciplinador dos corpos femininos, preparando o terreno para a futura imposição global desse modelo. Federici (2017) demonstra que a repressão às mulheres e o controle da sexualidade foram centrais na transição para o capitalismo, servindo como "guerra contra as mulheres" que moldou uma nova ordem social. Essa lógica, enraizada no binarismo e na inferiorização das mulheres, foi posteriormente universalizada através do colonialismo, como aponta Lugones (2008; 2014), ao destacar que a *colonialidade do poder* impôs uma estrutura de gênero ocidental, binária e racializada sobre povos que não organizavam suas sociedades por tais categorias.

Nesta pesquisa, a expressão *proto-colonialidade do gênero* é apresentada como uma proposição heurística em amadurecimento, voltada à discussão de formas de naturalização das hierarquias de gênero anteriores à expansão colonial europeia. Seu emprego não estabelece uma continuidade histórica automática entre essas hierarquias e o sistema moderno/colonial de gênero, cuja configuração racializada precisa ser preservada na análise. Tampouco permite atribuir diretamente às experiências Kaiowá e Guarani uma origem em instituições europeias anteriores à colonização. A proposta constitui uma possibilidade interpretativa da pesquisadora, distinta do conceito de colonialidade de gênero desenvolvido por Lugones.

Dessa forma, tudo que é oriundo do colonizador, ou seja, do homem branco e europeu (Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Espanha, Suíça, Noruega, Suécia e a Holanda), é considerado como melhor/superior, racional, civilizado e avançado,

representando o elitismo e a supremacia do colonizador branco, desconsiderando outras línguas, culturas, saberes e tradições, julgando-as como inferiores, de menor valor. Tais pensamentos são frutos da imposição colonial dos europeus sobre os países que foram dominados, tendo como exemplo os países da América do Sul que, mesmo após a sua independência, ainda sentem os efeitos do processo de colonização/dominação o qual deixou estigmas profundos, na contemporaneidade. Para Quijano:

> 1) Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão [...]. 3) A longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado. 4) *Last, but not least*, a hegemonia eurocêntrica na cultura do mundo capitalista implicou numa maneira mistificada de perspectiva da realidade quer se trate do 'centro', quer da 'periferia colonial'. (Quijano, 2010, p.124)

Conforme Quijano (2010), a colonialidade não se limita apenas à dominação política, mas se estende às esferas econômicas, culturais e sociais, mas se manifesta também na forma como a realidade é percebida e representada, impondo uma "maneira mistificada de perspectiva da realidade" tanto no "centro" quanto na "periferia colonial". Esse processo evidencia a dimensão *ideológica* da colonialidade, na medida em que categorias de conhecimento e de valor produzidas pelo eurocentrismo passam a ser naturalizadas, legitimando relações de poder e exclusão.

Nesse sentido, a análise de Fairclough (2016) sobre discurso e poder oferece um quadro teórico útil para compreender como a ideologia se inscreve nos textos, práticas discursivas e práticas sociais, mostrando que o controle do sentido e da percepção da realidade constitui um mecanismo central de reprodução da dominação colonial e da hierarquização social. Sendo assim, a lógica capitalista produziu uma perspectiva mistificada da realidade, fundada em um olhar eurocêntrico que se apresenta como universal.

Dessa maneira, a *colonialidade do poder* está relacionada de maneira direta ao processo de globalização, e surgiu, basicamente, a partir do processo de constituição da América e da propagação do capitalismo eurocentrado, tendo como padrão de poder a classificação por raça. Diante do exposto, é importante salientar que a *colonialidade do poder* se diferencia do *colonialismo*, que se refere a um período específico do processo de colonização. A colonialidade se refere ao vínculo entre o passado e o presente, e a um

padrão de poder que emerge da experiência colonial e que se mantém até os dias atuais.

Maria Lugones compreende que

> Gênero, raça, classe têm sido pensadas como categorias. Como tais, têm sido pensadas como binárias: homem/mulher, branco/negro, burguês/proletário. A análise de categorias tem tendido a apagar a relação de intersecção entre elas e, portanto, tem tendido a apagar a situação violenta da mulher de cor exceto como uma adição ao que se passa com as mulheres (brancas: suprimido) e com os negros (homens: suprimido). A separação categorial é a separação de categorias que são inseparáveis. (Lugones, 2008, p. 76 [nota 4] tradução nossa)

Assim sendo, de acordo com Lugones as estruturas de gênero, como o patriarcado, foram impostas e perpetuadas por meio do colonialismo. O *patriarcado* é um sistema social em que os homens detêm o poder e dominam as instituições, enquanto as mulheres são subordinadas. Conforme bell hooks (1981, 2014), o patriarcado consiste no exercício do poder masculino sobre as mulheres, configurando um privilégio que transcende classe social ou cor, sendo usufruído por todos os homens na sociedade. No contexto brasileiro, Heleieth Saffioti (2004) evidencia que esse sistema de dominação encontra-se entrelaçado a outras formas de opressão, como o racismo e o capitalismo, configurando uma rede complexa de desigualdades estruturais.

À luz da perspectiva interseccional, torna-se possível compreender que as experiências de opressão de gênero não se manifestam de maneira uniforme, porque mulheres indígenas e negras, por exemplo, vivenciam simultaneamente discriminações de natureza racial, econômica e de gênero. Dessa forma, a análise interseccional constitui uma ferramenta teórica imprescindível para revelar como diferentes dimensões do poder e do privilégio se articulam e se reforçam mutuamente, oferecendo um entendimento mais abrangente e nuançado das desigualdades sociais. Conforme Saffioti (2004, p.119) o "patriarcado é uma forma histórica de dominação masculina que estrutura as relações de poder em diversas instituições sociais, da família ao Estado [...]".

Tendo em vista a imposição da propriedade privada que fragmentou os territórios e rompeu a lógica coletiva de organização da terra, conforme Gallois (2004); do mesmo modo, a introdução do patriarcado europeu desarticulou formas de liderança feminina reconhecidas nas sociedades nativas de acordo com Segato (2012). Além disso, o processo de conversão forçada ao cristianismo negou a pluralidade das cosmologias dos povos indígenas e africanos, impondo uma concepção unívoca da alma, segundo Viveiro de Castro (2015). Por fim, a exploração econômica pautada na escravidão e no trabalho compulsório desestruturou sistemas de reciprocidade comunitária. Tal imposição não

apenas deslegitimou saberes tradicionais, mas também promoveu a internalização de valores e normas alheias às comunidades, reforçando a lógica colonial de subordinação cultural e de controle social.

Paralelamente, a exploração econômica baseada na escravidão e no trabalho compulsório desempenhou papel determinante na desestruturação social desses grupos. A extração forçada de mão de obra e recursos não apenas comprometeu a autonomia econômica das comunidades, como também fragmentou redes de reciprocidade e solidariedade historicamente consolidadas. Esses processos alteraram profundamente relações de cooperação e modos de vida coletivos, produzindo efeitos duradouros na organização social, cultural e econômica das populações indígenas e africanas.

A articulação entre violência simbólica, dominação cultural e exploração econômica evidencia que os processos coloniais e patriarcais não operam de forma isolada, mas constituem um sistema integrado de opressão. A análise crítica dessas experiências permite compreender como desigualdades históricas são produzidas e naturalizadas, gerando impactos intergeracionais e estruturais que permanecem na sociedade contemporânea. Assim, para compreender plenamente os efeitos dessas imposições, torna-se necessário considerar as múltiplas dimensões da dominação, reconhecendo sua complexidade e interconexão.

Segundo Carneiro da Cunha (1996), muitas sociedades indígenas brasileiras organizavam-se por meio de relações de gênero mais horizontais e complementares, nas quais as mulheres exerciam papéis políticos e cerimoniais significativos. Em diversas sociedades amazônicas, as mulheres participavam ativamente das decisões comunitárias sobre o uso dos recursos naturais, da manutenção de rituais sagrados e da organização social, assumindo funções de liderança em práticas religiosas. Entre os povos Tupi-Guarani, elas tinham papéis respeitados em assembleias e cerimônias, evidenciando assim, a complementaridade entre os gêneros nas esferas públicas e privadas.

Na análise das construções sociais de gênero e das distinções geracionais dos Guaranis e Kaiowás, Levi Pereira (2010), evidencia como os processos coloniais contemporâneos reordenam o microcosmo social dos povos indígenas, incidindo de modo desigual sobre mulheres e idosos. A monetarização da vida nas reservas, especialmente por meio da aposentadoria rural, revela um deslocamento estrutural da lógica da reciprocidade, anteriormente ancorada no trabalho coletivo da parentela, para formas individualizadas de provisão, mediadas pelo Estado. Esse processo pode ser compreendido como expressão da *colonialidade do poder*, na medida em que redefine

hierarquias, responsabilidades e dependências a partir de dispositivos externos ao sistema sociocosmológico indígena.

No interior desse rearranjo, as mulheres, tradicionalmente responsáveis pelo controle do *fogo doméstico*[1], veem intensificada sua centralidade na reprodução da vida social, ao mesmo tempo em que assumem ônus ampliados de cuidado, sobretudo quando associadas a casais de velhos responsáveis por netos e crianças adotadas. A sobreposição entre gênero e geração evidencia que a colonialidade não opera apenas na expropriação territorial, mas também na reorganização dos vínculos de cuidado, autoridade e prestígio, fragilizando os mecanismos tradicionais de solidariedade da parentela. A transferência de responsabilidades para instituições como a escola e os serviços de saúde reforça esse processo, ao deslocar saberes, práticas e decisões que antes eram mediadas pelo *fogo doméstico* e pelos articuladores da parentela.

Assim, os dados etnográficos mobilizados por Pereira permitem compreender que as transformações nas relações intergeracionais e de gênero não configuram mera adaptação cultural, mas integram um processo mais amplo de reconfiguração colonial da vida indígena, no qual o Estado, por meio de políticas assistenciais e dispositivos administrativos, redefine as bases materiais e simbólicas da organização social. Essa leitura reforça o argumento central desta pesquisa de que a colonialidade de gênero se expressa de forma situada, operando no cotidiano dos fogos domésticos, na sobrecarga feminina do cuidado e na erosão das formas indígenas de reciprocidade e autoridade geracional, tensionando permanentemente o equilíbrio entre *teko ymaguare* e *teko pyahu*[2].

A reconfiguração das parentelas kaiowá e guarani, ao deslocar a centralidade dos mais velhos e deslegitimar os saberes femininos vinculados ao *fogo doméstico*, pode ser

[1] Entre os Kaiowá e Guarani, o fogo doméstico constitui a unidade mínima de socialidade, sendo o espaço de produção e cuidado das pessoas, onde se realizam a partilha do alimento, a socialização das crianças e a transmissão cotidiana de saberes. A partir da articulação de vários fogos domésticos, conforma-se a parentela, entendida como uma rede relacional ampliada, fundada na convivência, na reciprocidade e nas obrigações morais compartilhadas, e não apenas na consanguinidade. Essas formas organizacionais estão indissociavelmente vinculadas à sociocosmologia Kaiowá e Guarani, na qual as relações sociais, os rituais, os alimentos e os vínculos com as divindades e espíritos guardiões constituem a própria pessoa e o ideal de bem viver (*teko porã*), de modo que alterações nessas redes repercutem tanto na ordem social quanto cosmológica (Pereira, 2010; Chamorro, 2008).

[2] **teko/eko**: modo de ser, modo de viver, forma de existência;
ymaguare: antigo, ancestral, dos tempos passados.
pyahu: é um vocábulo guarani que significa "novo", "recente" ou "renovado". Associado ao conceito de **teko**, designa processos de transformação e atualização do modo de ser Guarani e Kaiowá, indicando a incorporação de experiências contemporâneas sem, necessariamente, romper com os fundamentos da ancestralidade (*teko ymaguare*). Dessa forma, *teko pyahu* expressa uma dinâmica de continuidade e recriação cultural, e não uma oposição absoluta à tradição.

compreendida à luz da *colonialidade de gênero*, tal como formulada por Lugones (2008). Para a autora, o colonialismo não apenas reorganizou economias e territórios, mas instituiu um sistema moderno/colonial de gênero que hierarquiza corpos, saberes e formas de autoridade, subordinando organizações sociais não ocidentais.

Nesse sentido, a invisibilização das mulheres articuladoras da parentela e a atuação de instituições estatais que reconhecem apenas o indivíduo e a família nuclear reiteram uma lógica colonial que fragmenta redes de reciprocidade e cuidado descritas por Pereira (2010). Trata-se, portanto, não de simples "mudança cultural", mas da incorporação estrutural de padrões coloniais que reordenam as relações de gênero e geração, tensionando o *tekokatu*e os fundamentos indígenas de reprodução da vida.

No contexto Kaiowá e Guarani discutido por Pereira (2010), as relações entre gênero, geração e autoridade precisam ser compreendidas a partir da organização das parentelas e das responsabilidades vinculadas ao fogo doméstico. A participação das mulheres na manutenção dessas relações não pode ser medida exclusivamente pela ocupação de cargos ou pela visibilidade em espaços institucionais. É necessário considerar como o cuidado, a circulação de conhecimentos e a articulação entre parentes constituem formas de participação na vida coletiva. Essa perspectiva permite discutir as transformações da autoridade feminina sem pressupor que as mulheres estivessem anteriormente ausentes das decisões comunitárias.

A contribuição de Segato (2012) permite problematizar como a intervenção colonial altera o valor e o alcance dos espaços de atuação das mulheres. Em diálogo com a discussão de Pereira (2010), interessa examinar em que condições suas responsabilidades são reconhecidas como fonte de autoridade ou reduzidas a obrigações de cuidado sem participação nas decisões. Essa aproximação não estabelece uma equivalência entre diferentes sociedades indígenas: oferece uma questão para interpretar as transformações descritas no contexto Kaiowá e Guarani, preservando suas especificidades.

Para esta pesquisa, a articulação dessas discussões orienta a leitura dos documentos da Kuñangue Aty Guasu. Cabe investigar como as mulheres apresentam suas responsabilidades comunitárias, reivindicam participação política e atribuem às instituições deveres relacionados à proteção da vida e do território. A colonialidade de gênero constitui, assim, uma perspectiva para interrogar essas relações, cuja pertinência precisa ser demonstrada nos excertos analisados, considerando as condições históricas específicas das experiências Kaiowá e Guarani.

A compreensão dessas condições exige situá-las no processo de colonização do território que passou a constituir o Brasil. A colonização portuguesa envolveu expropriação territorial, trabalho forçado, escravização e imposições religiosas e linguísticas. A violência colonial e a disseminação de doenças contribuíram para a redução populacional e para a desestruturação de comunidades indígenas (Fundo Brasil, 2021). Esses processos atingiram as condições de organização da vida coletiva, embora seus efeitos e as respostas dos diferentes povos não tenham sido uniformes.

A independência política não encerrou as relações de poder constituídas nesse processo. A distinção entre colonialismo e colonialidade permite examinar como formas de classificação e hierarquização persistem e são reelaboradas em outros contextos históricos (Quijano, 2010). No recorte desta pesquisa, essa discussão se relaciona às condições em que as mulheres Kaiowá e Guarani defendem seus territórios, afirmam seus conhecimentos e reivindicam participação nas decisões que afetam suas comunidades.

A política expansionista europeia, aliada a um projeto religioso e econômico, impôs uma nova ordem que desconsiderou e subjugou as populações que já habitavam o Brasil. Sendo assim, o processo de dominação territorial e cultural dos povos originários foi um dos pilares da colonização, legitimada, inclusive, pela Igreja Católica com o objetivo de "catequizar" e "civilizar" (Nóbrega, 1988, p. 238) aqueles que não partilhavam dos valores culturais ocidentais. Bem como a violência contra os povos originários não se manifestou apenas na subjugação física e na perda de território, mas também em um sistemático apagamento de suas identidades, crenças e modos de vida. A imposição de uma nova cultura, língua e religião visava desmantelar as estruturas sociais indígenas existentes. Conforme Martins et al.

> No período colonial, a escolarização indígena estava a cargo das ordens religiosas que tinham a missão de expandir a fé cristã, dominar os “índios selvagens”, manter os aldeamentos com a mão de obra escravizada ou pacífica de indígenas. Para tanto, seria necessária, antes mesmo de uma escolarização, a garantia de uma doutrinação. Durante todo o período colonial, a visão desse tipo de escolarização era o de manutenção das estruturas de poder do Estado e da Igreja em detrimento de valores sociais, morais e éticos. Mesmo com decretos, bulas e leis que proibiam a escravização de indígenas e a exploração desses povos, tal situação perdura até os dias atuais. As reformas pombalinas no século XVIII trouxeram em seu ideário um pensamento de sufocar as culturas indígenas acelerando o processo assimilacionista com a proibição de suas manifestações culturais, uso de línguas maternas, obrigando o uso exclusivo do idioma português, além dos incentivos da união entre indígenas e não indígenas com o propósito de uma integração forçada e rápida. (Martins et al., 2024, p. 58)

Paralelamente à subjugação indígena, a colonização do Brasil foi profundamente moldada pela violência da escravização africana. Este sistema desumano, que perdurou por séculos, representou violência física, psicológica e cultural em larga escala, desconsiderando indivíduos e famílias inteiras. Além disso, as marcas deixadas pela escravização são profundas e estruturais na sociedade brasileira. A violência inerente ao processo de colonização, tanto contra indígenas quanto contra africanos, e o subsequente apagamento de suas identidades e direitos, culminaram na formação de uma sociedade brasileira "extremamente hierarquizada", caracterizada por uma "enorme concentração de riqueza" e profunda desigualdade social (Corrêa, 2013, p. 58).

Como resultado, as marcas desse processo histórico são evidentes na realidade contemporânea do Brasil, uma vez que a persistência da miséria, da criminalidade e da dificuldade de acesso à educação e a outros direitos sociais, especialmente para os grupos historicamente subjugados, demonstra a herança viva desse passado violento. Logo, o "apagamento" se reflete na sub-representação e na desvalorização das culturas afro-brasileiras e indígenas, bem como na perpetuação de estereótipos negativos que justificam a exclusão social.

Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, essas desigualdades também precisam ser examinadas nas formas de representar os sujeitos e de reconhecer seus conhecimentos. A contribuição de Fairclough (2016) permite investigar como determinadas representações, quando naturalizadas, participam da sustentação de relações de dominação. Nesta pesquisa, essa discussão orienta o exame de como os documentos da Kuñangue Aty Guasu apresentam as mulheres Kaiowá e Guarani, nomeiam as violências e atribuem responsabilidades aos interlocutores. Interessa compreender como essas escolhas discursivas se relacionam às disputas por reconhecimento e participação nas decisões, sem presumir que toda representação reproduza a dominação ou que toda denúncia produza sua superação.

Segundo os resultados da segunda apuração do Censo Demográfico 2022, o Brasil contabilizou 1.694.836 pessoas indígenas, correspondentes a 0,83% da população residente no país (IBGE, 2023). Esse total reúne povos com diferentes línguas, trajetórias históricas, formas de organização social e relações com seus territórios. Essa diversidade exige considerar as especificidades das experiências Kaiowá e Guarani analisadas nesta pesquisa.

Os povos indígenas enfrentam violência, conflitos territoriais, discriminação e obstáculos no acesso aos serviços públicos, incluindo barreiras linguísticas e

institucionais. A Constituição Federal de 1988 representou um marco no reconhecimento dos direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas e da organização social, dos costumes, das línguas, das crenças e das tradições desses povos. Entretanto, o reconhecimento jurídico desses direitos não elimina os conflitos relacionados à sua efetivação.

Nesse contexto, as mobilizações indígenas articulam defesa dos territórios, afirmação cultural e reivindicação de direitos por diferentes meios políticos e jurídicos (Greenpeace Brasil, 2025). A atuação das instituições responsáveis pela proteção desses direitos precisa ser considerada em relação às demandas apresentadas pelos próprios povos indígenas. Para esta pesquisa, interessa compreender como as mulheres Kaiowá e Guarani formulam essas demandas e atribuem responsabilidades aos interlocutores institucionais nos documentos da Kuñangue Aty Guasu.

A participação das mulheres nessas mobilizações também exige considerar as formas específicas de violência que atravessam suas experiências. Entre suas dimensões históricas, a violência sexual constituiu um instrumento de dominação colonial sobre as mulheres indígenas. Sua compreensão requer examinar as relações desiguais de poder em que seus corpos foram representados e apropriados, sem apresentar a ausência de mulheres europeias nas expedições como justificativa para essa violência.

Segundo Scalia (2011), essa dinâmica evidencia a objetificação das mulheres indígenas e negras, submetidas simultaneamente à lógica colonial e à violência patriarcal, configurando um universo misógino e racista no qual a sexualidade feminina era controlada, regulada e explorada em benefício dos homens europeus. Segundo Ribeiro,

> O português recém-chegado seguia a natureza para a liberação do desejo: se havia mulheres disponíveis, porque não fazer sexo? O colono encontrava-se no Paraíso, no meio de índias que se apresentavam tais como Eva em sua inocência e deixava que aflorasse o desejo para que fosse saciado com tantos corpos quanto se apresentassem. A nudez dos índios e índias e a relação sexual livre de interditos e impedimentos assustavam os padres. Os jesuítas tinham verdadeira aversão à nudez, a mesma nudez que era corrente e natural na Idade Média a ponto de até os santos serem retratados nus. A índia não via o ato sexual com o pudor da mulher européia e isto era estímulo para os portugueses. De inocente ela não tinha nada, prevalecia a visão de propensa aos deleites sexuais, já que indistintamente se entregava com a maior naturalidade. (Ribeiro, 2005, p.04)

Apesar da violência, as mulheres indígenas resistiram, elas mantiveram suas línguas, seus conhecimentos ancestrais sobre plantas/ervas medicinais, medicina, e suas práticas culturais. Atualmente, elas são líderes em movimentos sociais, e lutam pela

demarcação de terras, pela proteção ambiental e pela justiça social, buscando reverter anos de invisibilidade e marginalização. O Fundo Brasil de Direitos Humanos (2024, n.p) destaca: “As mulheres indígenas carregam em seus passos a força de uma luta ancestral”. Marcadas pela história de colonização, perseguição e violência, elas se erguem resilientes contra as adversidades impostas pela sociedade contemporânea.

Além das mulheres indígenas, as mulheres negras foram trazidas à força da África, e também sofreram sendo vítimas de violências, enfrentando assim uma dupla opressão: a escravidão e o machismo. Seus corpos eram considerados como objetos de prazer e procriação, “mercadoria”, “corpos mercadorizados de todos os tipos se tornam marcadores de status nas hierarquias de classe estabelecidas por raça e gênero” (Collins, 2019, p. 230). Sendo assim, a experiência das mulheres negras na colônia foi marcada também pela brutalidade, além do trabalho escravo ao qual eram submetidas, elas também eram submetidas a diversas formas de violência física e sexual.

> [...] as mulheres negras pesava a escravidão que lhes explorava não só o trabalho, mas seus corpos para fins de reprodução de força de trabalho, como também para satisfação sexual dos desejos dos homens brancos, negando-lhes qualquer possibilidade de composição familiar e de direitos sobre as suas vidas e corpos, num verdadeiro processo de coisificação (Pinheiro, 2018, p. 50).

Em suma, a colonização brasileira impôs um cenário de opressão e desumanização às mulheres negras e indígenas. E as marcas dessa violência e desse apagamento são estruturais e persistentes, manifestando-se na profunda desigualdade e nos conflitos sociais que ainda hoje caracterizam a sociedade brasileira. E isso impôs uma opinião violenta dos homens em relação às mulheres, especialmente para as negras e indígenas, que são consideradas como “coisa”. A ideologia dominante na era da escravidão estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulheres que reflete até os dias de hoje, segundo Patrícia Hill Collins (2019).

Contudo, suas histórias são também narrativas de força, resiliência e constante luta pela sobrevivência, pela reconstrução de suas identidades e pela conquista da liberdade. Seus legados são fundamentais para a compreensão da formação do Brasil e para as lutas por justiça social que perduram até hoje. Como um exemplo disso são as organizações de mulheres indígenas, conforme trataremos no capítulo seguinte.

3 A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS: RESPONDENDO À COLONIALIDADE

3.1 O feminismo decolonial

A perspectiva feminista decolonial adotada nesta pesquisa permite examinar as relações entre colonialismo, racialização e hierarquização de gênero. Em Lugones (2008), essas relações integram a constituição do sistema moderno-colonial de gênero: as classificações coloniais não apenas distribuíram posições desiguais entre homens e mulheres, mas também estabeleceram distinções racializadas quanto ao reconhecimento de sua humanidade. Essa discussão exige cuidado ao abordar as experiências indígenas, pois impede tomar a categoria "mulher" como uma condição universal, vivida e reconhecida da mesma maneira por todos os grupos. Lugones explicita essa distinção:

> Proponho interpretar, através da perspectiva civilizadora, os machos colonizados não humanos como julgados a partir da compreensão normativa do "homem", o ser humano por excelência. Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como "mulheres", a inversão humana de homens. Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas-por-não-mulheres. Consequentemente, fêmeas colonizadas nunca foram compreendidas como em falta por não serem como-homens, tendo sido convertidas em viragos. Homens colonizados não eram compreendidos como em falta por não serem como-mulheres. [...] O que tem sido entendido como "feminização" de "homens" colonizados parece mais um gesto de humilhação, atribuindo a eles passividade sexual sob ameaça de estupro. (Lugones, 2014, p. 937)

A distinção apresentada por Lugones desloca a discussão de uma oposição abstrata entre homens e mulheres para os processos históricos que definem quais sujeitos têm sua humanidade, seus conhecimentos e sua autoridade reconhecidos. Para a leitura dos documentos da Kuñangue Aty Guasu, interessa investigar como as enunciadoras enfrentam formas de desautorização e reivindicam condições de participação nas decisões que afetam suas vidas. A relação entre essa atuação e a colonialidade precisa ser demonstrada nas denúncias, nas reivindicações e nas formas de nomeação presentes nos textos.

A crítica de Vergès (2020), por sua vez, situa as lutas das mulheres em relações históricas de exploração e resistência. Sua contribuição permite questionar uma concepção de emancipação restrita à conquista individual de posições de poder, ao destacar a continuidade das lutas coletivas:

> Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra "feminismo" das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência (Vergès, 2020, p. 35).

A formulação de Vergès permite considerar a dimensão coletiva e histórica das lutas, ultrapassando uma concepção de emancipação centrada na ascensão individual. Nesta pesquisa, essa contribuição orienta o exame das relações que os documentos estabelecem entre proteção da vida, defesa dos territórios e participação nas decisões coletivas.

A discussão das condições de vida e de organização política dessas mulheres também exige considerar os registros de violência contra mulheres indígenas em Mato Grosso do Sul. Freitas et al. (2024) analisaram notificações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) referentes à macrorregião de saúde de Dourados, entre 2009 e 2020. Nas 1.463 notificações incluídas na análise, a violência física foi registrada em 93,3%, e os parceiros íntimos foram os principais agressores identificados. Esses resultados se referem ao conjunto de notificações selecionadas pelo estudo, não podendo ser generalizados para todas as mulheres indígenas do estado.

Os registros apresentados evidenciam situações de violência que precisam ser consideradas na discussão das condições de vida das mulheres indígenas. Sua interpretação exige distinguir os contextos das ocorrências, os vínculos entre vítimas e agressores e os limites das informações disponíveis. A relação dessas violências com processos coloniais demanda uma análise histórica e social, que não pode ser deduzida exclusivamente dos percentuais.

A discussão de Abreu (2021) situa as relações comunitárias em processos históricos de dominação colonial. Essa perspectiva exige cuidado para que a análise das violências não atribua aos povos indígenas uma condição de violência inerente às suas culturas. Na leitura dos documentos, interessa distinguir as situações denunciadas, os

agentes responsabilizados e as respostas reivindicadas pelas mulheres, considerando as condições sociais e institucionais em que essas relações se desenvolvem.

A contribuição de Lugones (2008) orienta o questionamento da naturalização das hierarquias de gênero. Sua aproximação com a realidade Kaiowá e Guarani exige, contudo, considerar as especificidades das relações de parentesco, das responsabilidades comunitárias e das formas de autoridade discutidas nesta dissertação. Não se trata de pressupor uma situação anterior de igualdade absoluta, seguida de uma subordinação uniforme das mulheres. Cabe investigar como as relações se transformam em condições históricas determinadas e como as mulheres interpretam, contestam e reelaboram essas transformações.

Na contemporaneidade, as mulheres Kaiowá e Guarani têm construído espaços próprios de organização, como a Kuñangue Aty Guasu, nos quais articulam reivindicações relacionadas aos territórios, às condições de vida e à participação nas decisões coletivas. Essa atuação exige reconhecer formas de autoridade que também se constituem nas relações comunitárias e espirituais. Por isso, sua participação política precisa ser compreendida em seus contextos de organização, considerando os sentidos que atribuem às responsabilidades coletivas e à defesa de seus direitos.

A análise dessas formas de organização requer distinguir o referencial teórico adotado pela pesquisa das maneiras pelas quais as próprias mulheres identificam suas lutas. Existem diferentes movimentos e perspectivas feministas, com prioridades e interpretações que não podem ser reunidas em uma agenda única. O emprego do feminismo decolonial como referência analítica também não autoriza classificar automaticamente a Kuñangue Aty Guasu como movimento feminista. Cabe considerar como as mulheres nomeiam sua organização, quais demandas apresentam e como relacionam sua atuação à defesa dos territórios e da vida coletiva. Essa distinção se articula à crítica de Carneiro (2003) aos limites das perspectivas feministas eurocêntricas e universalizantes:

> Em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (Carneiro, 2003, p. 118)

A crítica de Carneiro permite questionar quais experiências são tomadas como

referência na formulação das demandas feministas e quais permanecem secundarizadas. A existência de desigualdades entre homens e mulheres não torna homogêneas as condições de vida, as prioridades e as formas de organização das mulheres. Para esta pesquisa, essa contribuição exige examinar como as reivindicações Kaiowá e Guarani são formuladas em seus próprios contextos, sem pressupor que correspondam a uma agenda previamente definida.

Essa orientação também tem consequências para os procedimentos de análise. Interessa observar como as enunciadoras se apresentam coletivamente, nomeiam as violências, identificam os responsáveis e formulam suas reivindicações. A discussão teórica contribui, assim, para formular perguntas dirigidas à materialidade dos documentos, cuja análise fundamenta a avaliação da pertinência das interpretações propostas.

Enquanto Carneiro (2003) problematiza a universalização das experiências femininas, hooks (2018) examina como determinadas conquistas do feminismo reformista beneficiaram de maneira desigual mulheres situadas em diferentes posições raciais e de classe. A ampliação do poder econômico de mulheres privilegiadas não significou uma transformação equivalente nas condições de vida das mulheres pobres e trabalhadoras. Essa crítica permite questionar os critérios pelos quais uma conquista é apresentada como comum a todas as mulheres. Nesta pesquisa, contribui para examinar as prioridades formuladas pelas mulheres Kaiowá e Guarani, considerando suas reivindicações de proteção da vida, defesa territorial e participação nas decisões coletivas.

A próxima seção examina a agência das mulheres Kaiowá e Guarani e suas formas de organização coletiva, considerando as relações entre participação política, território e defesa de direitos. O diálogo com os feminismos será desenvolvido a partir dessas especificidades, sem pressupor uma identificação uniforme das mulheres indígenas com essa denominação.

3.2 Feminismos e a agência de mulheres indígenas

A organização política dos povos indígenas antecede a redemocratização brasileira. Entre os Kaiowá e Guarani, as mobilizações contemporâneas articulam formas próprias de organização ao enfrentamento da expropriação territorial. Sua maior visibilidade nas décadas de 1970 e 1980 não significa o início da resistência indígena,

mas a reorganização de estratégias de luta em condições históricas específicas. Ao discutir esse processo, Tonico Benites, no Blog Aty Guasu Guarani-Kaiowá, afirma:

> Como reação a esses atos truculentos dos fazendeiros e seus capangas, emergiu na década 80 um movimento político pouco conhecido no restante do país, a grande assembleia guarani e kaiowá, Aty Guasu. O objetivo foi o de fazer frente ao processo sistemático de genocídio, a expulsão e dispersão forçada das famílias extensas indígenas do seu território tradicional. Das Aty Guasu participam hoje centenas de lideranças Guarani-Kaiowá. Durante esses eventos, ao mesmo tempo em que ocorrem discussões políticas, se realizam também rituais para o fortalecimento da luta. É das Aty Guasu que partiram nas últimas décadas as reivindicações de demarcação de terras, além de denúncias e sugestões sobre possíveis soluções para o problema dos Guarani-Kaiowá. (Benites. T, 2012)

Assim, a *Aty Guasu* Geral[3] se consolidou como a principal assembleia do povo Guarani Kaiowá no Brasil, especialmente no Mato Grosso do Sul. Ela surgiu e se mantém como resposta direta à histórica violência, expropriação territorial e genocídio que a população Guarani e Kaiowá enfrenta desde a colonização. É importante salientar que embora os movimentos sociais no Brasil tenham ganhado uma maior visibilidade a partir da década de 1980, especialmente com o processo de redemocratização e a emergência de lutas por direitos civis, essa periodização não se aplica de maneira homogênea aos povos indígenas.

Entre os Kaiowá e Guarani, a Aty Guasu articula práticas de deliberação coletiva às necessidades de enfrentamento da violência e da expropriação territorial. O confinamento em reservas estabelecidas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre 1915 e 1928, alterou as condições de organização das famílias e comunidades. Nas décadas seguintes, a mobilização das lideranças ampliou as articulações para denunciar violações de direitos e recuperar territórios, processo discutido por Benites, T. (2014).

A articulação entre Kaiowá e Guarani não elimina suas diferenças étnicas. Os Kaiowá e os Guarani, estes frequentemente identificados na literatura regional como Ñandeva, apresentam particularidades linguísticas, históricas e de organização social. A designação conjunta utilizada nesta dissertação acompanha os documentos da assembleia, sem pressupor que suas participantes pertençam a um grupo homogêneo (Instituto Socioambiental, [s. d.]).

De acordo com a publicação do CIMI, "a Aty Guasu é uma assembleia tradicional do nosso povo. Desde o tempo antigo, nos reunimos para decidir coletivamente. Mas a

[3] Grande Reunião

partir da década de 1970 [...] passamos a usar a Aty Guasu para denunciar e resistir politicamente" (CIMI, 2019). No texto do CIMI destaca-se que "Aty Guasu é a grande assembleia do povo Guarani, verdadeira instância de decisão coletiva, onde se convergem para discutir e decidir questões ligadas à defesa dos territórios e da cultura" (CIMI, 2011, p. 1). Essa transformação revela que, embora a noção de "movimentos sociais" esteja historicamente associada a um contexto urbano-industrial, as formas de organização indígena, como a *Aty Guasu*, possuem outras lógicas temporais e epistemológicas, sendo profundamente enraizadas nos modos de vida ancestrais (Carneiro da Cunha, 2009; Oliveira, 2000).

Então "A partir do início da década de 1980 a Aty Guasu (grande assembleia) passou a funcionar como um grande fórum aberto às diversas comunidades para progressivamente discutir as estratégias de recuperação de partes dos territórios antigos" (Benites, T., 2014, p. 38). Sendo assim, a *Aty Guasu* é um espaço vital de resistência e tomada de decisão coletiva, englobando todos os aspectos da vida dos Guaranis e Kaiowás.

Ainda de acordo com Benites:

> Os Aty Guasu são entendidos pelas lideranças Guarani e Kaiowá dos tekoha[4] reocupados como um instrumento de luta indígena, sobretudo um movimento Guarani e Kaiowá fundamental para a manutenção e a manifestação do ñandereko ("nosso modo de ser e de viver", ou seja, o modo indígena) associado à recuperação dos territórios tradicionais. De fato, o Aty Guasu é utilizado pelos indígenas como uma estratégia de luta de frente à dominação neocolonial. Visto que o Aty Guasu desde 1970 até os dias de hoje passou a atuar para reverter ou contestar a dominação colonial dos territórios tradicionais Guarani e Kaiowá pelo karai (não índio): Estado-Nação/governo e fazendeiros. (Benites, T., 2014, p. 39)

Para os povos Guarani e Kaiowá, a continuidade da colonização histórica por meio de formas contemporâneas de dominação é entendida como *neocolonialismo*. Ele se manifesta principalmente pela desterritorialização de seus tekoha, espaços fundamentais para sua identidade, espiritualidade e modos de vida, pela imposição de modelos de desenvolvimento excludentes, como o agronegócio e grandes obras de infraestrutura, e também pela violência simbólica e cultural que desvaloriza suas línguas, saberes e tradições (Ferraz, 2018; CIMI, 2018). O *tekoha*[3], nos modo Guarani e Kaiowá, de compreender e viver o território, não se limita a um espaço físico ou jurídico, mas

[4] Em tradução livre, o termo significa: "terras indígenas/lar" e "lugar onde somos o que somos" "lugar onde se pode viver do nosso próprio jeito".

constitui o lugar onde o teko — o modo próprio de ser, viver e se relacionar — pode se realizar.

Os relatos de Bartomeu Melià, a partir de suas experiências prolongadas junto aos povos indígenas, evidenciam que as transformações linguísticas estão intrinsecamente ligadas às transformações sociais, culturais e políticas desses povos. Para o autor, a compreensão do universo guarani exige uma escuta atenta e continuada da palavra, pois "é necessário ter passado longas e repetidas noites de palavras ditas e escutadas para sentir que, para os Guarani, a palavra é o todo e o todo é a palavra" (Melià, 2021, p. 35). A palavra guarani, segundo o autor, é "sonhada, feita carne e história", constituindo-se como fundamento da existência coletiva. Desse modo, a etnologia guarani só se torna possível quando articulada a uma etnografia da palavra, entendida como eixo estruturante da memória, da identidade e da vida social guarani.

O *tekoha* é um território relacional, espiritual e político, no qual se realizam a palavra (*ñe'ẽ*), a memória ancestral, o parentesco e a reprodução da vida coletiva. Conforme afirma Graciela Chamorro (2008), "sem tekoha não há teko; sem lugar não há palavra, e sem palavra não há povo". Para Melià (2021), o *tekoha* é o espaço em que o *teko* se realiza, articulando costumes e os sistemas de organização social, política, econômica e religiosa, constituindo a base da identidade coletiva guarani. A afirmação de Melià reforça essa compreensão ao destacar que o território guarani é condição de possibilidade da cultura e da linguagem, pois "a terra não é um bem, mas o espaço onde a palavra se faz vida". Para o antropólogo:

> O tekoporã é um conceito que atravessa a experiência de vida de todos os Guarani que conheço e também a de outros povos da família tupi-guarani espalhados por mais de dois terços da superfície da América do Sul. Não é, portanto, uma filosofia de limites estreitos. Desde a pré-história o significado de teko, registrado também por Montoya, corresponde a: "ser, estado de vida, condição, estar, costume, lei, hábito"; praticamente os indicadores que dá a antropologia moderna ao conceito de cultura, tal como definiu muito mais tarde Edward B. Taylor, em 1871. Entre as numerosas qualificações que recebe o *teko está* o *tekoporã*. É um bom modo de ser, um bom estado de vida, é um "bem viver" e um "bom viver", mais sentido que filosofado. É um estado venturoso, alegre, contente e satisfeito, feliz e prazeroso, agradável e tranquilo. Existe bom viver quando há harmonia com a natureza e com os membros da comunidade, quando há alimentação suficiente, saúde, paz de espírito. É também identidade cultural plenamente possuída e livre de ameaças. Dos primeiros Guarani que foram conhecidos em 1504 na costa do Brasil, disse o capitão francês Binot de Gonneville que "esses índios são gente simples, que não pedem mais que levar uma vida simples, sem grande trabalho, vivendo da caça e pesca e de algumas raízes que plantam". (Melià, 2021, p. 22)

Desse modo, a desterritorialização imposta pelo colonialismo não implica apenas a perda da terra, mas a ruptura das bases ontológicas da existência guarani, afetando de maneira específica as mulheres, historicamente responsáveis pela transmissão da palavra, do cuidado e da continuidade da vida social, evidenciando como a violência territorial incide também sobre as relações de gênero. Além disso, o neocolonialismo se expressa no controle sobre os corpos e vidas das mulheres indígenas, na marginalização de sua participação política e na negação de autonomia das comunidades, refletindo uma lógica de dominação que persiste desde a colonização, ainda que adaptada às condições contemporâneas (TERRAS INDÍGENAS, 2025), o que temos entendido aqui a partir também do conceito de colonialidade, conforme discutido nos capítulos anteriores.

Por isso, nas reuniões são debatidas questões como a articulação política e a defesa territorial; manutenção cultural e espiritual; denúncia e visibilidade; tomada de decisão coletiva; protagonismo feminino e jovem. Assim,

> [...] outras Aty Guasu foram sendo demandadas em virtude destas aproximações, como a Ati Mitã, aty guasu de crianças e "adolescentes", a Aty Jovem, a Aty Guasu de Professores e Lideranças e também a AtyKuña, aty guasu das mulheres. Tenho a impressão que estes são constituídos diante da necessidade de se pensar sobre pautas emergenciais e discuti-las com o máximo de presença dos coletivos Guarani e Kaiowá em MS. A grande demanda que aparece recorrentemente nestas assembleias é a demarcação das terras indígenas, todas as demais orbitam entorno desta e são discutidas dentro das Aty Guasu. (Seraguza, 2018, p. 7)

Sendo assim, embora existam assembleias específicas, a *Aty Guasu* Geral é inclusiva, ela funciona como espaço de articulação política, tomada de decisões, socialização de informações sobre os territórios antigos e planejamento das ações de retomada. Desde a década de 1970, a *Aty Guasu* implementou reocupações territoriais coletivas como forma de contestar a dominação neocolonial exercida pelo Estado-Nação brasileiro e pelos fazendeiros não indígenas.

O processo de *retomada* é planejado com cuidado, combinando rituais religiosos e assembleias políticas. Nos rituais, os líderes religiosos se conectam com os guardiões do território e com os ancestrais para proteger e orientar as famílias que vão ocupar novamente as terras. As assembleias permitem discutir estratégias, dividir tarefas e organizar a cooperação entre diferentes famílias. O processo de *JeikeJey*[5] envolve toda a comunidade, incluindo crianças e idosos, e segue rituais de proteção, como batismos com

[5]Estratégia de reocupação e retomada de territórios tradicionais: "entrar" e "repetir/reativar" a ocupação do espaço perdido.

água sagrada, pintura corporal e construção de altares. Assim, combinando práticas religiosas e estratégias de resistência, mesmo diante da ameaça de violência e assassinatos de líderes, os Guarani e Kaiowá continuam retomando seus territórios, mantendo vivos seus costumes, rituais e formas tradicionais de organização política e religiosa.

Tais deliberações não envolvem apenas discussões referentes a confrontos físicos e riscos de violência contra a população indígena, mas são também momentos de fortalecimento sociocultural: reuniões comunitárias, rituais religiosos e reconexão intergeracional, são formas de "re-existência" e reconstrução territorial. Assim, a *Aty Guasu* funciona como uma instância política central para os Guarani e Kaiowá, sendo espaço de defesa da autonomia, da identidade e da integridade territorial. Nesses encontros coletivos, a "palavra" ocupa posição central, permitindo que os participantes expressem sua voz, reafirmem saberes tradicionais e fortaleçam a coesão social, evidenciando o caráter político e cultural dessa prática. Conforme Rossato,

> [...] é surpreendente a restauração do ser (Kaiowá ou Guarani) daqueles que recuperam a voz e a vez: pela palavra eles se transfiguram. É o que se pode verificar entre os jovens professores dessas etnias, durante os cursos e encontros, onde eles são respeitados e valorizados e podem expressar-se em suas diversas formas de comunicação. [...] nestas ocasiões mencionadas o que ocorre é uma verdadeira catarse com sua identidade étnica, com as marcas de seu povo, entre as quais, o valor da palavra, vinculado ao modo de ser religioso, é visível e contundente. Junto com o encolhimento territorial, os Kaiowá e Guarani foram encolhendo também sua liberdade de expressão – que faziam, principalmente, através da palavra ritualizada – de movimento e de caminho. (Rossato, 2002, p. 43).

A atuação das mulheres nessas mobilizações não representa seu ingresso recente em uma esfera política anteriormente exclusiva dos homens. Souza (2025) destaca sua centralidade na organização dos fogos domésticos, nas relações de parentesco e nas práticas de fala. A participação nas assembleias e retomadas articula essas formas de autoridade a novas condições de intervenção pública. Essa continuidade não autoriza pressupor uma situação pré-colonial uniforme de igualdade, mas permite questionar a ideia de que a agência feminina teria surgido somente com o contato com instituições não indígenas.

A construção da ação coletiva também envolve diferenças entre parentelas, comunidades e lideranças. As assembleias são espaços de negociação, nos quais a formulação de reivindicações comuns não elimina divergências sobre representação e decisões políticas. A organização das mulheres precisa ser compreendida nessas relações,

inclusive quando elas contestam posicionamentos de homens de suas comunidades (Souza, 2025).

Essa atuação compreende o enfrentamento das violências internas. O mapeamento da Kuñangue Aty Guasu identifica denúncias envolvendo parceiros afetivos, equipes de capitães, agentes policiais e instituições públicas. Reconhecer esses diferentes agentes impede atribuir toda violência a uma causa externa ou apresentá-la como característica cultural indígena. Nos documentos, interessa examinar como as mulheres responsabilizam os agressores e reivindicam proteção, articulando sua segurança à defesa da vida coletiva (Kuñangue Aty Guasu, [s. d.]).

Sendo assim, diferente do que é propagado pelo modelo capitalista, de acordo com Valdenir de Souza,

> A resistência está na coletividade, nos cantos, rezas e na espiritualidade dos Guarani e Kaiowá, onde os fortalecem nos encontros tradicionais indígenas entre lideranças, professores indígenas e não indígenas sensíveis a questão, se tornando uma discussão ampliada em prol do bem-estar e do modo de ser Guarani e Kaiowá. (Souza, 2019, p. 82)

A coletividade e a busca pela espiritualidade são fundamentais para os Guarani e Kaiowá. Segundo Eliel Benites (2014, p. 56), "o modelo de ser Kaiowá e Guarani é baseado na espiritualidade e a coletividade é a metodologia para a busca de um modelo próprio de ser", sendo assim, a resistência Guarani e Kaiowá está pautada nos princípios básicos da educação tradicional, em que a coletividade e a língua materna, ambas regidas pela espiritualidade, conectam os povos indígenas com o mundo físico e espiritual. Para Eliel Benites (2014, p. 57): "sem a espiritualidade não há como compreender o pensamento tradicional. Os Kaiowá e Guarani espiritualizados veem, ouvem e sentem além do óbvio constituído pela visão do conhecimento ocidental".

A discussão de Eliel Benites (2014) permite compreender as epistemologias Kaiowá e Guarani como modos de produzir, transmitir e reconhecer conhecimentos, envolvendo a palavra, a espiritualidade e as relações comunitárias. Sua presença nos espaços institucionais também envolve disputas sobre quais conhecimentos são reconhecidos. Ao apresentar seu mapeamento da violência, a Kuñangue Aty Guasu explicita a necessidade de escrever na língua dos não indígenas para encaminhar denúncias ao Estado. A interculturalidade constitui, assim, uma interlocução atravessada por desigualdades, tendo em vista que as mulheres mobilizam recursos institucionais para

apresentar suas interpretações e exigir respostas, preservando referências próprias na formulação das demandas (Benites, E., 2014; Kuñangue Aty Guasu, [s. d.]).

As mulheres ocupam espaço de destaque nas cosmologias Guaranis e Kaiowás, pois possuem a responsabilidade de cuidar e preservar os valores culturais e as tradições. Além disso, existe uma relação direta entre seus corpos e a terra. "A espiritualidade guarani se organiza em torno da palavra cantada e rezada, que mantém o equilíbrio entre os humanos, a natureza e as divindades" (Chamorro, 2008, p. 72). Dentro das comunidades Kaiowá e Guarani, os Ñanderus[6] e as Ñandesys[7] são considerados autoridades, porque são os responsáveis pela educação espiritual e guiam o povo através dos saberes ancestrais, algo muito valorizado nas sociedades indígenas.

É importante ressaltar que nessas assembleias, o papel das Ñandesys emerge como central porque elas são líderes religiosas em suas aldeias, responsáveis por cuidados espirituais, medicinais e sociais. "A palavra é dada por Ñanderu e Ñandesy e deve ser cuidada ao longo da vida, pois dela depende o *tekoporã*"[8] (Chamorro, 2008, p. 75). A atuação das Ñandesys articula responsabilidades espirituais, cuidado, transmissão de conhecimentos e decisões sobre a vida comunitária. Essas atividades também constituem formas de autoridade política, cuja compreensão exige considerar os critérios de reconhecimento próprios dos coletivos. Essa ampliação de atuação reflete a crítica de Lugones (2008) sobre como as mulheres indígenas desafiam as estruturas patriarcais e coloniais, construindo alternativas de justiça social e sustentabilidade.

De acordo com o relatório da ONU - Mulheres estudo de caso Kuñangue Aty Guasu,

> A liderança espiritual tradicional dos povos Kaiowá e Guarani é geralmente compartilhada por um casal, denominados Nhanderu (homens) e Nhandesy (mulheres). Eles são os guardiões do conhecimento, da cultura e da espiritualidade ancestrais e realizam rituais e práticas relacionadas ao conhecimento tradicional. (ONU Mulheres, 2024, p. 17–18)

As matriarcas Ñandesys (anciãs rezadeiras/parteiras) são as guardiãs dos saberes ancestrais do povo Kaiowá e Guarani, elas lutam em defesa dos direitos da população indígena. A luta dos povos indígenas no Brasil ultrapassa a resistência à violência física

[6] Refere-se aos rezadores, líderes religiosos e guias espirituais.

[7] Refere-se à rezadora, mulher que possui conhecimento e sabedoria ancestral para realizar rituais de cura e bem-estar na comunidade.

[8] Teko Porã é um termo indígena, mas também uma filosofia e uma atitude que significa Bem Viver. O Bem Viver é como chamamos a vida em equilíbrio e harmonia entre as pessoas e a natureza.

e territorial: trata-se de uma *re-existência*, ou seja, de uma forma de existência insurgente que afirma modos de vida ancestrais frente ao projeto colonial ainda em curso. Nesse contexto, as mulheres indígenas reafirmam seu protagonismo como lideranças espirituais, políticas e territoriais, atuando na defesa do *corpo-território* e na reconstrução da autonomia coletiva.

Para os povos originários, o corpo ocupa posição central na diferenciação do humano, enquanto no Ocidente o critério decisivo foi a alma. Como explica Viveiros de Castro:

> [...] o etnocentrismo dos europeus consistia em duvidar que os corpos dos outros contivessem uma alma formalmente semelhante às que habitavam os seus próprios corpos; o etnocentrismo ameríndio, ao contrário, consistia em duvidar que outras almas ou espíritos fossem dotadas de um corpo materialmente semelhante aos corpos indígenas. (Viveiros de Castro, 2015, p.37)

Essa concepção se aproxima da noção de *corpo-território*, defendida por feministas e indígenas latino-americanas, em que o corpo é entendido como espaço relacional, político e territorial. Gallois (2004) distingue a Terra Indígena, relacionada aos procedimentos político-jurídicos do Estado, do território como relação culturalmente específica entre uma sociedade e sua base territorial. Essa distinção permite compreender que a delimitação administrativa de uma área não esgota os vínculos de memória, parentesco e pertencimento que orientam sua ocupação.

Portanto, os territórios tradicionais dos Guarani e Kaiowá não representam apenas o espaço físico, mas concentram a história, os valores e as memórias das famílias e do grupo, configurando-se como lugares de profundo significado simbólico e cultural (Lescano, 2016; Gallois, 2004). A luta por essas terras vai além da disputa por recursos materiais, pois envolve a defesa de práticas, saberes e condições de sujeitos que foram profundamente afetados pelo patriarcado colonial e pela colonialidade de gênero, os quais reorganizaram as relações sociais, ampliando vulnerabilidades e formas de opressão dentro das comunidades.

Essas ações agenciadas pelas indígenas desconstroem a lógica patriarcal, racista e eurocêntrica imposta pelo colonialismo, como analisa Lugones (2008) ao demonstrar que a colonialidade do poder se sustenta na imposição de gênero, raça e cultura como mecanismos de dominação. Assim, as mulheres indígenas, a partir das assembleias, não

apenas resistem, mas propõem formas alternativas de existência e organização social que desafiam a lógica capitalista e ocidental. Nas palavras de Ramires e Martins,

> A história das mulheres Guarani, Kaiowá e Terena é marcada por uma profunda resiliência e uma conexão íntima com suas raízes culturais. Ao longo dos tempos, elas têm sido pilares na preservação de saberes e práticas tradicionais, enfrentando desafios e lutando por seus direitos dentro e fora da reserva. O legado de figuras notáveis como Marçal de Souza[9] e tantas outras pessoas que precisamos (re)conhecer é um testemunho vivo da importância da luta das mulheres nessa comunidade, sendo agentes de mudança e portadoras de tradições ancestrais. Suas memórias e histórias, entrelaçadas com as da reserva, formam um tesouro cultural a ser compartilhado e protegido, inspirando as gerações futuras a perpetuarem a herança de resistência e a vencer com a sabedoria ancestral que moldou suas respectivas identidades como mulheres fortes e guerreiras. (Ramires; Martins, 2014, p. 163-164)

Entre as articulações de mulheres indígenas, destaca-se a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), que reúne mulheres de diferentes povos e territórios na defesa dos direitos indígenas. No Mato Grosso do Sul, a Kuñangue Aty Guasu constitui um espaço de organização e escuta das demandas das mulheres Kaiowá e Guarani. Essas articulações permitem construir objetivos comuns sem eliminar as diferenças entre os povos, as comunidades e as experiências de suas participantes.

3.3 Kuñangue Aty Guasu: um espaço organizativo de luta

A atuação da Kuñangue Aty Guasu se constitui em um contexto de conflitos territoriais e de denúncias de violência contra mulheres Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul. Embora esses coletivos construam articulações políticas comuns, suas diferenças étnicas e suas experiências comunitárias precisam ser consideradas. A discussão dos documentos da assembleia exige, portanto, relacionar as reivindicações das mulheres às condições históricas e territoriais em que são formuladas, sem tomar suas experiências como homogêneas.

[9] MARÇAL DE SOUZA TUPÃ-Y (1920–1983) foi líder indígena Guarani Ñandeva do Mato Grosso do Sul,reconhecido pela defesa dos direitos territoriais e culturais de seu povo. Atuou na luta pela demarcação de terras indígenas e pela preservação das tradições Guarani, sendo também interlocutor entre povos indígenas e a sociedade brasileira, chegando a representar os indígenas do Brasil em encontro com o Papa João Paulo II em 1980. Foi assassinado aos 38 anos por um latifundiário, evidenciando a violência histórica contra os povos indígenas no país. Sua trajetória expressa a resistência e a luta pela sobrevivência dos indígenas frente à expansão agropecuária e à invasão de seus territórios. Disponível em:https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/a-vida-e-a-luta-de-marcal-de-souza-tupai. Acesso em: 22 out. 2025.

Em resposta à realidade de violência dentro e fora das comunidades indígenas, e em um processo contínuo de luta e resistência, as mulheres indígenas se reúnem anualmente nos coletivos *Kuñangue Aty Guasu* (Grandes Assembleias das Mulheres Kaiowá e Guarani). Nessas reuniões, temas cruciais como a demarcação de terras, a saúde da mulher indígena e a violência de gênero são debatidos, refletindo assim a urgência e a relevância de se aprofundar nessa realidade. Justamente a violência de gênero enfrentada pelas mulheres Guarani e Kaiowá, um dos motivos que impulsiona seus encontros anuais nas *Kuñangue Aty Guasu*, é o ponto de partida para esta pesquisa.

Os relatórios apresentam a trajetória da organização como construção de um espaço autônomo de atuação das mulheres Kaiowá e Guarani. Logo na apresentação da XI Assembleia, as participantes afirmam: "Nós somos a Kuñangue Aty Guasu, a maior Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani do estado de Mato Grosso do Sul. Nossa organização foi fundada em 12 de novembro de 2006 pelas Matriarcas anciãs Ñandesy (nossas mães) do nosso povo." (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 1).

O caráter autônomo do movimento é reafirmado quando o relatório registra que "A nossa assembleia é organizada por nós Mulheres para Mulheres Kaiowá e Guarani, meninas, jovens, anciãs e toda a comunidade indígena na liderança das Ñandesys" (Kuñangue Aty Guasu, 2023, p. 2). O enunciado evidencia que a assembleia nasceu para que as próprias mulheres conduzissem seus processos de organização política e definissem suas pautas de luta.

Os documentos também apresentam a publicização das experiências de violência como uma dimensão da atuação da assembleia. Nesse sentido, eles afirmam: "Através deste documento escrito na língua não indígena para compreensão dos Karai (não indígenas), viemos em público traduzir/protocolar as tantas vozes das nossas matriarcas" (Kuñangue Aty Guasu, 2023, p. 3). A escolha dos verbos "traduzir" e "protocolar" evidencia que o relatório não se limita ao registro das assembleias, mas constitui um instrumento de denúncia e interlocução com o Estado.

Outro aspecto recorrente nos relatórios é a centralidade da luta pelo território. As mulheres afirmam que "sem *tekoha* não tem vida" (Kuñangue Aty Guasu, 2020, n.p.), sintetizando a compreensão de que a defesa da terra é condição para a continuidade da vida, da cultura e da espiritualidade Guarani e Kaiowá.

Os documentos também justificam a existência da assembleia pela necessidade de enfrentar as múltiplas formas de violência sofridas pelas mulheres indígenas. No relatório Corpos silenciados, vozes presentes, lê-se: "A violência nos fere cotidianamente e avança

com mais força. Mulheres indígenas gestantes apanham dos seus companheiros (...). Pedimos socorro, que dentro da Lei Maria da Penha haja um parágrafo que atenda às nossas especificidades como mulheres indígenas" (Kuñangue Aty Guasu, 2020, n.p.). Esse enunciado apresenta a organização como espaço de denúncia, acolhimento e reivindicação de políticas públicas específicas.

Por fim, os relatórios evidenciam que a assembleia busca preservar os saberes tradicionais das mulheres. Ao afirmarem que "Nós mulheres Guarani e Kaiowá sabemos como ter e cuidar de nossos filhos. Nossa medicina tradicional e a reza são muito importantes para a saúde da mulher indígena" (Kuñangue Aty Guasu, 2020, n.p.), as participantes reafirmam a defesa das parteiras, das Ñandesy e das práticas tradicionais de cuidado como dimensões indissociáveis da luta política desenvolvida pela *Kuñangue Aty Guasu*.

De acordo com os relatos coletados pela *Kuñangue Aty Guasu*, é possível observar que mulheres, jovens e crianças sofrem diversos tipos de violências, mas nem todas encontram suporte ou têm para onde ir, por isso, há a necessidade de se reinventar em seu território. Os principais tipos de violência identificados no contexto coletivo são caracterizados por violências físicas, sexuais, emocionais:

> Violência física – decorrente de desentendimentos domésticos entre parceiros íntimos. Inclui, principalmente, agressões físicas corporais. As práticas de agressão física podem ser realizadas por homens e mulheres. No caso das mulheres, isso geralmente ocorre como reação ou defesa, a depender da posição que esteja no conflito. A violência, nesse sentido, está fortemente associada ao uso de bebidas alcoólicas e drogas, principalmente em períodos específicos dos circuitos de lazer, as “festas de fim-de-semana”. Essa realidade é um fator de tristeza e constrangimento para as mulheres. Violência emocional/psicológica – esse tipo de violência é caracterizado pelo abandono ou desinteresse por parte dos maridos, namorados ou companheiros. As mulheres também se queixam do não reconhecimento de paternidade. Violência patrimonial – relatou-se a ocorrência de apropriação do salário da esposa pelo marido. (Kuñangue, 2012, n.p).

A grande assembleia é organizada por mulheres, também é considerada como símbolo de resistência e esperança para as comunidades indígenas, e tem como objetivo fazer ouvir as vozes das Guaranis e Kaiowás.

> A nossa luta infelizmente teve que seguir os moldes Karai, hoje temos que dialogar com o estado através de documentos, precisamos escrever na língua Karai. Dessa forma mapear e indexar um banco de dados específico das lutas das lideranças mulheres através de tecnologia apropriada, servirão de base para realização dos apoios às demandas das mulheres, e sobretudo para a realização

> de denúncias consistentes de violências contra as mulheres indígenas. As atividades programadas de consulta e acesso aos processos investigativos em andamento nos órgãos competentes, tais como Ministério Público Estadual, Federal e Justiça Estadual e Federal têm por objetivo acompanhar e mapear o atendimento às demandas, denúncias indígenas, bem como verificar as fases em que se encontram as investigações dos crimes cometidos contra as mulheres indígenas, sobretudo, em relação às demandas das suas famílias. Durante a visitação in loco às terras indígenas em litígio, as lideranças femininas foram escutadas, suas demandas acolhidas e denúncias mais urgentes e encaminhadas imediatamente às autoridades governamentais competentes e ao Ministério Público Federal para que fossem tomadas as devidas providências em caráter de urgência. Por fim, através deste levantamento da situação das mulheres e famílias nas áreas indígenas, foram sugeridas também a realização de encontro ou reunião das mulheres vítimas de violência juntamente com as lideranças de Kunãngue Aty Guasu para debater os temas preocupantes e buscar soluções legais juntos aos órgãos competentes para que as demandas das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá sejam socializadas, visibilizadas, divulgadas e por fim efetivadas. (Kuñangue, 2021, p. 06-07).

A reunião conta com a presença de *Ñandesys* (Anciãs- *Jary*), as mestras tradicionais, e *Ñanderus* (Anciãos- *Námõi*), como também conta com a participação de jovens, rezadeiras, crianças, movimentos sociais, ativistas, imprensa nacional e internacional, universidades, pesquisadores, apoiadores e autoridades estaduais e federais interligadas às questões e às causas indígenas.

Durante as coletivas, as mulheres indígenas pautam o que é de interesse dos povos indígenas, e além das anfitriãs, todos os representantes da comunidade têm voz, espaço, participação e decisão. A assembleia é um espaço de luta/resistência, que une diversas etnias e diferenças culturais em busca de contribuir com as demandas da comunidade indígena perante as autoridades. O evento acontece anualmente, é o maior e também um dos poucos espaços coletivos de debate feminino que escuta a reivindicação da comunidade.

Organizada pelo Cone Sul, a reunião começou em 12 de novembro de 2006, quando um grupo de mulheres indígenas decidiram que seriam porta-vozes de sua caminhada. O evento acontece anualmente e, conforme apresentado nos relatórios, é o maior e também um dos únicos espaços coletivos no estado de Mato Grosso do Sul de debate feminino que escuta o clamor da comunidade indígena. As três últimas edições da Kuñangue Aty Guasu (Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá) ocorreram em **2**024, 2025 e 2026. A XII edição foi realizada entre os dias 27 e 30 de novembro de 2024, na Terra Indígena Limão Verde, em Amambai (MS). A XIII edição ocorreu entre os dias 7 e 11 de maio de 2026, no *tekoha* Cedro, localizado na Terra Indígena Nhanderu Marangatu, em Antônio João (MS), após ter sido adiada de 2025. Durante o ano de 2025,

embora a assembleia principal não tenha sido realizada, o movimento manteve suas articulações políticas e organizativas, culminando na realização da XIII edição em 2026.

Nessas reuniões as mulheres expõem os problemas enfrentados pela população indígena, tudo é documentado em relatórios que servem como uma ferramenta poderosa de denúncia às violências e as discriminações enfrentadas pelas mulheres e pelas comunidades indígenas, conforme demonstram pesquisas como as de Nichnig (2020); Pereira (2020) e Ferretti e Barbosa Meneses (2025). As assembleias buscam mobilizar a sociedade civil e o poder público para garantir os direitos dos indígenas, entre eles o cumprimento de leis que garantem o reconhecimento das culturas, dos saberes e das línguas dos povos originários.

> Atualmente, há um aumento da violência dentro dos territórios indígenas. Os karaí não respeitam nossas aldeias. Em casa, mulheres, jovens e crianças sofrem violência física, psicológica e sexual, mas nem todas encontram suporte ou têm para onde ir. Frequentemente, elas precisam se reinventar em seu próprio território e tentar seguir em frente e proteger suas famílias da melhor maneira. Elas estão longe de postos de polícia e a maior parte dos líderes são homens. Quando os oficiais são chamados para ajudar uma mulher, que está protegida de acordo com a Lei Maria da Penha, eles frequentemente não conseguem encontrar as vítimas. Isso acontece porque em territórios indígenas geralmente não tem sinal móvel ou telefone disponível para ligar e pedir ajuda.(KUÑANGUE, 2012, n.p).

Embora a *Aty Guasu* Geral tenha se consolidado desde os anos 1970 como a principal instância de articulação coletiva desses povos, sua condução é predominantemente masculina, e isso limitava/dificultava a visibilidade e a centralidade das experiências e das pautas femininas. De acordo com Seraguza,

> E neste cenário, as Kaiowá e as Guarani reivindicaram um espaço de fala pública, junto aos homens, junto aos órgãos de governo e não governamentais. Os mais desavisados, repetiam cotidianamente que as mulheres Kaiowa e Guarani, ficavam em silêncio durante a fala dos homens nas aty guasu e outros eventos públicos, sempre, aparentemente, um passo atrás deles. (Seraguza, 2017, p. 10)

A construção de um espaço próprio permite discutir conflitos que não se restringem ao enfrentamento de agentes externos. As denúncias de violência doméstica e as dificuldades de participação também colocam em questão relações de autoridade no interior das comunidades. Isso exige distinguir a defesa dos direitos coletivos da aceitação das decisões de qualquer liderança: contestar uma agressão ou reivindicar participação não significa abandonar a luta territorial.

A violência contra as Nhandesys pode atingir sua integridade física, sua autoridade e a continuidade das práticas de conhecimento que realizam. Seus efeitos, portanto, também precisam ser considerados nas relações comunitárias: ameaçar uma liderança espiritual pode restringir sua participação nas decisões e desautorizar os saberes que transmite. Nesse contexto, os espaços de organização das mulheres permitem tornar essas agressões públicas e formular reivindicações de proteção. Sua existência, contudo, não assegura o fim da violência, pois as denúncias dependem de acolhimento e de respostas das instituições responsáveis.

De acordo com o Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu, "a criação da Kuñangue Aty Guasu foi uma forma de dizer: 'nós também somos liderança'. Somos mães, rezadoras, curandeiras, e somos também guerreiras que defendem a terra e a vida" (Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu, 2023, p. 4).

Segundo a pesquisadora Lucia Pereira,

> A assembleia da kuñangue sempre encoraja as mulheres para levantarem a bandeira contra todos os tipos de violências e que enfrentam os maiores desafios em busca dos seus direitos. Antes, a Reserva era o espaço dominado pelos homens, eles mandavam e desmandavam, muitas vezes silenciando as vozes das mulheres. Nesse espaço de masculinização das relações, muitas mulheres sofriam e continuam sofrendo agressões e até morrem com as violências domésticas. Normalmente elas silenciavam quando passavam pelas violências morais, físicas e/ou psicológicas. Muitas também desconhecem a lei ou a consideram de difícil acesso. (Pereira, 2020, p. 30)

A discussão de Pereira permite compreender que a existência de um espaço de fala não elimina as dificuldades para denunciar as agressões ou acessar proteção. O reconhecimento formal dos direitos pode coexistir com barreiras de informação, atendimento e acolhimento. A atuação da assembleia envolve, assim, a construção de condições para que experiências anteriormente silenciadas sejam reconhecidas como problemas que exigem respostas coletivas e institucionais.

Essa atuação também produz tensões entre a preservação dos vínculos comunitários e a contestação de relações internas de poder. A organização autônoma das mulheres não deve ser interpretada como separação necessária das lutas de seus povos. Ela permite formular demandas específicas e discutir quais condições de participação e segurança precisam integrar a defesa da vida coletiva. Essa tensão aparece na reflexão de Chamorro:

> A Assembleia das mulheres traz pautas incomodas para a própria sociedade Guarani, sobretudo aos homens, o tema do alcoolismo e a violência contra as mulheres e as crianças nas próprias comunidades. Como acontece na sociedade não indígena, há pautas que unem as pessoas num grupo, como lutar pelas

> terras indígenas. Já a luta pelos direitos das mulheres pode mesmo desarticular um movimento, porque muitas pessoas não têm consciência da gravidade da violência física e estrutural contra as mulheres e não são favoráveis a mudanças nesse campo. (Chamorro; Nichnig, 2021, p. 19)

A partir disso, no município de Antônio João, no território sagrado *Nãnderu Marangatu*,[10] em 2006, iniciou-se a grande Assembleia das mulheres indígenas que até 2024, teve doze edições, no início a reunião era chamada de *Aty Guasu* das mulheres Kaiowá e Guarani, mas a partir da quarta assembleia, o coletivo criou sua própria identidade. Conforme Nichnig:

> A *Kuñangue Aty Guasu*, inicialmente era chamada de "Aty Guasu das Mulheres Kaiowá e Guarani". Mas, a partir da quarta assembleia, foi criando a sua própria identidade e alterou o seu nome. Assim, desde 2017, passou a ser denominada *Kuñangue Aty Guasu*, apontando para a criação de uma identidade própria para o movimento de mulheres. A *Kuñangue Aty Guasu* se conectou fortemente em redes nacionais e internacionais para buscar apoio para as suas agendas. O coletivo *Kuñangue Aty Guasu criou* um site na internet e também está presente nas redes sociais, como o Facebook e o Instagram. (Nichnig, 2024, p. 56-57)

Além disso, a *Kuñangue Aty Guasu*, espaço específico das mulheres, evidencia a importância da articulação feminina na defesa de direitos e na construção de identidade.

Ramires e Martins (2024) consideram que

> [...] a Grande Assembleia de Mulheres Kaiowá e Guarani é um movimento muito significativo, principalmente por não ser de apenas brancos estudando indígenas e falando por elas, e sim um movimento de mulheres indígenas que têm voz e sabem do que precisam e o que querem. (Ramires; Martins, 2024, p. 154)

Nesse processo, o coletivo criou sua própria identidade, de acordo com Ferré,

> [...] ao mesmo tempo em que apresenta um viés decolonial, a criação da Kuñangue passou a compreender a identidade das mulheres Guarani e Kaiowá, tornando-as visíveis e fortalecendo seu trabalho na restauração da comunidade. Algumas ações que podem ser entendidas como lutas decoloniais são: a proteção de mulheres e meninas; a ação das mulheres junto aos seus territórios; a preservação e transmissão da sabedoria ancestral; a revitalização dos antigos princípios no cotidiano da parentela; a manutenção do fogo doméstico. Desta forma, observa-se que as mulheres Guarani e Kaiowá, a partir da Kunãngue Aty Guasu, têm contribuído para o processo coletivo e ao mesmo tempo

[10]**Nhanderu Marangatu** significa, em guarani, "Nosso Pai Sagrado" (*ñande* = nosso; *ru* = pai; *marangatu* = sagrado, santo). O nome designa uma Terra Indígena Guarani e Kaiowá localizada no município de Antônio João, Mato Grosso do Sul, reconhecida como território tradicional e símbolo da luta pela demarcação de terras e pela garantia dos direitos territoriais desse povo. Frequentemente mencionada nos Relatórios *Kuñangue Aty Guasu*, Nhanderu Marangatu representa não apenas um espaço geográfico, mas também um território de memória, espiritualidade, ancestralidade e resistência política. Para os Guarani e Kaiowá, o território (*tekoha*) constitui a base material, social, cultural e cosmológica da existência coletiva, sendo indispensável para a reprodução do *teko*, isto é, de seu modo próprio de ser e viver.

> fortalecendo o trabalho das mulheres em diferentes espaços. (Ferré, 2023, p. 100)

Sendo assim, a construção de uma identidade coletiva foi essencial para firmar um lugar de escuta autônomo, fortalecer os laços entre as diferentes gerações de mulheres Guarani e Kaiowá, e assim, articular uma luta que integra território, corpo, espiritualidade e ancestralidade.

De acordo com o Relatório da XI edição, "as mulheres afirmam sua existência e resistência a partir da sua própria voz, com força, coragem e sabedoria" (Kuñangue Aty Guasu, 2023, p. 5). De acordo com Lucia Pereira:

> Ainda é recente a ocupação de mulheres em alguns espaços de poder, e embora a hierarquia seja forte, as mulheres letradas ganham destaques, mas ainda são poucas. Atualmente as mulheres conseguem estudar, cursar uma faculdade e trabalhar, estão mais envolvidas nos movimentos, e assim buscam autonomia para enfrentar a hierarquia masculina. Encontramos muitas mulheres nas partidas de futebol, nos bailes também nos lugares públicos de trabalho, como escola e saúde. Daí podemos concluir que os novos estilos comportamentais, surgidos a partir do que denominei de *kuñarekopyahu*[11], também criam espaços que passam a ser ocupados pelas mulheres, em especial por aquelas que acessam a escolarização. As mulheres mais velhas, como rezadoras e parteiras, reconhecem a importância da ocupação desses novos espaços pelas mulheres mais jovens, mas sempre chamam a atenção para a importância de não se deixar de lado práticas culturais que consideram fundamentais, e que estão inscritas no *kuñarekoymaguare*[12]. Apontam assim, a possibilidade de convivência entre práticas antigas e novas. (Pereira, 2020, p. 31-32)

A distinção apresentada por Pereira permite compreender que as mudanças na atuação das mulheres não correspondem a uma substituição simples das práticas antigas pelas novas. A escolarização e a presença em espaços institucionais ampliam possibilidades de intervenção, mas também suscitam avaliações e negociações entre gerações. O reconhecimento das mulheres mais jovens pode se articular à autoridade das mais velhas, sem que essa relação esteja livre de divergências.

A circulação por espaços institucionais também envolve exigências sobre como apresentar conhecimentos e reivindicações. A produção de relatórios, o emprego do português e a mobilização da linguagem jurídica precisam ser compreendidos nessas condições de interlocução. A interculturalidade envolve tanto a possibilidade de apropriação desses recursos quanto a desigualdade entre os critérios pelos quais os conhecimentos são reconhecidos. Ferretti e Barbosa Meneses discutem essa relação ao

[11] De acordo com Pereira (2020) é uma expressão guarani que se refere a um novo modo de ser mulher.

[12] De acordo com Pereira (2020) é uma expressão guarani que se refere a um "modo de ser mulher tradicional", vivenciado principalmente pelas mulheres mais velhas na cultura guarani-kaiowá, coexistindo com o "kuña reko pyahu" (novo modo de ser mulher) e marcando as diferenças geracionais nas famílias.

aproximar o relatório da linguagem jurídica:

> [...] embora o Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu, a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guaranis, seja marcado por diversas relações dialógicas, é especificamente com o gênero discursivo jurídico Mandado de Injunção Coletivo que aquele documento mais dialoga – visto que ambos buscam o respaldo legal para o exercício de seus direitos já reconhecidos pela Constituição Federal de 1988; contudo, sem aplicabilidade prática pela ausência de dispositivo específico. (Ferretti; Barbosa Meneses, 2025, p. 67)

A aproximação proposta pelas autoras permite investigar como as mulheres mobilizam recursos jurídicos para cobrar a efetivação de direitos. Essa relação não torna o relatório equivalente a uma peça processual: interessa examinar quais recursos são incorporados e como participam da formulação das demandas.

É importante ressaltar que a criação da *Kuñangue Aty Guasu* foi impulsionada por desafios e violências específicas enfrentadas pelas mulheres indígenas, que exigiam uma resposta organizada e liderada por elas, como por exemplo, a invisibilização. Porque – embora a *Aty Guasu Geral* abordasse as pautas do povo – as violências de gênero, como a violência sexual, a violência doméstica, a violência obstétrica e a negligência na saúde materna eram frequentemente subnotificadas ou não recebiam a atenção necessária.

> O mapa da violência apontou as modalidades de violências sofridas – violência doméstica (incluindo estupro de mulheres e crianças), violência obstétrica, violência em disputa por terras, preconceito, racismo e etc. As nossas vozes vinham trêmulas, às vezes, da tensão de relatar as situações vividas (que frequentemente vêm gerando represálias, na forma de mais violência e, até, criminalização de seus meios de luta). As anciãs e nhandesy que vivem nas retomadas de terras denunciaram o não acesso à água potável e as crianças que são reprimidas nas escolas por serem consideradas "sujas". (Kuñangue, 2020, p. 09)

De acordo com Ramires e Martins (2024), o poder público é omisso e negligente e isso resulta em inúmeras mortes que poderiam ser evitadas. Nas palavras dos autores:

> A violência se perpetua nas aldeias por décadas, onde não há policiais nas ruas, não há nenhum planejamento ou intenção de que aconteçam mudanças significativas. Nesse sentido, podemos pensar em movimentos que podem ajudar a mudar essa realidade violenta. Movimentos indígenas como a Organização Terena da Grande Dourados ou demais movimentos, como a Kuñangue Aty Guasu, com as escolas podem formular ações para interações dos/as jovens com saberes e práticas tradicionais e também atividades de lazer, pois a educação é fundamental no processo de mudança. A comunidade sobrevive todos os dias, sobrevive ao tempo e às mudanças não naturais, que são impostas a nós, e o básico que foi oferecido é negligenciado: falta de água, falta de remédio, entre inúmeras outras necessidades. E, para conseguirem ser vistos e ouvidos, uma das maneiras encontradas é fechar a BR-156, que liga a

> cidade de Dourados a Itaporã. Outra maneira utilizada é eleger um representante, que é o capitão, de forma democrática para representar nossa comunidade. (Ramires; Martins, 2024, p. 157).

Ademais, outras pautas são discutidas durante as assembleias: protagonismo feminino na luta territorial; necessidade de autonomia; fortalecimento espiritual e cultural; exigência de políticas públicas específicas para as mulheres indígenas. A luta dos povos Guarani e Kaiowá no âmbito da *Aty Guasu* é marcada pela complementaridade entre homens e mulheres. Segundo o Fundo Brasil (2025), a *Kuñangue Aty Guasu*, é uma organização sem fins lucrativos liderada por mulheres indígenas, cuja missão inclui a defesa dos direitos humanos, com ênfase nas mulheres, jovens, anciãs e meninas, e a luta cotidiana pela demarcação de seus territórios e contra as violências que, de forma extremamente agressiva e cotidiana, afetam a existência das mulheres indígenas.

A articulação entre homens e mulheres na defesa territorial não pressupõe uma distribuição fixa de responsabilidades nem ausência de conflitos. A atuação das mulheres nas retomadas, nas assembleias e na interlocução institucional impede restringi-las ao cuidado e à preservação cultural. Ao mesmo tempo, suas denúncias mostram que a construção de objetivos coletivos precisa incluir o enfrentamento das desigualdades e das violências internas. A relação entre defesa territorial e proteção das mulheres é formulada no documento da VI Assembleia:

> Somos mulheres guarani e kaiowá e temos que ter a garantia dos nossos direitos que levem em consideração as nossas especificidades culturais, para que assim não nos deixe como vítimas da violência do estado e da sociedade brasileira. Sem a demarcação das nossas terras, nós mulheres guarani e kaiowá não poderemos ter uma vida livre da violência. E resistiremos para que possamos ter uma vida com liberdade junto com nossos filhos, nosso povo, em nossa terra. (VI Kuñangue Aty Guasu, 2018, p. 4)

Elas não só denunciam as violações de direitos humanos e a morosidade do Estado na demarcação de terras, mas também atuam ativamente na organização de projetos de apoio e na busca por soluções para os problemas enfrentados em seus territórios. A existência da *Kuñangue Aty Guasu* é um testemunho da força e da capacidade de auto-organização das mulheres indígenas, que se levantam para defender seus "corpos-territórios" e garantir o futuro de seus povos. De acordo com bell hooks,

> Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma

> expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta. (hooks, 2019, p. 38-39)

A reflexão de hooks permite relacionar a enunciação pública à contestação de posições de subordinação. No caso da Kuñangue Aty Guasu, essa aproximação precisa considerar que as mulheres já produzem conhecimentos e interpretações sobre suas experiências antes de sua circulação institucional. Os documentos ampliam os meios pelos quais essas interpretações são dirigidas a interlocutores específicos, acompanhadas de denúncias e exigências de providências.

A articulação com instituições nacionais e internacionais amplia os espaços de apresentação dessas demandas, mas a visibilidade não garante sua efetivação. Para avaliar os efeitos dessa circulação, seria necessário identificar respostas institucionais, medidas adotadas e limites do atendimento. Nesta pesquisa, o foco recai sobre como os documentos constroem interlocutores, atribuem responsabilidades e reivindicam reconhecimento para as experiências das mulheres.

As reivindicações relacionadas à saúde também envolvem o reconhecimento dos conhecimentos das mulheres sobre seus corpos e suas práticas de cuidado. A crítica ao atendimento institucional precisa considerar as situações de desrespeito denunciadas e as condições reivindicadas para um cuidado adequado, sem pressupor uma oposição absoluta entre práticas indígenas e serviços de saúde.

A aproximação dessas demandas com debates feministas exige distinguir convergência política e identificação com um movimento. O enfrentamento das violências e a reivindicação de participação não autorizam atribuir às mulheres uma identidade feminista que elas próprias não assumem. Também não permitem explicar essa posição como medo ou desconhecimento. Nichnig situa essa questão em condições históricas e políticas específicas:

> As mulheres indígenas Kaiowá e Guarani não se declararam feministas, mas se declaram como mulheres de luta. Apesar da compreensão que suas agendas serem pautas reconhecidamente feministas, tais como o enfrentamento às violências de gênero, a luta contra o feminicídio, a participação das mulheres na política e em espaços de poder e decisão, dentre outras. Identificar-se ou não com um movimento tão plural e diverso, por mulheres indígenas do coletivo *KuñangueAtyGuasu*, faz parte de um contexto histórico, social e político específico da história, tanto local como global. Refletir sobre a não identificação com o movimento social pode ser problematizado a partir de diferentes caminhos. (Nichnig, 2024, p. 64-65)

A contribuição de Nichnig desloca a discussão da classificação das mulheres para as condições em que elas nomeiam suas lutas. A expressão “mulheres de luta” precisa ser considerada em seus próprios sentidos e relações políticas. As aproximações com perspectivas feministas podem contribuir para a análise, mas não substituem essa autodefinição nem pressupõem uma agenda compartilhada por todas as participantes.

O diálogo com Lugones (2008) orienta o exame das relações entre racialização, gênero e poder, enquanto os documentos permitem investigar como essas relações são interpretadas e enfrentadas pelas enunciadoras. A contribuição analítica consiste em demonstrar essas articulações nos textos, preservando as especificidades das reivindicações e os limites das categorias empregadas pela pesquisa.

A discussão desenvolvida nesta seção orienta a leitura dos documentos como elaborações políticas situadas das mulheres Kaiowá e Guarani. O capítulo seguinte apresenta o percurso metodológico da investigação, os critérios de seleção e organização do corpus e os procedimentos empregados na análise linguístico-discursiva.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de base documental e bibliográfica, articulada à *etnografia de documentos* (Ferreira; Lowenkron, 2020) e orientada pela Análise Crítica do Discurso (ACD). A concepção de discurso adotada é a de Fairclough (2016), conforme discutido nos capítulos anteriores. Nessa perspectiva, os documentos analisados, especialmente os relatórios produzidos no âmbito da *Kuñangue Aty Guasu*, não são compreendidos como registros neutros, mas como materialidades discursivas produzidas e circuladas em contextos históricos, sociais e políticos específicos.

A *etnografia de documentos*, conforme Ferreira e Lowenkron (2020), contribui para considerar os documentos não apenas como fontes de informação, mas como materiais inseridos em práticas sociais e institucionais. Articulada à ACD, essa perspectiva permite observar os modos de produção, circulação e organização dos discursos, considerando as relações sociais e históricas nas quais os documentos são produzidos.

Essa abordagem é articulada ao que se denomina, nesta pesquisa, *etnografia da palavra*, uma orientação de leitura apoiada nas contribuições de Bartomeu Melià (2012) e Graciela Chamorro (2008) acerca da palavra no universo guarani. Nessa perspectiva, a palavra não é compreendida apenas como instrumento de comunicação, mas também em sua relação com as dimensões social, ética, espiritual e política da vida coletiva. Essa compreensão é particularmente relevante para uma pesquisa que toma como objeto documentos produzidos por mulheres Guarani e Kaiowá, uma vez que permite considerar as especificidades das formas de enunciação e os processos de registro e circulação da palavra indígena.

No âmbito da ACD, a pesquisa pode recorrer a diferentes materiais, como leis, fotografias, vídeos, jornais, sites e entrevistas, compreendidos como textos que podem compor o *corpus* analítico. A análise documental constitui, igualmente, procedimento metodológico da pesquisa. Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), trata-se de "[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos". Nesse sentido, os documentos que compõem o corpus foram examinados sistematicamente, considerando

sua materialidade textual, autoria, contexto de produção, circulação, organização composicional e conteúdo discursivo. Para Resende e Ramalho (2021):

> [...] o suporte científico oferecido pela ACD, para questionamentos de problemas parcialmente discursivos relacionados a poder, envolve o trabalho com textos, em qualquer modalidade – orais, sonoros, escritos, visuais – sob qualquer forma – entrevistas, reportagens, publicidades, narrativas de vida, filmes e assim por diante. Esse principal material empírico com que o/a analista de discurso trabalha carrega propriedades sociodiscursivas muito relevantes, resultantes de sua produção e circulação na sociedade, ao mesmo tempo, constituintes dessa mesma sociedade. (Resende; Ramalho, 2021, p. 21)

A ACD fornece, então, subsídios para pesquisas qualitativas de base documental, pois possibilita descrever e interpretar os textos em sua relação com as práticas sociais. Essa perspectiva permite investigar as relações de poder, as valorações e as possibilidades de agência e resistência que se manifestam por meio da linguagem.

Para Fairclough (2016), a ACD não se limita a examinar o que é dito, mas busca também compreender como o discurso é construído e como participa da constituição da realidade social. O autor propõe um modelo tridimensional que articula: i) texto, compreendendo suas características linguísticas; ii) prática discursiva, abrangendo produção, distribuição e consumo dos textos; iii) prática social, considerando as relações de poder e ideologia.

A análise concentrou-se em como o discurso dos relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* é construído e em suas possíveis contribuições para a manutenção ou a transformação das relações de poder no contexto das violências e das formas de resistência dessas mulheres. Para Fanon (2008), o colonizado usou o conhecimento da língua do colonizador para ter acesso às estratégias de luta, porque "historicamente é preciso compreender que o negro quer falar o francês porque é a chave susceptível de abrir as portas que, há apenas cinquenta anos, ainda lhes eram interditadas" (Fanon, 2008, p. 50). Essa reflexão permite considerar a apropriação da língua do colonizador como uma possibilidade de acesso a espaços e recursos de luta. Quanto ao papel da educação nas lutas indígenas, Martins et al. (2024) afirmam:

> Os povos indígenas, além dos seus ensinamentos culturais e da "filosofia do bem viver", têm muito a ensinar sobre resistência, resiliência, adaptação, transformação, pois são mais de 500 anos de contatos assimétricos em que comunidades inteiras foram massacradas e sumiram, mas, mesmo assim, outras seguem resistindo aos jogos de poder, exploração desenfreada e injusta. A educação converte-se em uma arma da luta indígena por seus direitos, a escola indígena no campo de atuação e preparação para a luta. Infelizmente os povos indígenas encontram-se ainda vulneráveis e em desvantagem na guerra capitalista, que para eles não faz sentido. A educação escolar intercultural

> indígena torna-se uma possibilidade de reorganização das estruturas de formação dos conhecimentos, uma ideia de reagrupamento, reintegração, uma volta à interconexão do conhecimento, que foi fragmentado ao longo da história com base em uma visão cartesiana, eurocêntrica e antropocêntrica. Seria, assim, uma volta às origens holística, ecológica e sintrópica. (Martins et al., 2024, p. 66).

Nesse processo de resistência, adaptação e transformação, a produção de relatórios, documentos e narrativas próprias pode constituir uma forma de registrar experiências e formular reivindicações. A passagem dessas experiências para a escrita envolve escolhas sobre o que registrar, como organizar os acontecimentos e a quais interlocutores dirigir as demandas. Por isso, os relatórios não foram considerados apenas pelo conteúdo das informações apresentadas, mas também pelas formas de construção das denúncias, de identificação das participantes e de atribuição de responsabilidades pelas situações descritas.

A análise examinou como as vozes das mulheres são apresentadas nesses materiais e quais sentidos são construídos por meio desse registro. Foram consideradas tanto as falas atribuídas individualmente às participantes quanto as formulações em que as enunciadoras se apresentam como uma coletividade. Essa distinção permitiu observar como o documento articula experiências pessoais e reivindicações coletivas, sem tomar a voz registrada no relatório como reprodução integral das diferentes posições presentes na assembleia. O caráter coletivo da enunciação foi examinado, portanto, a partir das marcas linguísticas e das formas de organização textual identificadas no *corpus*.

Entre os povos Guarani e Kaiowá, a palavra (*ñe'ẽ*) é um princípio constitutivo do ser, que articula corpo, espiritualidade e modo de vida (*tekoporã*). Para as mulheres, a palavra ocupa lugar central na transmissão dos saberes, no cuidado com a vida e na manutenção dos vínculos comunitários, especialmente por meio das narrativas, rezas (*ñembo'e*) e cantos rituais (*porahei*). Essa compreensão orientou a atenção às referências à palavra e às práticas de conhecimento presentes nos documentos, respeitando os limites de uma pesquisa documental, cujo acesso a essas dimensões ocorreu por meio de seus registros escritos.

Nesse sentido, a articulação entre a *etnografia de documentos* e a *etnografia da palavra* orientou a leitura das relações entre as formas de enunciação e as condições de produção e circulação dos relatórios. A análise considerou como a escrita registra referências à oralidade, à memória e à espiritualidade, bem como os modos pelos quais essas referências são relacionadas às denúncias e às reivindicações. Não se pressupôs,

contudo, que o registro documental pudesse abranger toda a complexidade das experiências vividas ou substituir a participação nas situações em que as palavras foram enunciadas.

A colonialidade, ao impor processos de silenciamento, violência e confinamento territorial, pode afetar as condições de produção, circulação e transmissão do *ñe'ẽ*, repercutindo também nas dimensões cosmológicas e nas relações de gênero que estruturam a vida coletiva. Na pesquisa, essas relações foram examinadas a partir das formulações presentes nos documentos, observando-se como as próprias enunciadoras relacionam as violências denunciadas à defesa dos territórios, dos conhecimentos e dos modos de vida. Esse procedimento permitiu discutir tais relações com base na materialidade discursiva do *corpus*, sem atribuir antecipadamente o mesmo significado a experiências produzidas em contextos distintos.

A análise buscou, assim, compreender como a palavra das mulheres se relaciona à ação política, à produção de conhecimentos e à continuidade da vida coletiva Guarani e Kaiowá. A atenção às escolhas lexicais, às formas de identificação das participantes e à organização das demandas possibilitou examinar como essas relações são construídas na escrita e dirigidas a diferentes interlocutores. Os relatórios que compõem o *corpus*, apresentados na próxima seção, foram analisados considerando essas relações e as particularidades de cada documento.

4.2 *Corpus* de análise

O *corpus* documental da pesquisa foi constituído por relatórios finais, manifestos e documentos institucionais produzidos pela *Kuñangue Aty Guasu* entre 2013 e 2024. O recorte compreende os relatórios IV (2013), V (2017), VI (2018), VII (2019) e XI (2023), acrescidos do Manifesto VIII e do relatório temático Corpos silenciados, vozes presentes (2020), aos quais se soma o estudo de caso elaborado em parceria com a ONU Mulheres (2024). A seleção considerou a relevância desses documentos para a historicização das práticas discursivas das mulheres Guarani e Kaiowá, bem como para a análise dos processos de ressignificação da categoria colonial de gênero, das disputas por território e das denúncias de violência. A organização cronológica do *corpus* permite observar continuidades, deslocamentos e intensificações temáticas no interior do gênero relatório, evidenciando sua consolidação como instrumento político de memória, denúncia e (re)existência.

O quadro abaixo organiza os relatórios considerados na investigação, especificando o ano de publicação, a identificação do documento e o respectivo meio de disponibilização. Essa sistematização permite visualizar o recorte temporal adotado e explicita os critérios de seleção que fundamentam a constituição do *corpus*. A organização cronológica dos anexos acompanha os documentos efetivamente localizados e mobilizados no *corpus*, razão pela qual determinadas edições intermediárias não constam por indisponibilidade documental.

Quadro 1 – Documentos que compõem o *corpus* de análise

Documento	**Tipo de material**	**Fonte**
Relatório IV Kuñangue Aty Guasu (2013)	Texto verbal. Documento disponibilizado em página eletrônica, sem paginação.	KUÑANGUE ATY GUASU. **Documento final do 4º Aty Guasu das Mulheres Guarani e Kaiowá**. Cimi, 8 abr. 2013. Disponível em: https://cimi.org.br/2013/04/34598/. Acesso em: 4 out. 2026.
Relatório V Kuñangue Aty Guasu (2017)	Texto verbal. Arquivo em PDF – 5 páginas	KUÑANGUE ATY GUASU. Documento final da V Kuñangue Aty Guasu: Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, 18–22 set. 2017, Tekoha Kurusu Amba, Coronel Sapucaia-MS. Coronel Sapucaia, MS: Kuñangue Aty Guasu, 2017. Disponível em:https://apiboficial.org/2017/09/25/documentos-finais-da-v-kunangue-aty-guasu/. Acesso em: 24 out. 2025.

Relatório VI Kuñangue Aty Guasu (2018)	Texto verbal. Arquivo em PDF – 6 páginas	KUÑANGUE ATY GUASU. *Documento final da VI Kuñangue Aty Guasu: Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, 2018*. Dourados, MS: Kuñangue Aty Guasu, 2018. Disponível em:https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Documento-Final-da-VI-Kun%C3%A3gue-Aty-Guasu.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.
Relatório VII Kuñangue Aty Guasu (2019)	Texto verbal. Arquivo em PDF – 15 páginas	KUÑANGUE ATY GUASU. *Relatório final da VII Kuñangue Aty Guasu: Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul, 2019*. Japorã, MS: Kuñangue Aty Guasu, 2019. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2019/10/relatorio-final-da-vii-kunangue-aty-guasu-2019.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.
Manifesto VIII Kuñangue Aty Guasu (2020)	Texto verbal. Arquivo em PDF – manifesto – 32 páginas	KUÑANGUE ATY GUASU. *Manifesto VIII Kuñangue Aty Guasu: grande assembleia de mulheres Kaiowá e Guarani*. 2020. Disponível em: https://lutafob.org/wp-

		content/uploads/2020/12/Manifesto_menor.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.
Corpos silenciados, vozes presentes (2020)	Texto verbal. Arquivo em PDF – relatório temático	KUÑANGUE ATY GUASU. *Corpos silenciados, vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani*. 2020. Disponível em: https://lutafob.org/wp-content/uploads/2020/12/Corpos-silenciados_resumo_pag-simples_v04.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.
Relatório final XI Kuñangue Aty Guasu (2023)	Texto verbal. Arquivo em PDF – 28 páginas	KUÑANGUE ATY GUASU. *Relatório final XI Kuñangue Aty Guasu: Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, 21–26 nov. 2023*. 2023. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/pt/component/edocman/relatorio-final-xi-kunangue-aty-guasu-grande-assembleia-das-mulheres-kaiowa-e-guarani-de-ms.html. Acesso em: 26 set. 2026.

Estudo de caso Kuñangue Aty Guasu / ONU Mulheres (2024)	Texto verbal. Arquivo em PDF – relatório institucional 28 páginas	KUÑANGUE ATY GUASU; ONU MULHERES. *Estudo de caso: Kuñangue Aty Guasu*. 2024. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2024/12/ONU-Mulheres_Estudo-de-caso-Ku%C3%B1angue-Aty-Guasu_web-2.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

Fonte: elaboração da autora

A partir da constituição do *corpus*, a análise volta-se às regularidades discursivas identificadas nos documentos, especialmente aquelas relacionadas às formas de nomeação coletiva, às disputas em torno da categoria gênero, à centralidade do território-corpo e às estratégias linguístico-discursivas de resistência mobilizadas pelas mulheres Guarani e Kaiowá. A seleção dos documentos considerou critérios de representatividade temporal, autoria e formato, de modo a assegurar sua pertinência em relação aos objetivos da pesquisa. Priorizaram-se, nesse sentido, os documentos produzidos pelas próprias mulheres e lideranças indígenas. Outros registros relacionados às assembleias, como textos, vídeos e produções acadêmicas, foram mobilizados como materiais complementares para a contextualização e a compreensão do objeto investigado.

O *corpus* constitui, portanto, a base documental sobre a qual se desenvolve a análise, orientada pela identificação e interpretação de padrões discursivos, estratégias de resistência, processos de construção da identidade indígena e formas de participação e agenciamento das mulheres na constituição de espaços de luta e resistência política. Os documentos selecionados são articulados ao referencial teórico adotado, especialmente às contribuições da Análise Crítica do Discurso, dos estudos decoloniais e das discussões sobre gênero, identidade, território e participação política indígena, possibilitando relacionar a materialidade discursiva às condições socio-históricas de produção dos textos.

A delimitação do *corpus* baseou-se em critérios de acessibilidade, circulação pública, autoria institucional e integridade textual. O conjunto não reúne documentos de todas as edições da *Kuñangue Aty Guasu*, pois, durante o levantamento documental, não foi possível localizar ou acessar integralmente os relatórios de algumas assembleias. Essa limitação de acesso não permite afirmar que tais documentos não tenham sido produzidos. Foram incluídos, portanto, os materiais efetivamente localizados e disponíveis para leitura e análise, cuja seleção considerou também sua pertinência aos objetivos da pesquisa.

Nesse sentido, a análise fundamenta-se na perspectiva de discurso e poder anteriormente apresentada, articulando estratégias discursivas, gênero, decolonialidade, organização coletiva e protagonismo das mulheres indígenas. A escolha do *corpus* justifica-se, portanto, por sua relevância histórica, social, política e discursiva. A diversidade temporal dos documentos possibilita observar transformações nas formas de organização das deliberações, nas reivindicações e nas estratégias de construção da voz coletiva, bem como nos modos pelos quais as mulheres indígenas se posicionam discursivamente diante de questões relacionadas aos territórios, aos direitos coletivos, aos direitos das mulheres e à memória de suas comunidades.

Como procedimento metodológico complementar, foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial, especialmente o *ChatGPT* e o *NotebookLM*, em atividades auxiliares de recuperação, organização e conferência de informações. Seu emprego esteve relacionado, sobretudo, à localização de documentos e trechos, à conferência de referências, à recuperação de informações presentes em arquivos digitais e ao apoio à revisão textual. No caso dos documentos em formato PDF, essas ferramentas auxiliaram na localização de ocorrências e passagens específicas, posteriormente conferidas pela pesquisadora nos documentos originais.

O *NotebookLM* também foi utilizado como recurso auxiliar para consulta aos documentos disponibilizados em seu ambiente, possibilitando a recuperação de informações e a localização de passagens nos arquivos inseridos. Esse recurso mostrou-se útil diante da dispersão dos documentos em diferentes meios de circulação e das dificuldades de localização de determinados materiais. Entretanto, as informações recuperadas pelas ferramentas não foram tomadas automaticamente como dados da pesquisa, estando sua utilização condicionada à conferência da materialidade documental e à avaliação da pesquisadora.

Do mesmo modo, a utilização de Inteligência Artificial não correspondeu à

realização da análise dos relatórios. As ferramentas não foram responsáveis pela definição das categorias analíticas, entre elas o gênero enquanto categoria de análise, nem pela interpretação dos sentidos discursivos relacionados à construção social do gênero ou pela elaboração dos resultados. A análise foi desenvolvida pela pesquisadora a partir da leitura dos documentos, da consideração das condições socio-históricas de produção dos discursos e do referencial teórico adotado.

As ferramentas também foram utilizadas como recurso auxiliar em consultas bibliográficas e conceituais, especialmente para a localização e a conferência de referências, datas de publicação e informações relacionadas aos autores mobilizados na pesquisa. Nesses casos, as respostas produzidas foram consideradas informações auxiliares e submetidas à verificação nas respectivas fontes bibliográficas. Da mesma forma, as solicitações de revisão e reformulação textual tiveram caráter exclusivamente auxiliar, permanecendo sob responsabilidade da pesquisadora a definição da argumentação, a fundamentação teórica, a interpretação dos dados e a redação final.

A fim de assegurar transparência quanto a esse procedimento, apresenta-se, em apêndice, o registro das utilizações das ferramentas que puderam ser recuperadas. O registro distingue as atividades de apoio tecnológico das etapas propriamente analíticas da pesquisa. Quando não foi possível recuperar integralmente determinada interação, não foram reconstruídos comandos ou respostas como se fossem registros literais.

Assim, a utilização das ferramentas digitais restringiu-se ao apoio técnico e exploratório em etapas específicas do percurso investigativo. A identificação das regularidades discursivas, a definição de sua relevância analítica, a seleção dos excertos e sua interpretação constituem operações realizadas pela pesquisadora. Consequentemente, conceitos e categorias como identidade, gênero, território-corpo, resistência, autoria coletiva e dialogismo não foram atribuídos automaticamente aos documentos pelas ferramentas, mas definidos e mobilizados no processo analítico a partir do referencial teórico e da leitura crítica do *corpus*.

Dessa forma, o foco da pesquisa não consiste apenas em descrever as violências de gênero sofridas pelas mulheres indígenas, mas em compreender como os discursos produzidos nas assembleias constroem sentidos acerca dessas violências e de suas relações com gênero, poder, território, identidade e resistência. Busca-se, sobretudo, analisar de que modo as mulheres Guarani e Kaiowá produzem, nos documentos das assembleias, formas próprias de enunciação, posicionamento e reivindicação, permitindo compreender como a categoria colonial de *gênero* é tensionada, ressignificada ou

mobilizada em seus discursos. É nesse processo que se tornam centrais as relações de poder, as valorações e as estratégias de resistência que emergem da materialidade discursiva dos documentos.

4.3 Categorias analíticas

A análise do agenciamento da categoria gênero nos relatórios das assembleias das mulheres Guarani e Kaiowá articula as contribuições de María Lugones (2008) sobre a colonialidade de gênero à perspectiva da ACD. Joan Scott (1995) contribui especificamente para a compreensão do gênero como categoria de análise das relações de poder e da construção de hierarquias sociais. As reflexões de Spivak (2014) permitem considerar as condições de possibilidade da fala subalterna e os mecanismos institucionais que mediam, traduzem ou silenciam as vozes das mulheres indígenas nos registros documentais. A partir desse referencial, foi examinado como as mulheres constroem seu agenciamento nos relatórios da *Kuñangue Aty Guasu*, considerando seus posicionamentos como sujeitos políticos e os questionamentos dirigidos às estruturas coloniais e aos papéis sociais impostos.

A articulação dessas contribuições não pressupõe uma equivalência entre suas perspectivas teóricas. Scott (1995) oferece subsídios para investigar como as diferenças de gênero participam da organização das relações de poder, enquanto Lugones (2008) permite problematizar a constituição colonial dessas relações e sua articulação com hierarquizações raciais. Esse diálogo orientou a atenção às formas de identificação das mulheres, às posições de autoridade que ocupam e às relações entre as violências denunciadas e as condições históricas de existência dos povos Guarani e Kaiowá. Assim, o gênero foi examinado em sua relação com o território, a ancestralidade e a organização coletiva.

Nesse percurso interpretativo, mobilizou-se também a *proto-colonialidade do gênero*, categoria heurística proposta nesta pesquisa para a leitura de formações discursivas hierarquizantes anteriores à colonialidade moderna. Sua utilização exigiu distinguir os contextos históricos discutidos, sem pressupor uma continuidade linear entre eles ou projetar sobre as sociedades Guarani e Kaiowá formas de organização identificadas em outras experiências históricas. Seu alcance interpretativo foi considerado em relação aos elementos examinados, evitando tomá-la como explicação geral das relações de gênero.

Os relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* podem ser compreendidos como práticas discursivas de resistência. Bakhtin (2011) considera que a palavra é socialmente situada e produzida na relação com o outro, o que permite lê-los como enunciados coletivos que disputam sentidos sobre gênero, território e violência. À luz da ACD, esses documentos foram analisados em sua relação com as disputas de poder, considerando os modos pelos quais as mulheres contestam relações coloniais e afirmam suas vozes. Essa leitura levou em conta a organização dos enunciados, seus destinatários e as condições institucionais às quais as reivindicações são dirigidas.

Nesse sentido, os relatórios constituem um espaço discursivo no qual as mulheres indígenas disputam os significados de gênero de modo situado, articulando corpo, território, ancestralidade e resistência. Em diálogo com Lugones (2008), essas práticas são compreendidas como formas de (re)existência que denunciam violências e afirmam reivindicações relacionadas à continuidade da vida coletiva. A análise considerou como essas relações são construídas nos documentos, especialmente nas referências aos saberes ancestrais, à defesa territorial e à participação política das mulheres.

As reflexões de Spivak (2014) contribuíram para problematizar a relação entre a presença das vozes das mulheres nos documentos e suas possibilidades de reconhecimento institucional. O registro de uma denúncia não assegura, por si só, seu acolhimento ou uma resposta dos destinatários. Por isso, a análise distinguiu a formulação das reivindicações de sua efetivação, que não pode ser deduzida apenas do conteúdo dos relatórios. Também foram consideradas as mediações da escrita documental, pois a seleção, a organização e a circulação das falas participam das condições em que essas vozes se tornam publicamente acessíveis.

A partir da leitura do *corpus*, observou-se a recorrência de formas de enunciação que constroem as mulheres como sujeitos coletivos de fala, reivindicação e ação política. Os relatórios não apenas registram situações de violência e violações de direitos, mas também constituem espaços nos quais as mulheres produzem denúncias, formulam demandas e afirmam sua participação política. Foram observadas, ainda, as formas de identificação das participantes, incluindo nomes próprios e referências às posições de liderança, consideradas na análise de sua participação e representação nos documentos.

O agenciamento das mulheres é entendido, nesta pesquisa, como a capacidade de participar da produção de significados e práticas sociais, abrangendo formas individuais e coletivas de atuação. Essa compreensão não pressupõe a superação das relações de subordinação ou das condições de violência. A análise voltou-se às possibilidades de ação

construídas nesses contextos, nos quais denunciar, nomear responsáveis e formular exigências constituem práticas de participação política. Assim, os relatórios foram analisados como espaços de resistência simbólica articulados a demandas concretas de proteção da vida, defesa territorial e acesso a direitos, em diálogo com Lugones (2008) e Segato (2012).

Essa atuação foi examinada também por meio das categorias de representação dos atores sociais de van Leeuwen (1998), com atenção à ativação, à personalização e à nomeação. Na ativação, as mulheres são representadas como agentes das ações; na personalização, são representadas como pessoas; na nomeação, são identificadas por nomes próprios. Essas categorias permitem observar aspectos distintos da representação e podem ocorrer conjuntamente. A personalização, por exemplo, pode ocorrer por meio de uma referência coletiva às mulheres, sem que cada participante seja individualmente nomeada.

Essas formas de representação permitiram examinar como os relatórios atribuem às mulheres participação e visibilidade nos processos de reivindicação e decisão coletiva. A interpretação não se limitou, contudo, à identificação isolada de marcas linguísticas: a presença de um nome próprio não foi tomada como prova suficiente de autonomia, nem a atribuição de uma ação foi automaticamente interpretada como resistência. Foram consideradas as ações representadas, os interlocutores e as relações de poder em que se inserem, articulando a análise linguística às condições históricas e discursivas discutidas na pesquisa. Com base nesse percurso teórico-metodológico, o capítulo seguinte apresenta a análise dos relatórios da *Kuñangue Aty Guasu*, examinando sua organização discursiva e os modos pelos quais as mulheres Guarani e Kaiowá constroem suas reivindicações e formas de participação política.

5 OS RELATÓRIOS DA GRANDE ASSEMBLEIA DE MULHERES

5.1 Apresentação dos relatórios em termos discursivos: descrevendo sua organização temática e estilístico-composicional

Este capítulo analisa os relatórios que compõem o *corpus* à luz da concepção de gênero discursivo formulada por Bakhtin. De acordo com o autor, os enunciados se organizam historicamente em formas relativamente estáveis, definidas pela articulação entre conteúdo temático, construção composicional e estilo (Bakhtin, 2011). Parte-se do entendimento de que os relatórios, embora inscritos na esfera técnico-institucional, não operam como registros neutros, mas como práticas discursivas situadas, atravessadas por valores, hierarquias e regimes de verdade. Os relatórios produzidos no âmbito da *Kuñangue Aty Guasu* configuram-se como gêneros discursivos complexos, situados na fronteira entre o campo institucional e os regimes enunciativos próprios das cosmologias indígenas.

No contexto das produções discursivas Guarani e Kaiowá, diferentes estudos têm demonstrado que documentos coletivos como atas, cartas públicas e relatórios de assembleias constituem instrumentos centrais de afirmação política, territorial e epistêmica. Eliel Benites (2014) destaca que a escrita indígena contemporânea configura uma prática de resistência e fortalecimento identitário, articulando memória ancestral, produção de conhecimento e reivindicação de direitos. Em diálogo com essa compreensão, Ferretti e Barbosa Meneses (2025) aproximam esses documentos de instrumentos jurídicos formais de reivindicação, ao evidenciar sua função de interpelação institucional diante da omissão estatal. Dessa forma, os relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* podem ser compreendidos como um gênero institucional ressignificado, em que a forma documental se articula à memória coletiva, à denúncia política e à disputa por reconhecimento.

Nessa perspectiva, embora se apresentem sob a forma de relatórios técnico-políticos, esses documentos extrapolam a função tradicional de registro administrativo e assumem papel central na produção de visibilidade política, na denúncia sistemática das violências e na formulação coletiva de reivindicações. É, assim, a partir dessa compreensão que se analisam, a seguir, os aspectos temáticos, composicionais e estilísticos desses documentos, buscando compreender como sua materialidade linguístico-discursiva participa da produção de sentidos, da legitimação de demandas

coletivas e da disputa por espaços de poder.

Os dados apontam para três aspectos articulados na construção temática, composicional e estilística desse gênero: a) o deslocamento funcional do relatório; b) a constituição de uma voz coletiva; e c) a hibridização genérica como marca das tensões sociodiscursivas que atravessam os documentos.

No fragmento abaixo, observa-se a mobilização explícita da primeira pessoa do plural, expressa pelo pronome "nós", que contribui para a construção de uma voz coletiva e politicamente posicionada. A escolha dessa forma pronominal não se restringe à organização enunciativa do texto, mas produz um efeito de pertencimento e de representação coletiva, uma vez que o sujeito da enunciação se apresenta como integrante de uma coletividade e fala em seu nome. Desse modo, a materialidade linguística do documento evidencia que o relatório não se limita à função de registrar acontecimentos ou informações, mas também produz um posicionamento político diante das instituições e das situações denunciadas. Observa-se, portanto, um deslocamento funcional do gênero, na medida em que a forma documental é mobilizada para produzir denúncia, reivindicação e interpelação institucional. O relatório passa, assim, a operar simultaneamente como registro, instrumento de denúncia e espaço de enunciação coletiva.

Excerto 01

Nós mulheres indígenas kaiowa e guarani, juntamente com as lideranças de nossos tekoha reunidos na VI Kuñangue Aty Guasu junto com Aty Guasu e RAJ (Retomada Aty Jovem), realizada entre os dias 10 e 14 de julho de 2018, naReserva [sic] Índígena de Amambai em Mato Grosso do Sul, viemos anunciar todo o nosso apoio a todos os tekohas retomados por nosso povo, pois a nossa terra é ancestral e de lá não sairemos.

(Kuñangue Aty Guasu, 2018, p. 1)

No Excerto 01, o pronome "nós" articula-se à autodesignação "mulheres indígenas kaiowa e guarani" e à construção verbal "viemos anunciar", construindo uma voz coletiva de apoio às retomadas. Os possessivos presentes em "nossos tekoha", "nosso povo" e "nossa terra" reforçam o pertencimento comunitário. A afirmação "de lá não sairemos" explicita um posicionamento de permanência no território ancestral. É nessa articulação entre identificação coletiva, ações enunciadas e referências à comunidade que a primeira pessoa do plural participa da construção de um posicionamento político.

Excerto 02

É urgente aplicar medidas de proteção para nós mulheres indígenas Defensoras de Direitos Humanos/Ativistas em luta! Nos encontramos perseguidas, criminalizadas pelo Estado, correndo risco de sermos silenciadas, presas e assassinadas…

(Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 22)

No Excerto 02, a expressão 'nós mulheres indígenas Defensoras de Direitos Humanos' articula, em uma mesma construção, a referência de gênero, o pertencimento étnico e a atuação política. A construção enunciativa desloca a experiência particular para uma dimensão coletiva e histórica, articulando gênero, pertencimento étnico e territorialidade. Nesse sentido, a noção de "corpo-território" permite compreender que as referências aos corpos das mulheres não se restringem à dimensão individual, mas se vinculam à defesa dos territórios, dos modos de existência e da continuidade coletiva.

A mobilização do pronome em contextos relacionados à saúde tradicional, à educação intercultural, à defesa dos territórios ancestrais e à denúncia das violências coloniais, institucionais e raciais reforça esse funcionamento. Nesses contextos, o "nós" estabelece uma relação de oposição e interlocução com estruturas e agentes de poder historicamente associados à expropriação, ao silenciamento e à criminalização. A construção dessa oposição não decorre exclusivamente do pronome, mas da articulação entre a primeira pessoa do plural, a nomeação dos agentes externos e o léxico empregado para caracterizar as violações.

Essa construção coletiva manifesta-se também nos possessivos já observados no Excerto 01, como "nossos tekoha", "nosso povo" e "nossa terra", que reforçam o pertencimento comunitário. Nesse sentido, o lema "Nós por nós", presente no Relatório *Intolerância religiosa, racismo religioso e casas de rezas Kaiowá e Guarani queimadas*, elaborado pela *Kuñangue Aty Guasu* e pelo *Observatório da Kuñangue Aty Guasu* (O.K.A.) (2022), sintetiza uma política de autonomia e autogestão, reafirmando o protagonismo das mulheres Kaiowá e Guarani na produção de suas narrativas, na defesa de seus territórios e na construção de seus próprios modos de existência.

O enunciado aparece ao final do documento, após a discussão sobre as violências dirigidas aos espaços sagrados e às Ñandesys, sintetizando uma posição política de resistência: "Enquanto houver o som do mbaraka, takuapu, nhembo'e, vai ter luta! Nós por nós, por todas que vieram antes de nós, por todas que virão!" (Kuñangue Aty Guasu; Observatório Kuñangue Aty Guasu, 2022, p. 55). Nesse excerto, o pronome "nós"

ultrapassa a referência ao presente coletivo e articula diferentes temporalidades, estabelecendo uma relação entre ancestralidade e continuidade histórica. A formulação "por todas que vieram antes de nós, por todas que virão" inscreve a luta das mulheres Kaiowá e Guarani em uma memória coletiva que conecta as ancestrais às futuras gerações, reafirmando a responsabilidade comunitária pela preservação dos saberes, das práticas espirituais e do modo de ser indígena.

A expressão "Nós por nós" constitui, portanto, uma marca discursiva de autonomia e autogestão, deslocando a centralidade da ação política para as próprias mulheres indígenas, que se apresentam como agentes de defesa de seus territórios, corpos, espiritualidades e conhecimentos. Além disso, a referência ao "som do mbaraka, takuapu, nhembo'e" amplia ainda essa dimensão, pois associa a continuidade da luta à permanência de práticas e elementos vinculados à espiritualidade e aos modos de existência fundamentais para a continuidade do *teko*[13] Kaiowá e Guarani. Nesse caso, a resistência discursivamente construída não se restringe à reivindicação dirigida às instituições estatais, mas envolve a defesa de práticas, conhecimentos e formas próprias de existência. O "nós" participa, assim, da construção de uma posição coletiva que articula ação política, memória e continuidade cultural.

Outro funcionamento do pronome pode ser observado na autoidentificação das próprias mulheres Kaiowá e Guarani: "Nós somos a Kuñangue Aty Guasu, a maior Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani do estado de Mato Grosso do Sul" (Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu, 2023-2024, p. 1). A estrutura "nós somos" apresenta uma construção atributiva na qual o coletivo se nomeia e se define discursivamente. Diferentemente de uma representação produzida por um sujeito externo, trata-se de uma forma de autoidentificação por meio da qual as próprias enunciadoras estabelecem quem são e qual lugar ocupam no campo político. O "nós", nesse contexto, contribui para a construção de autoria, pertencimento e legitimidade enunciativa.

No Excerto 02, a sequência "Nos encontramos perseguidas, criminalizadas pelo Estado" associa a primeira pessoa do plural ao léxico da violência e à nomeação do agente responsável, "Estado". A estrutura enunciativa transforma uma experiência de perseguição e criminalização em uma denúncia formulada a partir da posição das próprias mulheres afetadas. Dessa forma, o "nós" participa da passagem da experiência vivenciada

[13]Significa "vida" ou "modo de ser", representando a vida em comunidade e a harmonia com a natureza (como na expressão *Teko Porã* ou Bem Viver).

para uma formulação coletiva de reivindicação, na qual a denúncia se articula à demanda por proteção, reconhecimento e justiça.

Os excertos analisados permitem, portanto, compreender que o "nós" não constitui apenas uma característica formal dos documentos, mas um recurso linguístico que, em articulação com outras marcas discursivas, contribui para a construção de uma posição coletiva de enunciação. Por meio dessa posição, as mulheres Kaiowá e Guarani se apresentam simultaneamente como sujeitos de experiência, produtoras de conhecimento, agentes de denúncia e protagonistas de suas reivindicações. Nesse funcionamento, a primeira pessoa do plural participa da reconfiguração do lugar enunciativo tradicionalmente atribuído às populações indígenas nos discursos institucionais: em vez de figurarem apenas como objeto de descrição ou intervenção, as mulheres se constituem discursivamente como sujeitos que nomeiam suas experiências, interpretam as violências que as atingem e formulam suas próprias demandas. É nesse sentido que o "nós" pode ser compreendido como uma marca de resistência, (re)existência e afirmação de uma posição decolonial no discurso.

Conforme argumenta Fairclough (2016), textos produzidos em contextos de assimetria social operam como espaços privilegiados de disputa simbólica, nos quais sujeitos historicamente subalternizados buscam reconfigurar posições sociais por meio da linguagem. Conforme o autor, as transformações discursivas nas sociedades contemporâneas podem ser observadas, entre outros aspectos, nos processos de *democratização* e *tecnologização do discurso*. Sendo assim, no *corpus* da *Kuñangue Aty Guasu*, essas mudanças tornam-se visíveis nas condições de produção dos relatórios, elaborados em um contexto de intensificação dos conflitos territoriais, precarização das políticas públicas indigenistas e persistente negligência estatal diante das demandas específicas das mulheres indígenas.

Ademais, especificamente no que se refere à democratização do discurso, observa-se o deslocamento de mulheres indígenas de uma posição historicamente associada à tutela e ao silenciamento para a posição de sujeitos legítimos de manifestação política. Esse movimento pode ser observado quando as enunciadoras afirmam:

Excerto 03:

Nós, conselheiras da Kuñangue Aty Guasu, fizemos uma análise de como somos tratadas pelo judiciário karai.

(Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 19)

No trecho acima, essas mulheres assumem discursivamente a autoridade para questionar e confrontar instâncias institucionais de poder, aspecto evidenciado pela escolha vocabular em "*fizemos uma análise"* (grifo nosso), na qual o processo nomeado de "análise" tem como agente as próprias mulheres – "*Nós, conselheiras da Kuñangue Aty Guasu, fizemos uma análise..."* (grifo nosso). Além disso, essas agentes autodenominam-se "conselheiras", agenciando uma nomeação para si a partir de um termo reconhecido também fora do contexto indígena e investido de sentidos de coletividade e poder de deliberação.

Segundo dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o termo "conselheiro[14]" diz respeito ao "Membro de um conselho, de uma comissão que delibera um assunto". Já o termo *Conselho*, por sua vez, é definido como "Reunião de pessoas que busca deliberar ou solucionar um assunto; comissão [...] Grupo do qual faz parte os diretores de uma empresa; diretoria. [...]". Segundo o mesmo dicionário, o termo deriva etimologicamente da palavra latina *consilium*.ii, que significa: "deliberação, assembleia". Portanto, ao utilizarem essa nomeação, trazem para si os sentidos que o termo carrega e legitimam sua autoridade no contexto da Assembleia e dos espaços não indígenas.

Considerando que, do ponto de vista das condições de produção, os relatórios emergem de um contexto marcado pela intensificação dos conflitos territoriais, pela precarização das políticas públicas voltadas aos povos indígenas e pela negligência institucional em relação às demandas específicas das mulheres, essa voz coletiva assume um **tom claro de urgência**, materializado na recorrência de enunciados que articulam sofrimento, denúncia e reivindicação. Essa articulação entre urgência, denúncia e reivindicação pode ser observada no Excerto 02, anteriormente apresentado.

A materialidade linguística do Excerto 02 articula a expressão de urgência "é urgente", a nomeação do agente institucional "Estado" e o léxico da violência, presente em "criminalizadas", "silenciadas" e "assassinadas". Esses elementos relacionam a denúncia das ameaças à reivindicação de proteção. A construção coletiva da resistência também aparece no excerto a seguir:

Excerto 04

Nós mulheres Kaiowá e Guarani compartilhamos nossas lutas e resistências, frente a

[14] Há, no verbete, apenas o termo no masculino.

tantos pacotes de leis anti-indígenas...

(Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 21)

E ainda,

Excerto 05

A saúde pública também não está do nosso lado. Somos nós mulheres que damos a vida e temos o direito de viver. Estamos cansadas de perder as nossas irmãs guarani e kaiowá durante o trabalho de parto. Dar vida a uma vida não é um momento de tristeza, mas o parto tem se tornado um momento de muitas violências entre nós.

(Kuñangue Aty Guasu, 2018, p. 4)

Conforme se constrói a partir do Excerto 04, atualiza-se uma memória coletiva de resistência e inscrição da luta territorial e política como elemento constitutivo da posição-sujeito coletiva construída no discurso. Os sentidos desse coletivo encampam ainda a união entre mulheres de diferentes povos – "Kaiowá e Guarani" (Excerto 04, grifo nosso), os quais se unem diante de um inimigo comum (*leis anti-indígenas*).

Já no Excerto 05, os sentidos de denúncia são construídos pela oposição entre o direito à vida e as violências vivenciadas durante o parto. A formulação "Estamos cansadas de perder as nossas irmãs" marca o desgaste diante da recorrência das mortes, enquanto o possessivo "nossas" inscreve essas perdas em uma experiência coletiva. A oposição entre "damos a vida" e "direito de viver" articula a experiência do parto à reivindicação de proteção da vida das mulheres indígenas.

Assim, os relatórios deixam de operar apenas como documentos de registro e passam a funcionar como espaços de formulação e ação política, denúncia pública e enfrentamento simbólico das estruturas de poder. Ao longo do *corpus*, em termos de **construção estilístico-composicional,** mantêm-se a centralidade dessa denúncia, também a construção de um sujeito coletivo feminino-indígena e a memória de luta, conforme evidenciado até aqui. Por meio da análise temporal dos relatórios percebe-se um processo de estabilização temática do gênero. Essa análise evidencia o caráter relativamente estável dos gêneros discursivos. No entanto, ao mesmo tempo os dados apontam também para transformações decorrentes das condições socio-históricas de produção. Assim, apesar da progressiva regularização composicional, há uma ampliação dos interlocutores institucionais. Conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 2 – Aspectos de manutenção e mudança nas configurações genéricas

Relatório	Características predominantes	Elementos de permanência	Transformações observadas
IV KuñangueAty Guasu (2013)	Organização mais próxima do registro da assembleia, com forte presença de oralidade e relato experiencial	Centralidade da denúncia territorial, defesa das mulheres e construção do coletivo indígena feminino	Estrutura ainda menos sistematizada, com predomínio de narrativas e testemunhos
V Kuñangue Aty Guasu (2017)	Ampliação das denúncias sobre violência e direitos das mulheres	Permanência do "nós" coletivo, memória de luta e reivindicação de direitos	Maior explicitação política das demandas e interlocução com atores externos
VI Kuñangue Aty Guasu (2018)	Consolidação do sujeito político feminino-indígena	Continuidade da denúncia contra colonialismo, racismo e violência	Maior recorrência de autoidentificação coletiva ("Nós mulheres indígenas Kaiowá e Guarani...")
VII Kuñangue Aty Guasu (2019)	Intensificação do discurso de resistência e defesa territorial	Manutenção da memória coletiva e da denúncia institucional	Maior articulação entre gênero, território e direitos humanos
VIII Kuñangue Aty Guasu / *Corpos silenciados, vozes presentes* (2020)	Organização mais formalizada, com seções temáticas, recomendações e destinatários institucionais	Permanência da denúncia, do testemunho e do sujeito coletivo	Maior sistematização composicional e circulação ampliada. Ex.: "A Assembleia foi transmitida de forma online" (Relatório... 2020, p. 4).
XI Kuñangue Aty Guasu (2023)	Fortalecimento da identidade institucional da Kuñangue	Permanência da autorrepresentação coletiva e denúncia das violências	Maior institucionalização do discurso e ampliação das alianças políticas
Estudo de caso – ONU Mulheres (2024)	Discurso mais técnico-institucional, voltado à incidência pública	Permanência da centralidade das vozes indígenas femininas	Maior circulação internacional e legitimação institucional do gênero

Fonte: elaboração da autora, a partir da análise comparativa do corpus.

O Quadro 2 resulta da análise comparativa dos documentos que compõem o *corpus*, a partir da observação de suas características composicionais, recorrências discursivas e transformações ao longo do período analisado.

Conforme Bakhtin (2011), os gêneros discursivos configuram formas relativamente estáveis de enunciado, constituídas historicamente em práticas sociais específicas, sendo assim, no *corpus* analisado, a recorrência de elementos como endereçamentos institucionais, denúncias, reivindicações e encaminhamentos coletivos aponta para a consolidação composicional do gênero. Conforme Ferretti e Barbosa Meneses (2025), o Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu configura-se como um gênero discursivo de natureza político-institucional, cuja organização composicional articula endereçamentos institucionais, denúncias de violações de direitos, reivindicações e encaminhamentos coletivos. Longe de constituir um simples registro das discussões realizadas durante a assembleia, o documento é elaborado para interpelar diretamente diferentes instâncias do Estado e da sociedade civil, assumindo uma função de incidência política na defesa dos direitos dos povos Kaiowá e Guarani.

As autoras demonstram que o relatório é direcionado a 29 destinatários, entre representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de ministérios, órgãos públicos, universidades e organizações da sociedade civil. Essa multiplicidade de interlocutores evidencia que as demandas das mulheres indígenas não são direcionadas a um único agente estatal, mas distribuídas entre diferentes esferas de responsabilidade, revelando a complexidade das violações denunciadas e a necessidade de respostas articuladas.

Além dos endereçamentos institucionais, o relatório sistematiza denúncias relacionadas à violência contra lideranças indígenas, à precarização da saúde, à ausência de acesso à água potável, à morosidade da demarcação dos territórios tradicionais e à omissão do poder público. Essas denúncias são acompanhadas de reivindicações formuladas por meio de construções injuntivas, como "Que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) cumpram com seus objetivos" e "Que seja demarcado e homologado todas as terras indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul", transformando o relatório em um instrumento de reivindicação coletiva e de cobrança institucional (Ferretti e Barbosa Meneses, 2025).

Nessa perspectiva, o relatório ultrapassa a função documental e assume o papel de prática discursiva de resistência, por meio da qual as mulheres Kaiowá e Guarani

tornam públicas suas experiências, denunciam violações de direitos e constroem coletivamente estratégias de interlocução com o Estado. Assim, como observam Ferretti e Barbosa Meneses (2025), o documento constitui um espaço de produção de memória, de mobilização política e de reivindicação de direitos, reafirmando o protagonismo das mulheres indígenas na luta por reconhecimento e justiça social. Em Fairclough (2016), essa regularização pode ser compreendida como parte da institucionalização de uma prática discursiva, por meio da qual as mulheres da *Kuñangue Aty Guasu* consolidam sua legitimidade como sujeitos políticos ativos.

Os relatórios de 2013 e 2017 apresentam uma organização textual mais fragmentada, fortemente marcada pela oralidade e pela predominância de sequências narrativas voltadas ao relato de experiências individuais e coletivas. A partir das edições posteriores, observa-se um processo de maior sistematização composicional, com a incorporação de endereçamentos institucionais, reivindicações, denúncias e encaminhamentos coletivos, conferindo ao gênero um caráter progressivamente mais político e institucional. Essa configuração evidencia um estágio em que o gênero ainda se encontra em processo de consolidação, preservando traços de espontaneidade e proximidade com a enunciação oral.

No entanto, alguns elementos se mantêm ao longo de todo o *corpus*, como a centralidade da denúncia, a construção de um sujeito coletivo indígena e a articulação entre memória, território e resistência. Embora a temática dos relatórios permaneça centrada na denúncia das violações de direitos e na defesa dos povos Kaiowá e Guarani, observa-se, nas edições de 2019, 2022 e 2023/2024, um processo de estabilização do gênero discursivo. Esse movimento manifesta-se na recorrência de elementos composicionais, como os endereçamentos institucionais, a organização das denúncias, a formulação explícita de reivindicações, a identificação dos destinatários institucionais e a sistematização dos encaminhamentos coletivos.

Tais recorrências indicam um processo de relativa estabilização composicional do gênero discursivo, conforme a perspectiva de Bakhtin (2016), ao mesmo tempo em que evidenciam sua inserção cada vez mais consistente nas práticas discursivas da esfera político-institucional. As marcas de oralidade constituem um dos traços mais característicos dos relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* e evidenciam sua estreita relação com as condições concretas de produção do gênero. Diferentemente de documentos administrativos produzidos exclusivamente por escrito, esses relatórios são elaborados a partir das falas proferidas durante as assembleias, preservando testemunhos, narrativas de

experiência, apelos, cantos, palavras de ordem e intervenções das participantes. Trata-se, portanto, de um texto que incorpora diferentes vozes e registra discursivamente um evento coletivo de enunciação.

Essa característica manifesta-se na preservação de citações diretas das participantes, como em "Eu não falo português porque quero. Fui obrigada" (Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 18), ou ainda "Ele me disse que eu era uma vergonha, mas eu não me sinto uma vergonha. Eu me sinto forte. Eu nasci na luta" (Kuñangue Aty Guasu, 2022, n.p). A manutenção dessas vozes individuais confere autenticidade ao relato e transforma experiências particulares em testemunhos coletivos de violência, resistência e afirmação identitária.

Sob a perspectiva bakhtiniana, tais elementos evidenciam que o relatório se constitui como um gênero discursivo híbrido, no qual práticas da tradição oral são recontextualizadas na escrita sem perder sua natureza dialógica (Bakhtin, 2016). Em termos da Análise Crítica do Discurso, esse processo pode ser compreendido como uma recontextualização de práticas discursivas (Fairclough, 2003), por meio da qual vozes historicamente marginalizadas são convertidas em documentos capazes de circular nas esferas política, jurídica e institucional. Assim, mais do que registrar acontecimentos, os relatórios funcionam como dispositivos de tradução política das vozes das mulheres Kaiowá e Guarani, preservando sua memória, fortalecendo sua identidade coletiva e produzindo incidência na luta por direitos.

Nessa direção, em termos de Fairclough (2016), observa-se que o relatório passa a operar como uma prática discursiva de intervenção social, articulando a experiência coletiva das mulheres Kaiowá e Guarani a formas institucionalizadas de reivindicação de direitos, como se observa no excerto a seguir:

Excerto 06

Em nossa assembléia a cada 10 mulheres ouvidas, 9 relataram a ausência de agua [sic] potável nos seus territórios.

(Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 5).

Embora os relatórios façam referência a momentos de fala das participantes, sua materialidade textual é predominantemente escrita e não reproduz de forma marcada as características da oralidade. Os enunciados são organizados segundo padrões de

formalidade próprios da escrita institucional e voltados à documentação das atividades, discussões e deliberações da Assembleia. No Excerto 06, o verbo “relataram” remete às falas das participantes, cujo conteúdo é sintetizado na escrita e organizado por meio da quantificação das mulheres ouvidas. Não se trata de uma transcrição dessas falas, mas de sua recontextualização no interior do relatório. Esse processo transforma experiências e narrativas compartilhadas oralmente durante a Assembleia em registro documental, preservando-as e conferindo-lhes circulação para além da situação imediata de produção. O relatório, desse modo, funciona simultaneamente como registro da memória coletiva e como instrumento de interlocução com agentes externos, entre eles órgãos públicos, instituições e organizações da sociedade civil.

A organização composicional dos Relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* evidencia uma estrutura relativamente estável, constituída por momentos de contextualização, diagnóstico, reivindicação e encaminhamento. Essa organização também é identificada por Ferretti e Barbosa Meneses (2025) na análise do *Relatório Final XI Kuñangue Aty Guasu*. A contextualização apresenta o cenário em que a Assembleia é realizada, situando o encontro, seus participantes e seus objetivos. No *Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu*, por exemplo, a abertura do documento apresenta a identidade coletiva e institucional do movimento: “Nós somos a Kuñangue Aty Guasu, a maior Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani do estado de Mato Grosso do Sul” (Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu, 2023-2024, p. 1).

O diagnóstico corresponde à apresentação e à caracterização das principais problemáticas enfrentadas pelas comunidades. Nos documentos analisados, destacam-se denúncias relacionadas à violência contra as mulheres, às invasões territoriais, ao racismo religioso, às ameaças às Ñandesys, à destruição das casas de reza e à criminalização das lideranças indígenas. No relatório *Intolerância religiosa, racismo religioso e casas de rezas Kaiowá e Guarani queimadas*, por exemplo, afirma-se: “É urgente aplicar medidas de proteção para nós mulheres indígenas Defensoras de Direitos Humanos...”, enunciado que insere a experiência das mulheres em uma formulação coletiva de denúncia e reivindicação (Kuñangue Aty Guasu; Observatório da Kuñangue Aty Guasu, 2022).

As reivindicações aparecem, por sua vez, por meio de solicitações e posicionamentos dirigidos ao Estado e a outras instituições, envolvendo a proteção das defensoras de direitos humanos, a demarcação dos territórios tradicionais, a garantia da liberdade religiosa, o fortalecimento da saúde indígena e da educação intercultural, entre outras demandas recorrentes. Os encaminhamentos materializam-se nas deliberações

produzidas coletivamente durante a Assembleia, indicando ações futuras, estratégias de mobilização e formas de articulação política. O encerramento do relatório *Intolerância religiosa, racismo religioso e casas de rezas Kaiowá e Guarani queimadas* sintetiza essa dimensão ao afirmar: "Enquanto houver o som do mbaraka, takuapu, nhembo'e, vai ter luta! Nós por nós, por todas que vieram antes de nós, por todas que virão!" (Kuñangue Aty Guasu; Observatório da Kuñangue Aty Guasu, 2022, p. 55). O enunciado evidencia que a função do documento não se restringe ao registro dos acontecimentos, uma vez que também projeta uma continuidade da ação coletiva e reafirma o compromisso político da Assembleia com a resistência.

Considerando o conjunto dos documentos analisados, observa-se que essa organização composicional se mantém articulada a diferentes funções discursivas. Os relatórios registram debates e acontecimentos, mas também sistematizam as violações denunciadas, formalizam reivindicações dirigidas às instituições e registram encaminhamentos coletivamente produzidos. A relativa estabilidade desses momentos composicionais permite reconhecer a configuração de um gênero discursivo específico, cuja forma documental é ressignificada pelas condições de produção da *Kuñangue Aty Guasu*. Nesse funcionamento, o relatório ultrapassa o registro administrativo e passa a atuar como documento político, institucional e de memória coletiva, destinado tanto às comunidades indígenas quanto aos interlocutores externos.

Excerto 07

O primeiro passo foi construir uma rede de apoio remoto; o segundo passo foi construir uma equipe em território; o terceiro passo foi a formação técnica das conselheiras da Kuñangue Aty Guasu para o manuseio dos equipamentos; o quarto passo foi fazer os levantamentos dos pontos de internet…

(Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 5)

Nesse excerto, observa-se a utilização de marcadores ordinais como: "primeiro", "segundo", "terceiro" e "quarto" associados à enumeração e ao paralelismo sintático. Esses recursos organizam as ações em uma sequência temporal e lógica, produzindo um efeito de sistematização e planejamento. A repetição da estrutura "o primeiro passo foi", "o segundo passo foi", "o terceiro passo foi" e "o quarto passo foi" estabelece uma progressão que apresenta as ações como etapas articuladas de um processo coletivo.

A organização sequencial contribui para a construção composicional dos relatórios, pois permite não apenas registrar as ações desenvolvidas, mas também

explicitar sua ordem e seus encaminhamentos. Esse procedimento se articula à divisão dos documentos em seções temáticas e à sistematização de diagnósticos, reivindicações e encaminhamentos, conferindo à escrita um caráter institucional. Entretanto, no contexto da *Kuñangue Aty Guasu*, tais recursos não se restringem à organização administrativa das informações. A estruturação das ações também contribui para registrar processos de mobilização coletiva e conferir visibilidade às iniciativas desenvolvidas pelas próprias mulheres.

Desse modo, a forma de organização do enunciado articula dimensão documental e dimensão política: ao ordenar as ações como etapas de um processo, o relatório registra a atuação coletiva, evidencia sua capacidade de planejamento e produz uma memória das iniciativas realizadas. A construção composicional, portanto, participa da ressignificação do gênero relatório, que passa a funcionar não apenas como registro de acontecimentos, mas também como instrumento de sistematização, legitimação e continuidade da ação política coletiva.

Excerto 08

Demandas urgentes para serem implementadas: Criação imediata de uma Rede de Proteção... Reconhecimento das Casas de Medicina Tradicional... Apoio na implementação das Casas de Medicina Tradicional...

(Relatório VIII Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 22)

O trecho acima revela uma organização programática das reivindicações, materializada por estruturas enumerativas e nominalizações que sistematizam as pautas políticas do movimento. No excerto a seguir, observa-se um deslocamento discursivo da denúncia para a formulação de reivindicações por meio de uma linguagem própria do campo das políticas públicas:

Excerto 09

Neste sentido, este espaço deve contar com a participação de mulheres indígenas na sua gestão e construção de modo a assegurar o respeito à cultura e à diferença cultural.

(Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 17)

As nominalizações “participação”, “gestão” e “construção”, associadas ao léxico técnico-administrativo, evidenciam a apropriação estratégica de registros legitimados no

campo institucional. No contexto das reivindicações referentes à Casa da Mulher Indígena, esse recurso indica um processo de letramento político-discursivo, por meio do qual as mulheres mobilizam a linguagem das políticas públicas para reivindicar sua participação na organização desse espaço, assegurando o respeito à cultura e à diferença cultural. Esse domínio também se evidencia no endereçamento explícito a órgãos estatais e organismos internacionais, demonstrando apropriação dos modos legítimos de interlocução institucional:

Excerto 10

Ao Presidente da República
Ao Ministério Público Federal
À ONU Mulheres
[...]

(Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 3)

Ao mesmo tempo, esse processo não implica apagamento das pautas das lutas indígenas, que permanecem visíveis em formulações como:

Excerto 11

As nhandesy afirmam a importância de demarcar as terras tradicionais Kaiowá e Guarani…

(Relatório VIII Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 14)

Excerto 12

[...] *para nós, legalizar e aplicar a tese do Marco Temporal... é legalizar a morte do nosso povo Kaiowá e Guarani…*

(Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 21)

Nos excertos acima não apenas se denuncia uma política estatal, mas também se reinscreve, no próprio dizer, a centralidade da territorialidade e da memória coletiva como fundamentos da existência indígena, de modo que a expropriação da terra, do território, é colocada como "*a morte do nosso povo Kaiowá e Guarani"* (conf. excerto 12).

A esse funcionamento soma-se a presença de termos em língua guarani, como "tekoha" no Excerto 01, "karai" no Excerto 03 e "nhandesy" no Excerto 11. Essas

escolhas inscrevem referências territoriais, formas de designação dos interlocutores e posições de autoridade espiritual na materialidade dos documentos. Nos próximos excertos, são apresentadas uma fala sobre a imposição do português e uma narrativa de experiência sobre racismo e resistência.

Excerto 13

Eu não falo português porque quero. Fui obrigada

(Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 18)

Excerto 14

Nós resistimos muito ainda, temos muito racismo e preconceito, perguntei para o meu companheiro até que ponto a gente ia aguentar.

(Kuñangue Aty Guasu; Observatório da Kuñangue Aty Guasu, 2022, p. 39)

No Excerto 14, a expressão "a gente" e a referência à conversa com o companheiro evidenciam marcas da oralidade preservadas no registro escrito, articulando a experiência pessoal à resistência coletiva. Ao mesmo tempo, observa-se a incorporação de léxico jurídico-político "processos judiciais", "direitos legais", "Constituição Federal" e de vocabulário técnico-administrativo "criação", "gestão", "monitoramento", "implementação", como em "Demandas urgentes para serem implementadas..." (Relatório VIII Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 22).

Nesse sentido, o *corpus* não aponta para um processo de assimilação discursiva, mas para a constituição de uma prática híbrida**,** na qual as enunciadoras mobilizam, de modo estratégico, os registros institucionais sem romper com suas formas próprias de dizer. Tal movimento pode ser interpretado como uma forma de (re)existência, nos termos de Walsh (2013), ao articular resistência, agência e reconfiguração simbólica no interior das disputas discursivas.

Portanto, no plano estilístico, os relatórios evidenciam uma hibridização discursiva marcada pela coexistência de diferentes repertórios linguísticos: expressões em língua guarani, marcas de oralidade, narrativas de experiência, léxico jurídico-político e vocabulário técnico-administrativo. Diante disso, essa heterogeneidade estilística dos relatórios evidencia o trânsito das enunciadoras entre diferentes universos socioculturais na qual se combinam formas de dizer ancoradas na experiência e na cosmologia indígena com registros próprios do campo institucional:

Excerto 15

Exigimos intérpretes de nossa língua para o nosso atendimento em todos os hospitais, postos de saúde, dentro e fora de nossas aldeias no Mato Grosso do Sul. Não podemos ser atendidas por pessoas que não conhecem o nosso modo de ser e não conseguem comunicar conosco com dignidade.

(Kuñangue Aty Guasu, 2018, p. 4)

No fragmento acima, a reivindicação institucional é formulada a partir de uma perspectiva situada, que articula língua, atendimento à saúde e modo de ser indígena. O verbo "exigimos", na primeira pessoa do plural, apresenta as mulheres como agentes da reivindicação. Em "nossa língua", o possessivo "nossa" marca pertencimento coletivo e inscreve a língua como elemento identitário e comunitário.

As expressões "hospitais" e "postos de saúde" identificam os espaços institucionais aos quais a demanda se dirige, enquanto "dentro e fora de nossas aldeias" amplia sua abrangência territorial. A reivindicação de intérpretes relaciona o acesso ao atendimento ao reconhecimento das especificidades linguísticas e culturais das mulheres indígenas.

Na construção "Não podemos ser atendidas por pessoas que não conhecem o nosso modo de ser", a negação contesta condições de atendimento que desconsideram essas especificidades. A expressão "com dignidade" qualifica a comunicação reivindicada e evidencia que a demanda não se restringe à tradução linguística, mas envolve o respeito ao modo de ser indígena. Como argumenta Quijano (2005), a colonialidade do poder opera também no plano linguístico, hierarquizando línguas, saberes e formas de expressão. Nesse contexto, a reivindicação de intérpretes constitui um posicionamento político diante dessas hierarquizações.

No que concerne ao conteúdo temático, os relatórios evidenciam a recorrência de pautas relacionadas à violência contra as mulheres indígenas e à defesa dos territórios tradicionais, indicando a continuidade dessas demandas ao longo das diferentes edições da *Kuñangue Aty Guasu*. No Documento Final da VI Kuñãgue Aty Guasu (2018), as mulheres reafirmam a centralidade da luta pelo território:

Excerto 16

[...] a nossa terra é ancestral e de lá não sairemos

(Kuñangue Aty Guasu, 2018, p. 1)

No mesmo documento, denunciam que “nosso sofrimento é coletivo” (Kuñangue Aty Guasu, 2018, p. 2). Já nos relatórios posteriores, observa-se um alargamento temático. No Manifesto da VIII Kuñangue Aty Guasu (2020), aparecem referências a mulheres “debilitadas, doentes, em situação de abandono e fome” (Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 4), ampliando a discussão para saúde e vulnerabilidade social. Assim, os dados do corpus mostram não a substituição das pautas iniciais, mas sua ampliação ao longo das edições.

Essa ampliação pode ser observada também em:

Excerto 17

A participação das mulheres nas decisões da comunidade é fundamental para fortalecer nossa luta e garantir um futuro melhor para nossas crianças.

(Relatório VII Kuñangue Aty Guasu, 2019, n.p.)

No Excerto 17, a expressão “é fundamental” atribui elevado grau de importância à participação das mulheres nas decisões da comunidade. O enunciado apresenta essa participação como condição para o fortalecimento da luta coletiva e para a construção de melhores condições de vida para as crianças. Além disso, as construções “para fortalecer” e “garantir” estabelecem uma relação de finalidade, vinculando a participação das mulheres a objetivos coletivos. Os possessivos “nossa” e “nossas” reforçam o vínculo entre a atuação feminina, a luta comunitária e a responsabilidade pelas futuras gerações.

Em síntese, os relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* constituem práticas discursivas de resistência decolonial na medida em que não apenas registram demandas coletivas, mas também reorganizam os modos de produção, circulação e legitimação da palavra indígena em espaços historicamente marcados pela colonialidade.

Produzidos pelas próprias mulheres Kaiowá e Guarani, esses documentos deslocam a posição historicamente atribuída aos povos indígenas como objetos de representação, instituindo-os como sujeitos de enunciação e de produção de conhecimento sobre seus corpos, territórios e modos de vida. Além disso, ao circularem simultaneamente entre as comunidades indígenas e instâncias estatais, jurídicas e internacionais, esses relatórios inserem saberes e formas de dizer tradicionalmente silenciadas em circuitos institucionais de poder.

Esse movimento é explicitado no relatório de 2023–2024, quando as mulheres

afirmam:

Excerto 18

Através deste documento escrito na língua não indígena para compreensão dos Karai (não indígenas) e de todxs que não entendem a nossa língua materna, viemos em público traduzir/protocolar as tantas vozes das nossas matriarcas, e todas as demandas das mulheres Kaiowá e Guarani presentes em nossa assembleia. A nossa assembleia é anual, é o maior e um dos únicos espaços coletivos de debate, construção e encaminhamentos do que se refere as nossas demandas, direitos e deveres coletivos como mulheres indígenas.

(Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 3–4)

Desse modo, o gênero relatório deixa de operar apenas como instrumento administrativo e passa a funcionar como tecnologia política de denúncia, memória e autodeterminação indígena.

Sendo assim, a análise realizada evidencia que os relatórios da Grande Assembleia, ao articularem memória coletiva, denúncia política e reivindicação de direitos, ultrapassam a função convencionalmente atribuída ao gênero relatório e assumem centralidade na produção de visibilidade, legitimação e circulação das demandas indígenas em diferentes esferas institucionais. Nos planos temático, composicional e estilístico, observa-se a mobilização de escolhas discursivas que não apenas registram acontecimentos ou encaminhamentos assembleares, mas inscrevem, na materialidade linguística do texto, experiências históricas de violência, processos de luta territorial, saberes ancestrais e formas próprias de organização coletiva.

Ao se apropriarem de um formato historicamente vinculado à racionalidade burocrática e administrativa do Estado, as mulheres Kaiowá e Guarani deslocam suas funções originais e o convertem em espaço de produção de memória, denúncia pública e afirmação política. Nesse movimento, a escrita deixa de operar apenas como mediação documental e passa a constituir uma tecnologia de resistência, por meio da qual vozes historicamente silenciadas produzem conhecimento sobre si, interpelam instituições públicas e reivindicam reconhecimento. Desse modo, os relatórios analisados configuram-se como práticas discursivas situadas, nas quais linguagem, territorialidade, corpo e ancestralidade se articulam na disputa por direitos, visibilidade e autodeterminação, tensionando a ordem do discurso dominante.

5.2 As línguas nos e dos Relatórios

A partir da análise dos dados, observa-se que os relatórios da Grande Assembleia de Mulheres passaram a incorporar ao longo do tempo, de maneira crescente, o uso de línguas indígenas. Esse fenômeno pode ser analisado à luz da Análise Crítica do Discurso, compreendendo a linguagem como espaço de disputa de sentidos e de constituição de sujeitos. Nesse sentido, o uso das línguas indígenas ultrapassa uma dimensão meramente linguística, configurando-se como um gesto político e identitário. A presença dessas línguas nos documentos permite examinar como as mulheres indígenas afirmam sua autoria e seu pertencimento coletivo.

Nos relatórios, a autoria coletiva pode ser examinada pelas formas de autoidentificação, pelos posicionamentos e pelas reivindicações formuladas em nome da assembleia. Mesmo quando há mediação institucional de organizações parceiras, cabe observar como as mulheres indígenas são identificadas e como suas vozes são registradas nos documentos.

A recorrência de termos nas línguas originárias, muitas vezes mantidos sem tradução integral para o português, não se reduz a um recurso lexical ou identitário, mas instaura deslocamentos semânticos que tensionam os regimes de inteligibilidade historicamente associados à língua hegemônica. Desse modo, o enunciado deixa de operar como "representação neutra" da realidade e passa a constituir-se como espaço de disputa simbólica, no qual se entrecruzam memórias discursivas, vozes sociais e relações de poder. Tal movimento pode ser compreendido à luz do princípio do dialogismo formulado por Bakhtin (2011) e da concepção de discurso como prática social proposta por Fairclough (2016).

Nessa perspectiva, a incorporação de termos e expressões em Guarani e Kaiowá nos relatórios constitui uma estratégia discursiva de afirmação identitária e epistemológica, inscrevendo no texto formas próprias de significar o território, a coletividade e as relações sociais, sem se subordinar integralmente aos referenciais da linguagem institucional. Como afirma Davi Kopenawa (2015, p. 480), a palavra está profundamente vinculada à floresta, à ancestralidade e à vida coletiva, indicando que linguagem, território e existência formam dimensões inseparáveis. Assim, a manutenção desses termos nos documentos da *Kuñangue Aty Guasu* pode ser compreendida como gesto político-discursivo de reexistência, por meio do qual as mulheres indígenas reinscrevem, no interior de um gênero institucional, modos próprios de nomear, lembrar

e existir.

Ainda que reconheçam seu caráter transformador, as mulheres indígenas também percebem a escrita na língua do colonizador como uma prática violenta, pois exige que utilizem um idioma distinto daquele aprendido em suas comunidades, especialmente transmitido pelas mães.

Além disso, a relação dos povos indígenas com a palavra vai além da comunicação. Para eles: “Receber a palavra é receber a vida; perder a palavra é perder o sentido de existir segundo o modo de ser guarani” (Chamorro, 2008, p. 64). Sendo assim, o contato de muitas integrantes das comunidades Kaiowá e Guarani com a língua portuguesa ocorre, em grande parte, por meio da escolarização formal, não se configurando, portanto, como língua materna ou primeira língua de socialização. Contudo, a recorrência do português nos relatórios está relacionada à sua função como língua de interlocução com o Estado e com outros espaços institucionais, favorecendo a divulgação das deliberações das assembleias e a formalização das reivindicações políticas.

Os dados do corpus evidenciam que a língua portuguesa é predominante na materialização dos relatórios. Tal aspecto pode ser observado tanto na nomeação institucional dos documentos, “Documento final” (Kuñangue Aty Guasu, 2013; 2017; 2018), quanto na formulação das reivindicações políticas e no recorrente endereçamento a órgãos estatais, contexto no qual a língua portuguesa é hegemônica.

Esses elementos indicam que o português é mobilizado como recurso de circulação político-institucional e formalização pública das deliberações produzidas nas assembleias. A recorrência da língua portuguesa nos títulos, nas seções argumentativas e nos enunciados de reivindicação evidencia sua função estratégica na inserção dos relatórios em esferas institucionais de poder, sem que isso elimine a presença das línguas originárias como marcas de pertencimento e agência discursiva. Assim, a apropriação da língua portuguesa para a elaboração dos relatórios converte-se em uma estratégia de resistência e incidência política. Embora o português seja uma língua historicamente vinculada ao processo de colonização, seu uso é ressignificado pelas mulheres indígenas como instrumento de reivindicação de direitos e de interlocução com o Estado, sem apagar a presença do Guarani e do Kaiowá nos documentos.

Nesse sentido, como argumenta bell hooks (2013), a língua do colonizador, embora historicamente associada à dominação, pode ser ressignificada como espaço de resistência e de insurgência política. Sendo assim, ao se apropriarem do português para

registrar, sistematizar e difundir suas decisões, essas mulheres deslocam a língua de seu lugar hegemônico, transformando-a em instrumento de enunciação própria e de contestação das hierarquias coloniais. Para hooks, falar e escrever a partir das margens não implica apenas inserir-se no discurso dominante, mas reconfigurá-lo, abrindo fissuras por onde emergem outras experiências, saberes e formas de existência.

Nessa perspectiva, o uso do português nos relatórios da Kuñangue Aty Guasu não pode ser compreendido como mera assimilação cultural, mas como uma estratégia político-discursiva de reapropriação. Ao ocupar a língua que historicamente lhes negou legitimidade, as mulheres Kaiowá e Guarani a ressignificam como instrumento de denúncia, interlocução institucional e afirmação coletiva. Tal movimento dialoga com a perspectiva de bell hooks (2013), para quem a linguagem constitui um campo de disputa simbólica, no qual se negociam sentidos, posições sociais e formas de existência.

Nesse mesmo horizonte, a mudança da denominação *Aty Guasu das Mulheres Kaiowá e Guarani para Kuñangue Aty Guasu*, posteriormente adotada nos títulos dos documentos que compõem o corpus analisado, evidencia o agenciamento linguístico e político dessas mulheres. Ao deslocarem a nomeação do português para a língua guarani, reafirmam a língua originária como espaço legítimo de enunciação, pertencimento e produção de conhecimento. O termo em guarani, *Kuñangue Aty Guasu*, "grande assembleia de mulheres", não apenas traduz um evento, mas reivindica um modo de ser e de existir que se ancora na ancestralidade e na coletividade. Essa escolha linguística representa um gesto político de resistência à *colonialidade do poder* e também da língua, na medida em que afirma o direito de se intitular/denominar a partir de um referencial próprio.

Ao se nomearem em sua língua, as mulheres indígenas afirmam sua autoria coletiva e seu posicionamento político nos documentos. Essa autoidentificação não elimina as mediações institucionais de produção e circulação dos relatórios, mas permite examinar como as próprias mulheres se apresentam e formulam suas reivindicações. A perspectiva de Lugones (2008) também contribui para compreender essa mudança como parte do processo de resistência à *colonialidade de gênero*, que subalternizou as mulheres não brancas, associando-as à natureza e à subserviência. Nesse caso, a palavra "mulheres", que tem sido um signo já disputado entre diferentes perspectivas sociais (feministas e não feministas), aparece aqui saturada da significação que o uso da língua indígena implica, isto é, não se trata aqui de uma adjetivação ao substantivo "mulheres", como em "mulheres indígenas", cuja significação remeteria aos sentidos carregados pelo

termo mulheres (como categoria universal). Diferente disso, o que há é o termo da língua indígena – *Kuñangue* – que, nesse contexto de enunciação, vincula a identificação das mulheres ao pertencimento étnico e linguístico. Não se trata de uma adjetivação a uma identidade que existiria anteriormente, mas da marcação de uma identidade de "mulher indígena" na própria língua indígena – "*Kuñangue"*.

Ao retomar a língua guarani e reconfigurar o espaço político do *Aty Guasu*, as mulheres Guarani e Kaiowá contestam relações coloniais de poder e afirmam formas próprias de organização comunitária, baseadas na reciprocidade e na coletividade. Nesse mesmo sentido, bell hooks (2018) enfatiza que o ato de nomear-se é uma forma de insurgência contra o discurso dominante, pois "falar como sujeito é um ato de libertação". Assim, a adoção do título *Kuñangue Aty Guasu* expressa uma prática discursiva que ultrapassa a dimensão linguística, pois inscreve no próprio ato de nomeação elementos relacionados ao corpo, ao território e à memória coletiva das mulheres indígenas. No plano temático, essa articulação pode ser observada no seguinte excerto:

Excerto 19

Nós, mulheres Guarani e Kaiowá, seguimos fortalecendo nossa luta pela defesa do nosso território, da nossa cultura e dos nossos modos de viver, pois nosso corpo também é território de resistência e memória.

(Relatório Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 10)

O excerto evidencia que o território não é compreendido apenas como espaço físico, mas como dimensão constitutiva da existência coletiva, vinculada aos modos de vida, aos saberes tradicionais e à continuidade cultural. A associação entre corpo, território e memória produz uma compreensão ampliada da identidade das mulheres indígenas, na qual a defesa territorial também implica a defesa de suas histórias, conhecimentos e formas próprias de existência.

No plano temático, os relatórios da Kuñangue Aty Guasu constroem uma articulação entre território, corpo, memória e modos próprios de existência, evidenciando que a luta das mulheres Kaiowá e Guarani não se restringe à reivindicação fundiária, mas envolve a defesa de formas coletivas de viver e produzir sentidos sobre o mundo. Essa dimensão pode ser observada no Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu (2024):

Excerto 20

A Kuñangue Aty Guasu emerge como força social com demandas seculares como o território indígena e reivindica a vivência do seu modo de vida cada vez mais desmembrado e solapado pela espoliação da acumulação capitalista do agronegócio. Caracterizada por um forte caráter sociopolítico e cultural, as mulheres Kaiowá e Guarani realizam uma luta comum [...] A partir de um lugar particular do mundo, expressam experiências de um corpo específico, o "corpo-território", moldado pela questão de gênero, racial e territorial.

(Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 7)

O excerto evidencia que o território é significado para além de sua dimensão física ou administrativa, sendo constituído como espaço de pertencimento, memória e reprodução dos modos de vida indígenas. A expressão "demandas seculares como o território indígena" inscreve a reivindicação territorial em uma temporalidade histórica, vinculada às experiências coletivas de resistência diante dos processos de expropriação e violência colonial.

A formulação "corpo-território" amplia essa compreensão ao estabelecer uma relação indissociável entre a experiência corporal das mulheres e o espaço territorial que habitam. O corpo feminino indígena é apresentado como atravessado por dimensões de gênero, raça e território, tornando-se lugar de inscrição das violências sofridas, mas também de resistência política e afirmação identitária.

Além disso, a reivindicação da "vivência do seu modo de vida" evidencia que a defesa territorial envolve a preservação de práticas culturais, conhecimentos tradicionais e formas próprias de organização social. Desse modo, o plano temático dos relatórios constitui o território como elemento central da memória coletiva e da continuidade sociocultural, articulando a luta das mulheres indígenas à defesa de seus saberes, histórias e modos próprios de existência.

Os relatórios organizam-se em torno da denúncia das violências sofridas pelas mulheres indígenas, da defesa do território e da afirmação de direitos coletivos. Essa orientação aparece materialmente no uso recorrente de verbos de reivindicação e posicionamento político, como "exigimos", "defendemos", "não aceitamos" e "convocamos".

Excerto 21

● *Exigimos o retorno imediato dos grupos técnicos de trabalho da FUNAI em nossos Tekohas;*
● *Não aceitamos que os estudos de nossas terras saiam da jurisdição da FUNAI a mando da Bancada Ruralista e Evangélica e vá para o ministério da agricultura;*
● *Defendemos o fortalecimento da FUNAI e sua permanência no ministério da justiça;*
● *Exigimos a conclusão integral dos processos demarcatórios inclusos no tac 2007, e o cumprimento integral do CAC MPF/Funai firmado em 2010;*
● *Exigimos a segurança das lideranças indígenas, jovens, mulheres e crianças que lutam pelo território;*
● *Exigimos a consulta prévia às comunidades Guarani e kaiowá sobre todas as decisões que envolve diretamente os povos indígenas;*
● *Somos contra o uso de veneno nas terras, o agrotóxico causa diarréia, desnutrição, câncer no povo Guarani e kaiowá;*
● *Convocamos o povo, as universidades e outros companheiros (as) que conosco caminham para ajudar a reflorestar as retomadas, doar mudas de árvores;*

(Kuñangue Aty Guasu, 2019, p. 9–10)

O excerto acima evidencia que o horizonte de sentido do relatório está centrado na defesa do território, na denúncia das violências institucionais e na exigência de efetivação de direitos coletivos. Essa orientação temática se materializa, em primeiro lugar, na escolha de verbos performativos no presente do indicativo, em primeira pessoa do plural, “exigimos”, “defendemos”, “não aceitamos” e “convocamos”, marcas linguístico-discursivas que aproximam o relatório do gênero manifesto. Do ponto de vista enunciativo, “universidades” é especialmente significativa, pois revela a construção de alianças interinstitucionais e amplia a circulação discursiva do texto para além das comunidades indígenas.

No plano composicional, a organização em tópicos enumerados produz um efeito de objetividade e sistematização, aproximando o relatório de gêneros institucionais como manifestos, cartas públicas e documentos peticionais. Cada item funciona como uma unidade autônoma de reivindicação, mas, em conjunto, constrói uma cadeia argumentativa orientada pela defesa da vida, do território e da autodeterminação. A enumeração, portanto, não cumpre apenas função organizacional; ela atua como estratégia discursiva de visibilização e hierarquização das demandas políticas.

Para Fairclough (2016), as escolhas lexicais e gramaticais não operam de forma neutra, mas materializam relações sociais e disputas de poder. Nesse sentido, a repetição do verbo "Exigimos", presente em construções como "Exigimos o retorno...", "Exigimos a conclusão...", "Exigimos a segurança..." e "Exigimos a consulta..." (Excerto 21), estabelece um padrão enunciativo marcado pela reivindicação direta. Essa recorrência produz um efeito de ênfase e reforça a construção discursiva das mulheres Kaiowá e

Guarani como sujeitos políticos que formulam demandas, reivindicam direitos e interpelam instituições responsáveis por sua garantia.

A presença do adjetivo “imediato” intensifica semanticamente a urgência da reivindicação, enquanto o possessivo “nossos”, em “nossos Tekohas”, constrói uma relação de pertencimento territorial. Além disso, a manutenção do termo “Tekohas” em língua originária interrompe a linearidade do texto em português e reafirma uma forma própria de nomear e compreender o território, evidenciando a presença da língua e da cosmovisão Kaiowá e Guarani no discurso institucional. Tal escolha dialoga com a reflexão de bell hooks (2013), para quem a linguagem constitui um espaço de luta, no qual sujeitos historicamente marginalizados disputam formas de nomear e existir.

No enunciado “Não aceitamos que os estudos de nossas terras saiam da jurisdição da FUNAI a mando da Bancada Ruralista e Evangélica” (Excerto 21), a construção negativa “Não aceitamos” funciona como uma marca de posicionamento discursivo, pois não apenas informa uma discordância, mas estabelece uma fronteira entre aquilo que o grupo reconhece como legítimo e aquilo que rejeita no campo das decisões sobre seus territórios. Além disso, o uso do verbo “aceitar” na primeira pessoa do plural projeta uma ação coletiva de resistência, configurando as mulheres indígenas como sujeitos que intervêm no debate político e contestam medidas consideradas contrárias aos seus direitos territoriais. A nomeação da “Bancada Ruralista e Evangélica” também desempenha uma função discursiva relevante, pois identifica os atores associados ao conflito e explicita uma relação de oposição entre diferentes projetos de uso e significação da terra.

Por sua vez, em “Convocamos o povo, as universidades e outros companheiros...” (Excerto 21), observa-se uma ampliação dos interlocutores do texto, pois o enunciado ultrapassa o espaço interno da assembleia e convoca outros sujeitos sociais a participar da luta territorial. Esse movimento evidencia o caráter dialógico do discurso, conforme Bakhtin (2011), uma vez que o enunciado se constitui na relação com diferentes esferas sociais e interlocutores. Além disso, as reivindicações relacionadas à FUNAI, aos processos demarcatórios e à consulta prévia às comunidades indígenas revelam uma disputa em torno da gestão dos territórios e da participação dos povos indígenas nas decisões que os afetam. Nesse sentido, essas demandas podem ser compreendidas, à luz de Quijano (2005) e Lugones (2014), como inscritas em relações históricas de colonialidade que atravessam as dimensões de raça, gênero, território e poder.

Assim, o Excerto 21 revela que o relatório não opera apenas como registro documental da assembleia, mas como prática discursiva de resistência, na qual linguagem, território e luta política se articulam na constituição de um sujeito coletivo indígena que denuncia, confronta, propõe e mobiliza. Ao aproximar o documento do gênero manifesto, a análise pode ser aprofundada à luz da perspectiva teórico-metodológica de Fairclough.

Na dimensão da *prática discursiva*, o documento revela processos de produção e circulação que extrapolam o âmbito individual. Observa-se uma autoria coletiva e uma clara orientação para interlocutores múltiplos, como autoridades institucionais e sociedade civil, configurando uma cadeia de interlocução que visa à mobilização e à pressão social. Nesse ponto, a noção de intertextualidade também se faz presente, sobretudo quando o texto dialoga com dispositivos legais, discursos jurídicos ou reivindicações históricas do grupo representado. Já na dimensão da prática social, o documento manifesta-se como ação social concreta.

Conforme Fairclough (2016), o discurso não apenas reflete a realidade, mas participa de sua (re)produção e transformação. Sob essa perspectiva, ao denunciar violações e reivindicar direitos, o relatório constitui-se como uma prática social situada, atravessada por relações de poder, ideologia e disputas por reconhecimento. Na perspectiva tridimensional proposta pelo autor; texto, prática discursiva e prática social, o documento ultrapassa sua função informativa e passa a operar como instrumento de incidência política, mobilizando interlocutores, tensionando relações institucionais e produzindo efeitos na esfera pública.

Essa compreensão é reforçada por Ferretti e Barbosa Meneses (2025), ao demonstrarem que, diante da insuficiência estatal na garantia dos direitos constitucionais dos povos indígenas, os relatórios produzidos nas assembleias passam a desempenhar funções discursivas próximas às de instrumentos jurídicos de reivindicação, especialmente do Mandado de Injunção Coletivo. Segundo as autoras, ambos os gêneros compartilham um mesmo horizonte temático, estruturado em torno da denúncia da omissão institucional e da exigência de efetivação de direitos constitucionalmente assegurados. Assim, a inefetividade das respostas estatais repercute na esfera política, fazendo com que os relatórios incorporem formas de interpelação institucional semelhantes às dos gêneros peticionais, sem perder sua especificidade enquanto enunciados produzidos no interior das lutas das mulheres Kaiowá e Guarani.

Nessa direção, a aproximação entre os relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* e o

Mandado de Injunção Coletivo não decorre de uma equivalência formal entre os gêneros, mas da convergência de seus propósitos discursivos. Em ambos, a reivindicação de direitos fundamentais emerge como resposta à persistência de omissões institucionais, evidenciando como a linguagem é mobilizada estrategicamente para interpelar o Estado, ampliar a legitimidade das demandas e disputar espaços de reconhecimento e de garantia de direitos.

À luz de Bakhtin (2011), compreende-se que o horizonte temático dos relatórios não se restringe aos assuntos abordados, mas envolve as experiências sociais, históricas e políticas que orientam a produção dos sentidos. Nesse horizonte, os documentos se organizam em torno da reivindicação pela garantia e efetivação de direitos constitucionalmente assegurados, especialmente aqueles relacionados ao território, à participação política e à proteção dos povos indígenas. Essa orientação aproxima o texto do domínio semântico do Mandado de Injunção, não por uma correspondência formal, mas pelo movimento político-discursivo de reivindicar direitos diante de lacunas e insuficiências institucionais historicamente vivenciadas.

Diante da inefetividade das instâncias judiciais, o discurso político passa a incorporar, de modo estratégico, traços da linguagem jurídica, buscando ampliar a força de suas reivindicações e torná-las inteligíveis nos espaços formais de poder. Esse movimento tensiona as fronteiras entre os gêneros, modifica suas delimitações tradicionais e revela a complexa interpenetração entre as esferas política e jurídica, em um cenário marcado por desigualdades estruturais no acesso à palavra, ao reconhecimento e à justiça.

No plano estilístico, observa-se a recorrência de escolhas linguísticas que conferem ao relatório um caráter reivindicatório e institucional, especialmente por meio do uso de verbos como “exigimos”, “defendemos” e “convocamos”, que marcam posicionamentos coletivos e ações discursivas de reivindicação. Soma-se a isso a presença de um léxico jurídico-normativo, com termos como “jurisdição”, “processos demarcatórios” e “consulta prévia”, que aproxima o documento de formas discursivas próprias da esfera institucional. Esses recursos linguísticos contribuem para a construção de um enunciador que não apenas relata demandas, mas formula reivindicações e interpela agentes responsáveis pela garantia de direitos.

Além disso, predominam a linguagem coletiva, o uso do “nós”, a oralidade transposta para a escrita e a presença de marcas identitárias indígenas, conferindo à palavra um caráter político e de resistência, sendo assim, uma escrita de intervenção

política, em que a palavra não apenas informa, mas convoca, denuncia e afirma a existência política das mulheres indígenas.

Embora todo enunciado produza efeitos de sentido no mundo social, nem toda escrita tem como finalidade explícita intervir diretamente sobre instituições, normas ou relações de poder. Nos relatórios da *Kuñangue Aty Guasu*, essa dimensão se torna evidente pelo uso recorrente de verbos como "exigimos", "convocamos", "reivindicamos" e "não aceitamos" (Excerto 21), que não apenas descrevem experiências, mas produzem ações discursivas concretas. Assim, mais do que um registro informativo das assembleias, os relatórios constituem uma escrita de intervenção político-discursiva, voltada à denúncia da violência, à cobrança institucional e à efetivação de direitos, conforme discutem Bakhtin (2011) e Fairclough (2016). Essas estruturas evidenciam que os relatórios não são documentos neutros, mas enunciados situados, produzidos no interior das lutas contra a *colonialidade de gênero*. Essa dimensão também pode ser examinada no Excerto 18, anteriormente apresentado.

O excerto 18 explicita a consciência das autoras acerca da função social e política do relatório. Ao caracterizá-lo como um documento escrito "na língua não indígena" para interlocutores externos, as mulheres Kaiowá e Guarani evidenciam que a escrita constitui uma estratégia de interlocução com o Estado e com a sociedade não indígena. Ao mesmo tempo, os verbos "traduzir" e "protocolar" revelam que o relatório não apenas registra acontecimentos, mas converte as experiências, os saberes e as reivindicações coletivas em um documento destinado à incidência política e à reivindicação de direitos. Nesse movimento, a escrita passa a funcionar como prática discursiva de mediação entre diferentes esferas sociais, sem romper com as matrizes culturais e políticas que fundamentam a assembleia.

Excerto 22

21. Nós mulheres Guarani e Kaiowá sabemos como ter e cuidar de nossos filhos e filhas, a reza é muito importante para a saúde e para o crescimento saudável da criança. Enquanto mulher indígena e mãe, ainda sofremos muito nas mãos dos médicos não indígenas, sendo que as parteiras e nhandesy têm reza e remédio para a mulher indígena na hora do parto, para sofrer menos no momento do nascimento da criança mas o hospital ignora estes cuidados. Os hospitais precisam respeitar a medicina tradicional e o trabalho das parteiras indígenas[15]*;*

[15] https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/hospital-universitario-integra-medicina-indigena-ao-atendimento-em-dourados

(Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 13)

Excerto 23

A Kuñangue Aty Guasu está à disposição para ecoar as vozes das mulheres que queiram falar sobre a violência. Desejamos forças e que venham se unir a nós, não usem mais a desculpa de que caíram de bicicleta ou caíram jogando futebol, na justificativa de seus hematomas. A Lei Maria da Penha para proteger a vida de mulheres indígenas é uma lei morta no papel e na prática, porém é a única que tenta minimizar o que chamamos de violência. Mulheres que se colocam como homossexuais sofrem triplamente a violência em seus corpos. A rede territorial (líderes) a maioria são homens, "capitães", não nos ajudam a suportar, refletir e mudar tudo que reproduz a violência no confinamento da Reserva Indígena. Assim como a igreja que fortalece o discurso de que "o amor tudo suporta" ignorando o enfrentamento à violência contra as mulheres indígenas.

(Kuñangue Aty Guasu, 2019, p. 7–8)

No Excerto 22, a oposição entre "médicos não indígenas" e "parteiras e nhandesy" constrói discursivamente o confronto entre distintas racionalidades de cuidado. Enquanto os médicos representam a hegemonia do paradigma biomédico ocidental, as parteiras e ñandesys simbolizam os saberes tradicionais Guarani e Kaiowá, fundamentados na ancestralidade, na espiritualidade e na relação comunitária. Ao reivindicar o reconhecimento dessas práticas, o discurso contesta a hierarquização colonial dos conhecimentos e afirma a legitimidade das epistemologias indígenas no cuidado à saúde. Por isso, a formulação "Nós mulheres Guarani e Kaiowá sabemos como ter e cuidar de nossos filhos e filhas" afirma uma autoridade epistêmica feminina e indígena sobre o parto, a maternidade e a saúde da criança. O uso do verbo "sabemos", em primeira pessoa do plural, não apenas informa um conhecimento, mas reivindica legitimidade para práticas tradicionalmente desqualificadas pela medicina institucional.

No Excerto 23, a enunciação evidencia a sobreposição de diferentes formas de violência que incidem sobre as mulheres indígenas homossexuais. Ao afirmar que essas mulheres "sofrem triplamente a violência em seus corpos", o discurso articula gênero, pertencimento étnico e orientação sexual como marcadores que intensificam a vulnerabilização. Além disso, a crítica direcionada às lideranças masculinas da reserva e à igreja revela como determinadas instituições e autoridades locais contribuem para a reprodução e a legitimação da violência ao silenciarem seu enfrentamento e reforçarem discursos de resignação, como a máxima de que "o amor tudo suporta".

Desse modo, o excerto denuncia a dimensão estrutural e institucional da violência, evidenciando que sua perpetuação decorre não apenas das agressões individuais, mas também da manutenção de relações de poder que restringem o reconhecimento e a proteção das mulheres indígenas. Além do mais, ao afirmar que "a reza é muito importante para a saúde" e que as parteiras e *nhandesy* possuem "reza e remédio", o relatório articula corpo, espiritualidade e cura, recusando a separação moderna entre saúde física e dimensão espiritual. Nesse sentido, quando o texto afirma que "o hospital ignora estes cuidados", não denuncia apenas uma falha de atendimento, mas a exclusão institucional de saberes indígenas. A reivindicação final, "Os hospitais precisam respeitar a medicina tradicional e o trabalho das parteiras indígenas", mobiliza valor modal deôntico, pois expressa obrigação e necessidade normativa.

Conforme Neves (2000), a modalidade deôntica relaciona-se à expressão linguística de dever, obrigação ou permissão. Nesse excerto, o verbo *precisar* atribui responsabilidade às instituições de saúde. Na perspectiva da ACD, essa escolha linguística materializa relações de poder, evidenciando a tensão entre a racionalidade biomédica dominante e os saberes tradicionais Guarani e Kaiowá.

Assim, o excerto evidencia, na própria materialidade linguística, a tensão entre a racionalidade biomédica hegemônica e os saberes tradicionais Guarani e Kaiowá. Tal disputa aproxima-se da crítica formulada por Aníbal Quijano acerca da *colonialidade do poder*, especialmente na hierarquização de saberes, e da formulação de María Lugones sobre os efeitos coloniais que incidem também sobre os corpos, os conhecimentos e as práticas de cuidado das mulheres indígenas. A reivindicação presente no relatório por reconhecimento das parteiras indígenas e dos saberes tradicionais no cuidado à saúde dialoga com iniciativas desenvolvidas pelo Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados (HU-UFGD). Por meio de seu Comitê de Saúde Indígena, o hospital passou a integrar práticas conduzidas por rezadeiras Guarani Kaiowá ao atendimento hospitalar, incluindo rezas tradicionais, uso de medicamentos tradicionais (*pohã ñanã*) e mediação por intérpretes indígenas. Além disso, a instituição anunciou a construção de uma Casa de Reza em seu espaço institucional, como parte da consolidação de um cuidado intercultural. [16]

[16]EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH). **Ambulatório de Saúde Mental, Casa de Reza e podcast em guarani: indígenas ganham protagonismo no HU-UFGD.** Brasília, 2025. Disponível em:HU Brasil. Acesso em: 12 jul. 2026.

Na perspectiva da ACD, a relação entre demandas discursivas e mudanças institucionais exige evidências que permitam acompanhar sua circulação e seus efeitos. As iniciativas mencionadas podem ser relacionadas às pautas de cuidado intercultural, mas não demonstram, por si sós, que tenham resultado diretamente dos relatórios.

No Excerto 23, a análise desloca-se para a violência contra as mulheres indígenas e para os modos como essa violência é silenciada. A formulação "ecoar as vozes das mulheres que queiram falar sobre a violência" é discursivamente significativa porque amplia o horizonte interlocutivo do relatório. Diferentemente de outras passagens em que as enunciadoras delimitam explicitamente "mulheres Kaiowá e Guarani" ou "mulheres indígenas", aqui a escolha pelo sintagma mais amplo "das mulheres" produz um efeito de abertura enunciativa, sem delimitação étnica explícita.

Tal escolha sugere a construção de interlocutoras potenciais para além do grupo imediato da assembleia, podendo incluir outras mulheres indígenas, de diferentes povos, e até mesmo mulheres não indígenas atravessadas por experiências de violência. Essa abertura revela a orientação responsiva do gênero para diferentes interlocutores, característica constitutiva do enunciado na perspectiva bakhtiniana. Desse modo, o relatório ultrapassa a função de registro das assembleias e se configura como um instrumento de intervenção discursiva voltado à circulação de reivindicações, à interlocução com diferentes esferas sociais e à incidência política na defesa dos direitos dos povos indígenas.

A expressão "ecoar as vozes das mulheres" constrói a *Kuñangue Aty Guasu* como espaço de escuta, mediação e amplificação de denúncias. Já o enunciado "não usem mais a desculpa de que caíram de bicicleta ou caíram jogando futebol" (Excerto 23) revela, por meio de exemplos cotidianos, as estratégias de ocultamento da violência física. A referência aos "hematomas" materializa no corpo as marcas da agressão, enquanto a crítica à Lei Maria da Penha como "lei morta no papel e na prática" (Excerto 23) produz uma avaliação fortemente negativa da distância entre existência legal e efetividade concreta. A metáfora "lei morta" (Excerto 23) desestabiliza a autoridade abstrata da norma jurídica, mostrando que, para essas mulheres, a lei existe formalmente, mas não protege de fato.

Ainda nesse excerto, a afirmação de que "mulheres que se colocam como homossexuais sofrem triplamente a violência em seus corpos" (Excerto 23) amplia o campo da denúncia ao explicitar que a violência não incide apenas sobre a condição de ser mulher, mas também sobre a orientação sexual, evidenciando a sobreposição de

diferentes formas de discriminação. A expressão “em seus corpos” mostra que essas formas de opressão não são abstratas: elas se inscrevem materialmente na experiência corporal das mulheres.

Por fim, ao nomear os “capitães” e a “igreja” como instâncias que reproduzem ou sustentam discursos de violência, o relatório identifica atores sociais concretos e tensiona relações internas e externas às comunidades. O enunciado “o amor tudo suporta”, citado como discurso religioso, é ressignificado criticamente: aquilo que poderia funcionar como conselho moral aparece, no relatório, como mecanismo de silenciamento da violência.

Diante disso, o Excerto 23 evidencia que os relatórios não apenas denunciam as múltiplas formas de violência que incidem sobre as mulheres indígenas, mas também produzem deslocamentos discursivos ao nomear, expor e confrontar práticas historicamente responsáveis pelo silenciamento de seus corpos, vozes e experiências. Contudo, esse movimento de resistência não se restringe ao conteúdo temático das denúncias; ele também se materializa nas escolhas linguísticas e composicionais que caracterizam o gênero discursivo.

Nesse sentido, a substituição da expressão "Aty Guasu das Mulheres Kaiowá e Guarani" por "Kuñangue Aty Guasu" não constitui apenas uma alteração terminológica. Trata-se de um gesto político, discursivo e epistêmico de autoinscrição, por meio do qual as mulheres reafirmam a língua originária como espaço legítimo de nomeação, pertencimento e enunciação. Ao privilegiar a autodenominação em guarani, o movimento rompe com a centralidade da língua do colonizador na identificação do próprio coletivo e reafirma a legitimidade de sua identidade linguística e cultural, convertendo a língua em instrumento de resistência e de afirmação de uma epistemologia indígena.

Graciela Chamorro explicita a importância da palavra para a comunidade indígena, ao afirmar que “Para os Guarani, a palavra não é apenas um meio de comunicação, mas constitui a própria essência da pessoa, pois o *ñe’ẽ* é, ao mesmo tempo, palavra e alma” (Chamorro, 2008, p. 63). Essa compreensão permite afirmar que o silenciamento imposto pela colonialidade não é apenas cultural, mas atinge diretamente a constituição do ser. O pesquisador indígena Eliel Benites também reforça a dimensão política e territorial da palavra para os povos indígenas, “Quando se atinge a palavra do povo Guarani Kaiowá, atinge-se também sua forma de existir no território e no mundo” (Benites, 2014, p. 118).

Além disso, o gesto de nomear-se na própria língua constitui um ato de

autoinscrição discursiva e epistêmica, por meio do qual as mulheres Guarani e Kaiowá reivindicam a autoridade sobre sua própria enunciação. Ao recusarem uma denominação exclusivamente em português, deslocam a língua originária para o centro da produção de sentidos, afirmando-a como espaço de pertencimento, memória, resistência e produção de conhecimento. Isso revela o poder do discurso como espaço de resistência, (re)existência e construção de novos mundos possíveis, nesse sentido, a escolha de nomear a assembleia em língua originária não opera apenas no plano identitário ou simbólico, mas atravessa a própria compreensão que as mulheres Kaiowá e Guarani constroem acerca da função social de seus relatórios.

Sendo assim, ao produzirem relatórios em língua portuguesa, mobilizarem categorias jurídicas e dialogarem com discursos de direitos humanos e de gênero, as enunciadoras operam aquilo que bell hooks compreende como apropriação da língua do colonizador como prática de resistência. Para hooks (2013), a linguagem pode converter-se em "lugar de luta", isto é, em espaço de enfrentamento político e reexistência. Assim, ainda que o uso de categorias externas produza tensões e riscos de enquadramento, ele também possibilita circulação pública, inteligibilidade institucional e ampliação da potência política das denúncias indígenas.

Desse modo, a adoção estratégica da língua portuguesa e de determinadas categorias políticas não significa submissão passiva aos discursos coloniais, mas um movimento de reapropriação discursiva por meio do qual as mulheres Kaiowá e Guarani fazem a língua do colonizador funcionar em favor de suas próprias agendas de luta. Há, portanto, uma tensão permanente entre tradução e apagamento, visibilidade e captura, circulação e domesticação dos sentidos. Como problematiza Spivak (2010), a tradução de experiências subalternizadas para categorias produzidas em matrizes ocidentais envolve tensões epistemológicas inevitáveis. No caso da *Kuñangue Aty Guasu*, contudo, tais categorias parecem ser estrategicamente re-apropriadas pelas próprias mulheres Kaiowá e Guarani como forma de interlocução política.

Sendo assim, ao reinscreverem sua língua na nomeação do movimento e do gênero documental, as enunciadoras não apenas afirmam pertencimento étnico e autonomia epistêmica, mas também produzem uma escrita orientada para a circulação pública, para a interlocução institucional e para a defesa de direitos. Assim, o relatório ultrapassa o registro das assembleias e constitui um instrumento de reivindicação e interlocução institucional, como se observa na cobrança de garantia do direito à pensão alimentícia no excerto a seguir:

Excerto 24

A Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá vem por meio desta exigir que este direito seja garantido através do judiciário;

(Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 14)

Linguisticamente, chama atenção o fato de que, mesmo após a adoção da autodenominação *Kuñangue* no título do movimento, no Excerto 24 recorre-se à denominação “Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá”. Essa alternância lexical evidencia a coexistência de diferentes formas de nomeação. Enquanto *Kuñangue Aty Guasu* reafirma a língua originária como marca de pertencimento e autoidentificação, a expressão " Assembleia das Mulheres indígenas Kaiowá e Guarani" corresponde a uma denominação amplamente utilizada em documentos oficiais e jurídicos. Tal alternância pode ser compreendida como uma estratégia de negociação discursiva entre a afirmação da identidade do coletivo e sua interlocução com diferentes esferas institucionais.

Na perspectiva de Bakhtin (2011), essa alternância evidencia a orientação responsiva do enunciado para diferentes interlocutores. Já para Fairclough (2016), revela um processo de hibridização discursiva, em que a língua dominante é estrategicamente apropriada sem o apagamento da identidade linguística originária. Assim, a língua, nos relatórios, não opera apenas como meio de comunicação, mas como prática de mediação política, circulação institucional e afirmação epistêmica. O gesto de nomear-se na própria língua e de articular diferentes repertórios linguísticos evidencia que a disputa pelos sentidos também se manifesta na materialidade do discurso, por meio da qual as mulheres Guarani e Kaiowá reafirmam sua autoridade enunciativa e seu direito de produzir conhecimento a partir de suas próprias referências culturais.

Contudo, essa afirmação discursiva ocorre em um contexto marcado por permanentes disputas em torno dos direitos dos povos indígenas. Apesar dos avanços jurídicos e das estratégias de resistência construídas pelo movimento, o retrocesso na efetivação desses direitos permanece evidente. De acordo com Carneiro da Cunha (2018, p. 127), mesmo após a Constituição Federal de 1988 garantir formalmente inúmeros direitos aos povos originários, sua implementação tem sido sistematicamente obstruída por interesses políticos e econômicos ligados ao agronegócio. O Instituto Socioambiental (ISA, 2022, p. 10) denuncia um "ataque orquestrado aos direitos constitucionais dos povos indígenas, promovido por agentes públicos e privados", caracterizado pela

"paralisação das demarcações, cortes orçamentários e projetos legislativos anti-indígenas" (ISA, 2022, p. 11), configurando um processo contínuo de violação desses direitos. Ainda assim,

Excerto 25

Somos mulheres em defesa de nossas vidas, de nossos filhos, e do nosso território, e as ameaças vêm de diversas partes dos latifundiários, ruralistas e líderes de igrejas, exigimos a proteção de nossa equipe dentro e fora do territórios Kaiowá e Guarani;

(Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 14)

No Excerto 25, a formulação "Somos mulheres em defesa de nossas vidas" articula a identificação coletiva à defesa da existência. Os possessivos presentes em "nossas vidas", "nossos filhos" e "nosso território" relacionam a proteção das mulheres à continuidade familiar e territorial. A nomeação dos agentes associados às ameaças — "latifundiários, ruralistas e líderes de igrejas" — explicita as relações de poder denunciadas. Já o verbo "exigimos", na primeira pessoa do plural, apresenta as enunciadoras como agentes de uma reivindicação de proteção, articulando denúncia e cobrança institucional.

Assim, o excerto evidencia que o relatório não apenas registra violações, mas constrói discursivamente as mulheres indígenas como sujeitos coletivos de resistência, denúncia e exigência política. O retrocesso nos direitos dos povos indígenas no Brasil, apesar das garantias constitucionais de 1988, é impulsionado por fatores políticos, econômicos e ideológicos. As causas principais são pressão do agronegócio e setores econômicos; ataques legislativos e jurídicos; desestruturação de órgãos indigenistas; visão colonial, discursos anti-indígenas e fragilização ambiental. Esse retrocesso resulta na paralisação das demarcações de terras, escalada da violência, degradação ambiental, precarização de serviços e aumento de suicídios em algumas etnias.

Além disso, as mulheres indígenas Kaiowá e Guarani relatam que não há investimento na educação das crianças e dos jovens, e por isso, muitos jovens estão fora da sala de aula. Elas citam também as discriminações que sofrem relacionadas a cor da pele, a língua, aos modos e aos costumes que são específicos da etnia Kaiowá e Guarani, conforme o excerto abaixo:

Excerto 26

A medicina do não indígena tem uma concepção diferente do nosso olhar Guarani e Kaiowá, deixam as doenças adormecidas, não tem paciência em cuidar de um corpo indígena onde a pele é da cor da terra, a língua é diferente, os modos e costumes são diferentes.

(Kuñangue Aty Guasu, 2019, p. 5)

No excerto 26, de modo semelhante ao Excerto 22, a oposição entre “a medicina do não indígena” e “o nosso olhar Guarani e Kaiowá” sugere, ainda que de forma implícita, a existência de diferentes racionalidades de cuidado e concepções de corpo, saúde e cura. Conforme Fairclough (2016), as escolhas lexicais constituem formas de representar a realidade social e de disputar sentidos. Nesse contexto, o emprego do verbo *cuidar* ultrapassa a ideia de assistência médica e remete a uma concepção de cuidado que envolve o reconhecimento da língua, dos costumes, da espiritualidade e da relação com o território, elementos que, segundo o relatório, não são contemplados pela medicina não indígena. Linguisticamente, a construção comparativa não hierarquiza de imediato uma medicina sobre a outra, mas as coloca em relação, produzindo um efeito de contraste entre epistemologias distintas.

Além disso, embora os relatórios sejam redigidos em língua portuguesa, preservam modos de significar próprios da cosmovisão Kaiowá e Guarani. A formulação "um corpo indígena onde a pele é da cor da terra" mobiliza uma metáfora que associa corpo e território, revelando uma compreensão relacional da existência. Na perspectiva de Bakhtin (2011), essa escolha evidencia que a língua é atravessada por valores sociais, culturais e ideológicos. Já para Fairclough (2016), demonstra que o português é reapropriado pelas mulheres Kaiowá e Guarani para expressar saberes e experiências próprias, ressignificando a língua dominante como instrumento de enunciação e resistência.

Conforme observado no Excerto 18, a opção pelo português está orientada à compreensão dos *Karai* (não indígenas) e à interlocução com instituições externas. No Excerto 27, essa relação entre língua e acesso às instituições aparece na reivindicação de intérpretes para o encaminhamento das denúncias. Conforme Bakhtin (2011), todo enunciado é produzido em função de seus interlocutores e antecipa uma resposta desses destinatários.

Excerto 27

Há uma imensa dificuldade de fazer denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres indígenas, na maioria das vezes essas denúncias não chegam há [sic] uma delegacia, e se chegam as mulheres não conseguem denunciar, pois a maioria são falantes da língua materna. Diante disso exigimos que tenham mulheres indígenas capacitadas para ser intérpretes na delegacia de mulher para ajudar as nossas mulheres Guarani e Kaiowá a encaminhar as denúncias;

(Kuñangue Aty Guasu, 2019, p. 13)

Nessa direção, os relatórios são elaborados para circular em diferentes esferas sociais, especialmente junto a órgãos públicos, instituições de justiça e organismos de defesa dos direitos indígenas. À luz da Análise Crítica do Discurso, essa opção linguística evidencia que o relatório ultrapassa a função de registro da assembleia e se constitui como uma prática discursiva de intervenção social, por meio da qual as mulheres Guarani e Kaiowá reivindicam reconhecimento, visibilidade e efetivação de direitos.

Retomando o Excerto 18, as enunciadoras afirmam produzir o documento "na língua não indígena para compreensão dos Karai (não indígenas)", explicitando que o uso do português está orientado para interlocutores externos. Inicialmente, a autoidentificação ocorre de forma etnicamente situada, "mulheres Kaiowá e Guarani", preservando a especificidade do pertencimento coletivo. Outro elemento discursivamente significativo é o uso da forma inclusiva "todxs", marca gráfica não hegemônica da língua portuguesa, geralmente associada a movimentos feministas, acadêmicos e de direitos humanos. Essa escolha estilística permite observar o diálogo com repertórios de linguagem inclusiva, mas, isoladamente, não identifica os destinatários específicos nem os responsáveis pela redação do documento.

Na perspectiva de Bakhtin (2011), essas escolhas revelam que o enunciado é produzido em função de interlocutores socialmente situados; para Fairclough (2016), evidenciam processos de hibridização discursiva, nos quais diferentes vozes sociais atravessam a construção do texto. Desse modo, o relatório articula a autoafirmação Kaiowá e Guarani à interlocução com públicos externos. Na continuação da passagem, contudo, as enunciadoras recorrem ao sintagma mais abrangente "mulheres indígenas", categoria de ampla circulação nos campos jurídico e político. Essa alternância lexical evidencia um movimento de negociação discursiva entre a afirmação de uma identidade étnica específica e a busca por inteligibilidade e alcance político em esferas institucionais mais amplas.

O emprego do verbo "protocolar" é igualmente significativo, pois insere o relatório no campo lexical da burocracia estatal e da linguagem jurídica, no qual se protocolam denúncias, requerimentos e petições. Ao afirmarem que vieram "traduzir/protocolar" suas vozes, as mulheres Kaiowá e Guarani deslocam a oralidade coletiva para a formalização institucional, transformando a experiência vivida em documento político. Essa escolha lexical evidencia a circulação do relatório entre diferentes esferas de atividade social e o aproxima de gêneros da esfera jurídico-administrativa. Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, trata-se de uma estratégia pela qual o texto mobiliza recursos linguísticos para intervir em relações de poder e reivindicar a efetivação de direitos.

Nesse contexto, o relatório passa a desempenhar uma função discursiva semelhante à do Mandado de Injunção, na medida em que denuncia a insuficiência da atuação estatal e reivindica a concretização de direitos coletivos assegurados no plano normativo. Para as mulheres indígenas, o documento ultrapassa sua dimensão informativa e assume caráter político-institucional, constituindo-se como instrumento de formalização de demandas e de interlocução com órgãos estatais, instituições de justiça e organismos de defesa dos direitos humanos.

Os relatórios também demonstram que as denúncias de violência contra as mulheres indígenas não se restringem à descrição de episódios de agressão. Na própria materialidade discursiva, articulam experiências de violência física, simbólica e institucional, a ausência de proteção por parte do Estado e a reivindicação por reconhecimento jurídico e pela efetivação de direitos, convertendo a denúncia em uma prática de resistência, de produção de memória coletiva e de ação política.

Ao nomearem a violência a partir de categorias próprias e, simultaneamente, dialogarem com dispositivos legais do Estado, as mulheres Kaiowá e Guarani transformam a experiência cotidiana de vulnerabilização em denúncia política e demanda por direitos, como se observa no excerto a seguir.

Excerto 28

A violência nos fere cotidianamente, e avançam com mais forças. Mulheres indígenas gestantes apanham dos seus companheiros e não há uma proteção legal efetiva a elas, nos veem como soco rupá/saco de pancada, pedimos socorro, que dentro da Lei Maria da Penha haja um parágrafo que atenda às nossas especificidades como mulheres indígenas. Em nossa aldeia não há sinal de telefone, inclusive para comunicar o descumprimento de medidas protetivas, como iremos denunciar se as delegacias estão

distantes e no caminho podemos ser mortas? Isto é uma violência silenciosa que assassinou e continua assassinando as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá.

(Kuñangue Aty Guasu, 2019, p. 6–7)

Segundo os relatos presentes nos documentos da *Kuñangue Aty Guasu*, parte das violências enfrentadas pelas mulheres Kaiowá e Guarani também se manifesta no espaço doméstico e comunitário, envolvendo relações afetivas, familiares e outras redes de convivência próximas às vítimas. Dessa forma, os relatórios evidenciam que a violência de gênero não se restringe às ameaças externas aos territórios, mas atravessa também as relações cotidianas vividas no interior das comunidades. A expressão *soco rupá*, traduzida no próprio relatório como "saco de pancada", constitui uma escolha lexical fortemente marcada pela experiência social das mulheres Kaiowá e Guarani. No plano semântico-discursivo, trata-se de uma formulação metafórica que condensa experiências recorrentes de violência física e simbólica, deslocando o corpo feminino para uma condição de objetificação e uso.

Conforme propõe Bakhtin (2011), os signos linguísticos não refletem passivamente a realidade, mas a refratam a partir de valores sociais e históricos. Nesse sentido, ao mobilizarem a expressão *soco rupá* (Kuñangue Aty Guasu, 2019, p. 6–7), as mulheres não apenas nomeiam a violência, mas traduzem discursivamente uma experiência coletiva de dor, silenciamento e desumanização. Sob a perspectiva de Fairclough (2016), essa escolha lexical evidencia que o discurso constitui uma prática social atravessada por relações de poder. Ao nomearem a violência a partir de uma expressão oriunda de seu próprio universo linguístico-cultural, as mulheres Kaiowá e Guarani rompem com categorias técnico-institucionais hegemônicas e reinscrevem a denúncia a partir de sua própria experiência histórica. Tal formulação também dialoga com Lugones (2014), ao evidenciar como a objetificação do corpo feminino indígena está historicamente vinculada às estruturas coloniais de gênero, raça e dominação.

Mais do que registrar experiências de violência, os relatórios produzem uma crítica às condições sociais e institucionais que tornam precária a garantia de direitos das mulheres indígenas. Por meio da articulação entre relatos de agressão, reivindicações por reconhecimento jurídico e denúncias da ausência de mecanismos efetivos de proteção, o texto transforma a experiência vivida em ação política e demanda coletiva.

No excerto 28, a violência é representada como uma experiência cotidiana e estrutural, conforme evidencia o enunciado "A violência nos fere cotidianamente". A escolha do advérbio "cotidianamente" atribui continuidade ao fenômeno, indicando que as agressões não constituem episódios isolados, mas uma condição recorrente vivenciada pelas mulheres indígenas. Ao afirmar que "mulheres indígenas gestantes apanham dos seus companheiros", o relatório explicita a vulnerabilidade de um grupo específico e rompe com o silenciamento em torno da violência doméstica nas comunidades indígenas.

A reivindicação para que "dentro da Lei Maria da Penha haja um parágrafo que atenda às nossas especificidades como mulheres indígenas" evidencia que o documento não apenas denuncia a violência, mas também questiona a insuficiência das políticas públicas formuladas a partir de uma perspectiva universalizante. O emprego do verbo "pedimos" constrói uma interlocução direta com o Estado, enquanto a referência às "nossas especificidades" produz um efeito de diferenciação, reivindicando o reconhecimento das condições territoriais, culturais e sociais que dificultam o acesso das mulheres indígenas à proteção jurídica.

Esse argumento é reforçado pelo enunciado "Em nossa aldeia não há sinal de telefone", seguido da pergunta retórica: "como iremos denunciar se as delegacias estão distantes e no caminho podemos ser mortas?". A pergunta não busca uma resposta, mas evidencia a contradição entre a existência formal de direitos e a impossibilidade concreta de exercê-los. Dessa forma, o relatório articula violência doméstica, isolamento territorial e omissão estatal, demonstrando que a ausência de infraestrutura e de mecanismos de proteção também constitui uma forma de violência institucional. Conforme Fairclough (2016), o discurso ultrapassa a descrição dos fatos ao revelar como determinadas condições sociais e institucionais produzem e mantêm relações de desigualdade, transformando a denúncia em uma reivindicação pela efetivação de direitos.

Os relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* evidenciam que, para além da denúncia da violência, as mulheres Kaiowá e Guarani reivindicam a adequação dos instrumentos legais existentes, como a inclusão de dispositivos na Lei Maria da Penha que contemplem as especificidades das mulheres indígenas, bem como a formação de profissionais que atuam na rede de atendimento, especialmente nas áreas da saúde, segurança pública, assistência social e sistema de justiça, para um acolhimento cultural e linguisticamente adequado. Também demandam a criação de espaços institucionais específicos, como a Casa da Mulher Indígena, capazes de oferecer proteção e atendimento integral às comunidades. De acordo com as mulheres Guaranis e Kaiowás, diversas violências

físicas e sexuais são cometidas por seus parceiros e familiares, e elas buscam criar estratégias e maneiras de buscarem seus direitos e formalizar denúncias.

Os relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* destacam que as violências enfrentadas pelas mulheres Kaiowá e Guarani extrapolam a dimensão territorial e institucional, alcançando também o espaço doméstico e comunitário. Os documentos também registram recorrentes casos de violência física, sexual e psicológica praticados, muitas vezes, por parceiros, familiares ou pessoas próximas às vítimas. Além da violência em si, as mulheres denunciam obstáculos estruturais para o acesso à justiça, como a ausência de intérpretes nas delegacias, a precariedade do atendimento jurídico e psicológico e a dificuldade de formalização das denúncias.

Diante desse cenário, as lideranças da *Kuñangue Aty Guasu* passam a articular estratégias políticas voltadas à construção de mecanismos institucionais de proteção, reivindicando a criação de legislações específicas, políticas públicas e espaços permanentes de debate sobre violência contra mulheres indígenas. Entre as demandas recorrentes, destacam-se a necessidade de revisão de marcos legais existentes, como a Lei Maria da Penha, para contemplar as especificidades socioculturais das mulheres indígenas, bem como a criação de estruturas de acolhimento especializadas.

Essa agenda política também aparece em análises de Ferretti e Barbosa Meneses (2025), que apontam como as reivindicações das mulheres Kaiowá e Guarani vêm produzindo efeitos concretos no campo institucional, como o anúncio da implantação da primeira Casa da Mulher Indígena em Mato Grosso do Sul. Assim, os próprios relatórios mostram que as reivindicações não se restringem ao enfrentamento da violência, mas incluem demandas por educação intercultural, produção de materiais didáticos que contemplem a história e a cultura dos povos originários, bem como a criação de serviços públicos de saúde, educação e segurança com intérpretes indígenas e maior participação das mulheres nos espaços de gestão e tomada de decisão.

É justamente nesse ponto que a análise permite observar que as desigualdades denunciadas nos relatórios extrapolam as dimensões linguística e territorial, alcançando também as relações de gênero que estruturam a vida social nas comunidades e nas instituições estatais. As reivindicações por maior participação das mulheres nos espaços de decisão, por mecanismos específicos de enfrentamento às violências e pelo reconhecimento dos saberes tradicionais evidenciam que suas experiências são atravessadas por relações assimétricas de poder. Nesse contexto, língua, corpo, território e gênero constituem dimensões interdependentes, cuja articulação revela como diferentes

formas de desigualdade se entrecruzam na produção das experiências vividas e das estratégias de resistência das mulheres Guarani e Kaiowá.

5.3 A categoria colonial de gênero social nos relatórios

Embora o termo "gênero" não apareça de forma recorrente/explícita nos primeiros relatórios políticos da *Kuñangue Aty Guasu*, centrados sobretudo em território, retomada, violência e direitos originários, essa construção discursiva ganha maior consistência nos documentos posteriores, sem que a categoria seja explicitamente enunciada vinculados à ampliação da interlocução institucional das mulheres Kaiowá e Guarani. Nos documentos mais recentes, as relações de gênero tornam-se mais explicitamente tematizadas, sobretudo em enunciados que denunciam "a forma dominadora e *machista* desses líderes contra as mulheres da comunidade" (Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 19, grifo nosso), reivindicam "*oportunidades para as mulheres* indígenas da Kuñangue Aty Guasu nas tomadas de decisões e encaminhamentos" (Kuñangue Aty Guasu, 2023, p. 6, grifo nosso) e afirmam que "a *Lei Maria da Penha* não atende as especificidades das mulheres indígenas" (Kuñangue Aty Guasu, 2023, p. 6, grifo nosso). Tais enunciados evidenciam que questões relacionadas ao gênero passam a ser nomeadas de forma mais direta, especialmente quando articuladas à participação política, à proteção das mulheres e ao enfrentamento das violências.

Diante disso, a evidência do protagonismo político e a resistência a estruturas coloniais e patriarcais realizados pelas mulheres indígenas. O gênero é concebido como construção social e interseccional, e manifesta-se por meio de práticas coletivas de liderança, organização comunitária e valorização de saberes ancestrais. Essas ações configuram formas de resistência e (re)existência, articulando identidade, território e espiritualidade, e funcionam como estratégias de insurgência que desafiam modelos tradicionais de poder.

Embora os relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* privilegiem formulações como "violência contra as mulheres indígenas" e descrevam concretamente as formas de violência vivenciadas nos territórios, documentos produzidos em interlocução com organismos internacionais evidenciam a incorporação de categorias consolidadas no campo dos direitos humanos. No estudo de caso elaborado em parceria com a ONU Mulheres, a *Kuñangue Aty Guasu* é apresentada como uma organização "pioneira que tem trabalhado para documentar especificamente a violência de gênero em seus

territórios" (ONU Mulheres, 2024, p. 5).

Movimento semelhante pode ser observado na tradução da Recomendação Geral nº 39 do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), publicada pela própria Kuñangue Aty Guasu, na qual aparece a expressão "violência com base em gênero" (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 11). A incorporação dessa terminologia evidencia um processo de tradução intercultural, por meio do qual categorias do direito internacional são apropriadas e ressignificadas no contexto das lutas das mulheres Kaiowá e Guarani.

À luz da Análise Crítica do Discurso, esse deslocamento lexical pode ser compreendido como uma estratégia de recontextualização discursiva (Fairclough, 2016). As categorias produzidas no âmbito dos organismos internacionais não são simplesmente reproduzidas; elas passam a integrar um discurso situado, articulado às experiências de violência, à defesa do território e às formas próprias de organização política das mulheres Guarani e Kaiowá. Desse modo, a utilização dessas expressões amplia as possibilidades de interlocução com instituições nacionais e internacionais sem romper com as formas de autoidentificação e de enunciação construídas pelo movimento associadas à produção de dados, prevenção e formulação de políticas públicas voltadas às mulheres indígenas. Tal movimento explicita, por meio da categoria “gênero”, pautas que já estruturavam os documentos anteriores, como violência contra mulheres, feminicídio, liderança feminina e proteção dos corpos.

Assim, o corpus revela um deslocamento discursivo no qual experiências inicialmente nomeadas por meio de categorias próprias, **corpo, território, reza, cuidado, violência e ancestralidade**, passam, em contextos de interlocução com organismos jurídicos e internacionais, a dialogar também com a categoria política de gênero. À luz de Lugones (2008) e Quijano (2010), esse movimento pode ser compreendido como uma reapropriação estratégica de categorias modernas de direitos, sem abandono das formas próprias de nomeação das experiências das mulheres Kaiowá e Guarani.

Além disso, suas implicações atravessam todo o texto e compõem o horizonte temático do relatório, conforme pontuado na seção 5.1, por meio da tematização sistemática das desigualdades, violências e exclusões que incidem sobre os corpos e os modos de vida das mulheres indígenas. Essa presença implícita pode ser compreendida à luz de Lugones (2014), para quem a *colonialidade de gênero* estrutura profundamente as relações sociais nos territórios colonizados, produzindo hierarquizações que articulam raça, sexo, trabalho e poder.

Enunciados como “há muitas mortes violentas de mulheres em nossas aldeias” (Kuñangue Aty Guasu, 2018, p. 2) e reivindicações voltadas à ampliação da participação feminina nos espaços de decisão coletiva evidenciam a problematização de relações assimétricas entre homens e mulheres no interior das comunidades. Embora os relatórios não mobilizem explicitamente o léxico acadêmico feminista, os enunciados produzem sentidos relacionados à violência de gênero, à exclusão política e à desigual distribuição de poder.

Pode-se observar, assim, que a ausência do vocábulo "gênero" nos relatórios não implica ausência dessa categoria analítica. Ao contrário, as desigualdades de gênero são significadas por meio de outras escolhas lexicais e discursivas, articuladas às experiências históricas, territoriais e culturais das mulheres Guarani e Kaiowá. Os relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* circulam em redes institucionais compostas por movimentos indígenas, organismos internacionais e instituições voltadas aos direitos das mulheres, como a ONU Mulheres. Tal interlocução introduz categorias como “violência de gênero”, “empoderamento” e “autonomia”, produzindo um espaço discursivo híbrido, no qual formas próprias de enunciação indígena passam a dialogar com repertórios jurídicos e políticos de circulação internacional.

Entre os exemplos mais explícitos está a atuação da ONU Mulheres, que acompanhou a X Kuñangue Aty Guasu e declarou apoio institucional ao fortalecimento da organização das mulheres Kaiowá e Guarani por meio do projeto “Conectando Mulheres, Defendendo Direitos”, financiado pela União Europeia. O material divulgado informa ainda o lançamento do “Mapa da Violência – Corpos Silenciados, Vozes Presentes: A Violência no Olhar das Mulheres Kaiowá e Guarani”, produzido em parceria com a organização.

Além disso, o próprio Relatório VI registra articulações com organizações indígenas e coletivos de juventude, como a Aty Guasu e a RAJ - Retomada Aty Jovem, evidenciando uma rede política coletiva de apoio e mobilização. No documento, lê-se: “Assinamos: Kuñangue Aty Guasu / Aty Guasu / RAJ - Retomada Aty Jovem”. Também aparecem instituições historicamente ligadas à defesa dos direitos indígenas e ao apoio às mulheres indígenas, como o Conselho Indigenista Missionário, responsável pela circulação e publicação de diversos relatórios da assembleia.

Diante desses dados, torna-se mais preciso afirmar que os relatórios não são produzidos de forma isolada, mas circulam em redes de articulação compostas por movimentos indígenas, organismos internacionais e instituições alinhadas à defesa dos

direitos das mulheres. Assim, a interlocução com agendas feministas e de enfrentamento à violência de gênero não aparece apenas no conteúdo temático dos enunciados, mas também nas condições institucionais de produção, apoio e circulação dos documentos que compõem o *corpus*. O auxílio dessas instituições na produção ou no apoio aos relatórios introduz categorias como *empoderamento* e *autonomia*. Trata-se de um espaço discursivo híbrido porque os relatórios são atravessados por múltiplas posições enunciativas: ora falam como mulheres indígenas, ora como liderança política, ora como sujeito coletivo de direitos diante do Estado. Desse modo, a autoria não se organiza a partir de uma voz individualizada, mas de uma enunciação coletiva e relacional, construída na tensão entre matrizes discursivas indígenas e formas institucionais não indígenas de produção documental.

Nesse sentido, o conceito de *empoderamento* pode ser compreendido, no âmbito desta pesquisa, como o processo de fortalecimento político e discursivo por meio do qual sujeitos historicamente subalternizados passam a disputar espaços de fala, representação e decisão. Em bell hooks (2013), o empoderamento vincula-se à possibilidade de construção da voz e da autorrepresentação de sujeitos historicamente silenciados, em que falar, narrar e produzir discurso constituem práticas de enfrentamento às estruturas de dominação, especialmente aquelas articuladas à raça, gênero e classe. Nesse sentido, a linguagem deixa de operar apenas como instrumento de dominação e passa a constituir espaço de resistência, reexistência e intervenção política.

Já o conceito de *autonomia*, está articulado às reflexões de Lugones e Quijano, refere-se à capacidade de autodeterminação frente às formas coloniais de poder e controle. No contexto das mulheres Kaiowá e Guarani, a autonomia não se limita à dimensão individual, mas envolve a possibilidade coletiva de produzir modos próprios de existência, linguagem, organização política e relação com o território. Trata-se, portanto, de uma autonomia discursiva, epistêmica e territorial, construída em resistência às hierarquias impostas pela *colonialidade do poder* e pela *colonialidade de gênero*.

Como problematiza Spivak (2010), a tradução de experiências subalternizadas para categorias produzidas em matrizes ocidentais envolve tensões epistemológicas inevitáveis. No caso da *Kuñangue Aty Guasu*, contudo, tais categorias parecem ser estrategicamente reapropriadas pelas próprias mulheres Kaiowá e Guarani como forma de interlocução política com o Estado e organismos internacionais. Entretanto, no caso da *Kuñangue Aty Guasu*, esses riscos parecem ser assumidos pelas próprias mulheres

Kaiowá e Guarani como parte de uma estratégia política de interlocução com o Estado, com organismos internacionais e com os espaços institucionais de disputa.

Além do mais, as contradições que envolvem essa hibridização, essa tradução intercultural, se expressam também na recusa de muitas mulheres indígenas em se identificarem como feministas, apesar da convergência de pautas, pode ser interpretada como gesto político de preservação ontológica diante da imposição histórica de categorias coloniais (Lugones, 2008).

Do mesmo modo, é importante considerar que as discussões sobre gênero já atravessam diferentes contextos indígenas contemporâneos, especialmente entre lideranças jovens, mulheres indígenas acadêmicas e movimentos de articulação política. Assim, dificilmente se pode afirmar que o conceito de gênero não interfira, de alguma maneira, nos sentidos produzidos pelos relatórios. O que os documentos parecem indicar, na verdade, é um processo de tradução intercultural no qual categorias oriundas de matrizes ocidentais são reapropriadas, deslocadas e ressignificadas a partir das experiências históricas e territoriais das mulheres Kaiowá e Guarani.

Nesse sentido, a análise realizada permite concluir que o conceito de gênero atravessa os documentos mesmo quando não explicitado lexicalmente, estruturando diagnósticos sociais, denúncias de violência e estratégias de luta política. Tal resultado converge com as reflexões de Santos (2024), ao evidenciar que a atuação política das mulheres Guarani e Kaiowá se organiza em torno de relações de gênero articuladas às disputas por território, direitos e reconhecimento. Assim, os relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* não apenas denunciam desigualdades, mas também produzem formas próprias de elaboração discursiva das relações de gênero, articulando-as às experiências de colonialidade, território, violência e resistência indígena.

A partir da análise dos relatórios podemos observar pautas recorrentes das assembleias como: combate à violência, acesso à saúde intercultural, educação diferenciada, participação política e valorização cultural, que configuram um horizonte temático densamente atravessado por questões de gênero, ainda que o termo *gênero* apareça de forma quase superficial e/ou ausente na materialidade lexical dos relatórios. Tais temáticas são sustentadas por recursos linguístico-discursivos recorrentes ao longo dos relatórios. Entre eles, destacam-se os verbos de reivindicação, como "Exigimos", empregado de forma reiterada no Documento Final da VI Kuñangue Aty Guasu (Kuñangue Aty Guasu, 2018, p. 8, 11) e retomado nas recomendações do Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 11). Também são frequentes

formulações de forte valor deôntico, como "É urgente", presente no Manifesto da VIII Assembleia (Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 22) e nas recomendações do relatório de 2024 (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 11-12), bem como "Solicitamos", utilizado para interpelar órgãos públicos e organismos internacionais (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 13).

No campo lexical da violência, destacam-se expressões como "criminalização" e "racismo institucional", presentes no Manifesto da VIII Assembleia (Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 19), além de "perseguições" e "violências", recorrentes no relatório *Intolerância religiosa, racismo religioso e casas de rezas Kaiowá e Guarani queimadas* (Kuñangue Aty Guasu, 2022, p. 4, 7). A constituição do sujeito coletivo manifesta-se pela recorrência da primeira pessoa do plural em formulações como "Nós, mulheres indígenas Kaiowá e Guarani" (Kuñangue Aty Guasu, 2018, p. 1) e "Nós somos a Kuñangue Aty Guasu" (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 1). Por fim, a articulação entre corpo, território e ancestralidade é construída por expressões como "corpo-território" (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 10), "nossa medicina tradicional" (Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 12; 2024, p. 13), "sabedoria indígena" (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 11) e "parteiras indígenas" (Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 13; 2024, p. 12), evidenciando que essas categorias estruturam discursivamente as reivindicações políticas, territoriais e culturais das mulheres Guarani e Kaiowá.

Diante disso, observa-se nos documentos da *Kuñangue Aty Guasu*, que esses temas não aparecem apenas como conteúdos temáticos abstratos, mas são construídos por meio de escolhas lexicais, verbos performativos, como “denunciamos”, “exigimos” e “não aceitamos”, estruturas de reivindicação e formas de endereçamento institucional.

No que se refere ao acesso à saúde intercultural, os relatórios articulam língua, corpo e território ao evidenciarem a necessidade de tornar compreensíveis aos interlocutores não indígenas as experiências vividas pelas mulheres Kaiowá e Guarani. Essa orientação pode ser observada na abertura do Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu, em que as autoras afirmam que o documento foi elaborado "na língua não indígena para compreensão dos Karai (não indígenas)" e que seu objetivo é "traduzir/protocolar as tantas vozes das nossas matriarcas, e todas as demandas das mulheres Kaiowá e Guarani" (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 3). A estrutura finalística introduzida por "para" evidencia que a opção pela língua portuguesa está diretamente relacionada à necessidade de garantir que essas vozes circulem e sejam compreendidas por instituições estatais e demais interlocutores externos às comunidades. Desse modo, o relatório constrói

discursivamente a linguagem como condição para a visibilidade das reivindicações e para o reconhecimento das especificidades culturais e linguísticas das mulheres indígenas no acesso aos direitos, entre eles o direito à saúde.

Na dimensão da participação política, observam-se construções que reivindicam maior protagonismo das mulheres nos espaços de decisão, além do uso reiterado do pronome coletivo **"nós"**, que opera como estratégia de coletivização da enunciação e constitui um sujeito político feminino indígena que fala a partir de uma experiência compartilhada. Também são recorrentes estruturas injuntivas e modalizações deônticas, como "precisamos", "é urgente" e "o Estado deve", que conferem às reivindicações um caráter de obrigação e urgência. Essa construção discursiva do sujeito coletivo também se manifesta na forma como as mulheres se autodenominam, mobilizando expressões como "Kuñangue", "Aty Guasu" e "Mulheres Kaiowá e Guarani", que articulam gênero, pertencimento étnico e territorialidade. Assim, a utilização da língua originária não constitui apenas uma escolha lexical, mas integra a estratégia de autoafirmação política das mulheres, reafirmando uma identidade coletiva inseparável da ancestralidade, do território e dos saberes tradicionais, em contraposição às hierarquias produzidas pela colonialidade do poder (Quijano, 2010).

Em enunciados como “há muitas mortes violentas de mulheres em nossas aldeias” (Kuñangue Aty Guasu, 2018, p. 2) e “exigimos que tenham mulheres indígenas capacitadas para ser intérpretes na delegacia de mulher” (Kuñangue Aty Guasu, 2019, p. 5) evidenciam que os relatórios constroem discursivamente diagnósticos sobre violência de gênero, exclusão institucional e desigualdade no acesso à justiça. Sendo assim, as formas de nomear a violência e de reivindicar políticas específicas para mulheres indígenas indicam a presença implícita dessa categoria na organização temática e argumentativa dos documentos. Conforme argumenta Scott (1995), o gênero constitui um campo primário de significação das relações de poder, o que permite identificá-lo mesmo quando não nomeado diretamente.

Excerto 29

Também se constitui em uma violência, o direito negado quando nós mulheres indígenas chegamos às instâncias como o Senado Federal, Câmara Federal, Supremo Tribunal Federal e outros órgãos do executivo, legislativo e judiciário, para justamente discutir os direitos das mulheres indígenas e somos barrados e não temos o direito de entrar com o nossos objetos sagrados como Mbaraka, Takuapu e Xiru, nesse sentido exigimos ser respeitadas e respeitados;

(Kuñangue Aty Guasu, 2019, p. 14)

No excerto acima, as relações de gênero aparecem articuladas à experiência coletiva das mulheres indígenas em espaços institucionais de poder. Formulações como "nós mulheres indígenas", "direitos das mulheres indígenas" e a referência ao impedimento do uso de objetos sagrados como "Mbaraka, Takuapu e Xiru" evidenciam que as desigualdades denunciadas não se restringem ao plano jurídico, mas envolvem também dimensões culturais, espirituais e políticas. À luz da colonialidade de gênero proposta por María Lugones, essa articulação entre mulher, espiritualidade, pertencimento étnico e exclusão institucional pode ser compreendida como indício de uma concepção não fragmentada da existência social, na qual gênero, território, cultura e coletividade aparecem inseparavelmente vinculados.

O enunciado "para justamente discutir os direitos das mulheres indígenas" (Kuñangue Aty Guasu, 2019, n.p.) evidencia um movimento recorrente nos relatórios, observamos que a categoria "mulheres" aparece constantemente articulada à dimensão indígena, territorial e coletiva. Assim, os relatórios materializam uma concepção interseccional situada, em que gênero não aparece dissociado da colonialidade, da racialização, da territorialidade e da luta política. Isso significa que a violência denunciada não recai apenas sobre mulheres enquanto categoria genérica, mas sobre formas especificamente indígenas de existência feminina, nas quais corpo, espiritualidade, território e política permanecem inseparáveis.

Nesse aspecto, os relatórios aproximam-se de perspectivas interseccionais e decoloniais que compreendem gênero não como categoria isolada, mas como experiência atravessada simultaneamente por colonialidade, raça, território, língua e pertencimento coletivo. Assim, a recorrência da expressão "mulheres indígenas" evidencia que o gênero, nos documentos da *Kuñangue Aty Guasu*, é produzido discursivamente de forma indissociável da experiência histórica e cosmopolítica dos povos Guarani e Kaiowá.

Desse modo, a interferência de discursos feministas não precisa ser compreendida apenas pela presença explícita de determinadas palavras, mas também pela circulação de temas, demandas, categorias políticas e formas de reivindicação historicamente associadas às lutas feministas e aos organismos internacionais de defesa dos direitos das mulheres, especialmente em documentos apoiados por organizações como a ONU Mulheres, revela a interdiscursividade com agendas feministas globais. A recusa de

muitas mulheres indígenas em se autodenominarem feministas, contudo, tensiona essa aproximação e pode ser lida, conforme problematiza Spivak (2010), como gesto de preservação epistêmica diante de enquadramentos externos. Assim, a categoria *gênero* atravessa os relatórios mesmo quando não nomeada, estruturando diagnósticos e estratégias de resistência.

O verbo "barrados", empregado no trecho "somos barrados e não temos o direito de entrar com os nossos objetos sagrados" (Kuñangue Aty Guasu, 2019, n.p.), produz um forte efeito discursivo de interdição institucional. Mais do que indicar um impedimento físico de acesso, o enunciado constrói a ideia de que os corpos, espiritualidades e formas próprias de existência dos povos indígenas continuam sendo regulados e controlados pelos espaços de poder do Estado. Nesse sentido, "barrados" funciona como marca linguística da exclusão política, cultural e epistêmica, evidenciando que a presença indígena nas instituições ocorre sob condições de vigilância, limitação e deslegitimação simbólica.

Além disso, o termo também intensifica o caráter denunciativo do excerto ao associar as instituições do Senado Federal, Câmara Federal e Supremo Tribunal Federal a práticas de controle e silenciamento. Embora tais espaços sejam discursivamente constituídos como instâncias democráticas de representação e garantia de direitos, o relatório evidencia uma contradição entre o discurso institucional de inclusão e a experiência concreta de exclusão vivida pelos povos indígenas.

Desse modo, o enunciado amplia o sentido de violência para além da agressão física, passando a abarcar formas de violência simbólica, institucional e epistêmica. Nos documentos, essa operação manifesta-se sobretudo nas denúncias sistemáticas de violência, como no excerto: *"exigimos proteção às mulheres contra as agressões dentro das aldeias e nos espaços urbanos"* (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 13-14). A formulação constrói uma relação assimétrica entre homens e mulheres, acionando sentidos de vulnerabilidade, subalternização e desigualdade estrutural, centrais às análises feministas. De modo semelhante, reivindicações como *"queremos participar das decisões da comunidade"* e *"precisamos fortalecer nossas lideranças"* evidenciam a problematização das hierarquias políticas internas, indicando o caráter político do lugar social das mulheres. Assim, a reivindicação por participação política não necessariamente indica ausência histórica de agência feminina, mas pode revelar processos de deslocamento colonial das formas tradicionais de decisão coletiva, levando as mulheres Kaiowá e Guarani a disputar também os espaços públicos e institucionais de poder.

Outro eixo recorrente nos relatórios é a articulação entre corpo, território e espiritualidade. Ao apresentarem o conceito de corpo-território, as mulheres Kaiowá e Guarani afirmam que suas experiências são constituídas pela indissociabilidade entre gênero, raça e território: "Pautamos tudo o que envolve o nosso corpo-território" (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 1). No mesmo documento, o corpo-território é definido como um "corpo específico, o 'corpo-território', moldado pela questão de gênero, racial e territorial" (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 10). Essa formulação evidencia que a violência sofrida pelas mulheres ultrapassa a dimensão física, atingindo também o território, a espiritualidade e as formas de existência coletiva do povo Guarani e Kaiowá.

Essa compreensão é reforçada no relatório sobre intolerância religiosa, no qual as mulheres afirmam que os ataques às casas de reza afetam seus "corpos físicos, espirituais e psicológicos" e destacam que a *oga pysy* (casa de reza) "representa o nosso corpo" na cosmovisão Guarani e Kaiowá (Kuñangue Aty Guasu, 2022, n.p.). Assim, os relatórios constroem discursivamente uma concepção de corpo inseparável do território, da cultura e da espiritualidade, de modo que a violência dirigida a um desses elementos repercute sobre os demais.

Tal enunciação desloca o debate de uma lógica individualizante para uma concepção coletiva e cosmológica do gênero, em consonância com as formulações do feminismo decolonial, que compreendem o corpo marcado pelo gênero e racializado como alvo central da colonialidade do poder. Nesse horizonte discursivo, o corpo feminino não aparece como entidade autônoma e isolada, mas como extensão do território, da ancestralidade, da memória coletiva e das relações espirituais que sustentam a vida comunitária. Desse modo, a violência contra as mulheres não é representada apenas como agressão individual, mas como ameaça à continuidade cultural, espiritual e territorial do povo Kaiowá e Guarani.

Nessa lógica, a categoria “corpo” distancia-se da concepção ocidental moderna centrada no indivíduo e aproxima-se de uma compreensão relacional da existência, em que corpo, terra e espiritualidade constituem dimensões interdependentes. A noção de “corpo-território”, recorrente em movimentos indígenas e feminismos comunitários latino-americanos, evidencia que invasão territorial, racismo, destruição ambiental, violência contra mulheres e ataques às lideranças femininas integram um mesmo processo de colonialidade.

Contudo, os relatórios não apenas denunciam essas violências, eles também reinscrevem formas de reexistência, ao afirmar saberes ancestrais, práticas de cura,

espiritualidade, medicina tradicional e formas próprias de organização coletiva. Desse modo, os relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* produzem uma reconfiguração discursiva da própria categoria “gênero”, que deixa de operar apenas como marcador identitário individual e passa a ser significada a partir das relações entre território, povo, ancestralidade, espiritualidade e continuidade da vida coletiva. No Relatório VI (2018), por exemplo, lê-se: “Os hospitais precisam respeitar a medicina tradicional e o trabalho das parteiras indígenas” (Kuñangue Aty Guasu, 2018, p. 2). Nesse trecho, a defesa da medicina tradicional e das parteiras indígenas evidencia uma concepção de cuidado vinculada aos saberes ancestrais, à coletividade e às formas indígenas de produzir e manter a vida.

Embora os relatórios tematizem a violência contra as mulheres indígenas, a participação política feminina e os direitos específicos das mulheres, a presença lexical explícita de termos como "feminismo", "empoderamento" ou "organizações feministas" não é recorrente no corpus. Ainda assim, alguns documentos contam com a participação ou o apoio de organizações vinculadas ao campo feminista como signatárias ou parceiras institucionais. Essa presença é discursivamente relevante, pois contribui para a legitimação institucional das pautas defendidas pela *Kuñangue Aty Guasu* e amplia a circulação pública de suas reivindicações. Sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, esse dado evidencia a incorporação de diferentes vozes sociais ao gênero discursivo, aproximando-o de campos como o feminista, o jurídico e o dos direitos humanos, sem que isso altere a forma de autoidentificação construída pelas próprias mulheres Guarani e Kaiowá.

Desse modo, a relação dos relatórios com pautas feministas deve ser compreendida menos pela presença explícita da autodenominação "feminista" e mais pela circulação interdiscursiva de reivindicações relacionadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, à participação política, à valorização dos saberes tradicionais e à defesa dos direitos coletivos. Embora o termo "feminista" não seja utilizado como forma de autoidentificação, os documentos nomeiam reiteradamente o sujeito coletivo como "Mulheres Kaiowá e Guarani" e "Kuñangue", evidenciando que a identidade política do movimento é construída a partir da articulação entre pertencimento étnico, ancestralidade, territorialidade e organização coletiva.

Essa opção discursiva é corroborada pelos próprios documentos quando afirmam: "Nós somos a Kuñangue Aty Guasu, a maior Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani do estado de Mato Grosso do Sul" (Kuñangue Aty Guasu, 2023, p. 1) e "A nossa

assembleia é organizada por nós Mulheres para Mulheres Kaiowá e Guarani..." (Kuñangue Aty Guasu, 2023, p. 2). Em nenhum momento os relatórios reivindicam a identidade de um movimento feminista; ao contrário, privilegiam formas de nomeação vinculadas ao próprio povo, à língua originária e à experiência histórica das mulheres Guarani e Kaiowá.

Nesse sentido, pode-se observar que a aproximação com agendas feministas ocorre sobretudo no plano das reivindicações e das práticas discursivas, e não da autodenominação. Os relatórios denunciam a violência contra as mulheres, reivindicam participação política, reconhecimento dos saberes tradicionais, proteção territorial e acesso a direitos, construindo um discurso em que gênero, território, raça e colonialidade se articulam de forma indissociável, sem que isso implique a adoção da categoria identitária *feminista*. Dessa forma, os relatórios constroem um discurso densamente atravessado por problemáticas feministas e decoloniais, no qual gênero, colonialidade, território e raça se articulam de modo indissociável.

Nessa perspectiva, a ausência de autodenominação feminista nas passagens analisadas não elimina a prática política, mas exige atenção às categorias empregadas na análise. A luta das mulheres Kaiowá e Guarani mobiliza questões profundamente relacionadas ao gênero, mas o faz por meio de repertórios discursivos próprios, vinculados ao cuidado coletivo, à espiritualidade, ao *tekoha* e à proteção da vida. Em vez de categorias universalizantes, os relatórios recorrem a expressões como “nossa rede de cuidado”, “Respeitem nossos corpos, e parem de exterminar a nossa rede de cuidado!” (Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 10), “nosso modo originário de ser”, “é necessário respeito pelo nosso modo originário de ser” (Kuñangue Aty Guasu, 2021, p. 15) e “nossa medicina ancestral”, “Nossa medicina é ancestral!” (Kuñangue Aty Guasu, 2023, n.p.). Tais formulações articulam corpo, território, espiritualidade e coletividade, evidenciando que suas reivindicações não se organizam a partir de uma noção abstrata de “mulher”, mas de experiências situadas de colonialidade, violência e resistência.

Assim, os relatórios materializam uma dimensão central da luta decolonial: o uso estratégico de linguagens e instrumentos institucionais da modernidade para tensionar a própria colonialidade. Lugones (2008) evidencia que a colonialidade impõe hierarquias sobre os corpos e as vozes femininas, e, nesse contexto, as mulheres Guarani e Kaiowá reorganizam o português como língua de interlocução, sem submissão, preservando simultaneamente o Guarani. A partir de Segato (2012), é possível afirmar que elas constroem coletivamente narrativas de poder, e van Leeuwen (1998) permite identificar

que, nos relatórios da *Kuñangue Aty Guasu*, essas mulheres aparecem como atores sociais ativados e personalizados, sujeitos plenamente agentes de suas ações.

Podemos observar isso em formulações como “Exigimos que a rede de urgência e emergência sejam implementadas” (Kuñangue Aty Guasu, 2023, n.p.), “Convocamos a comunidade, as universidades, a SESAI, as escolas” (Kuñangue Aty Guasu, 2023, n.p.), “Solicitamos [...] que nos ajudem a ecoar as vozes das mulheres vítimas de violências” (Kuñangue Aty Guasu, 2023, n.p.) e “Nós mulheres Guarani e Kaiowá sabemos como ter e cuidar de nossos filhos e filhas” (Kuñangue Aty Guasu, 2023, n.p.), esses trechos evidenciam que as enunciadoras não ocupam posição passiva nos textos, mas se constituem discursivamente como sujeitos coletivos que denunciam, articulam, exigem, convocam, defendem saberes e produzem encaminhamentos políticos.

Assim, a escolha linguística e a forma de representação textual funcionam como instrumentos de resistência e afirmação identitária, evidenciando autoria e protagonismo feminino. Essa operação discursiva se define como uma disputa pelo poder simbólico da linguagem, em que as mulheres Guarani e Kaiowá resistem à hierarquia entre línguas, (re)configurando o português como língua de interlocução, mas não de submissão. Desse modo, a presença da Língua Guarani nos títulos, ainda que parcial, funciona como uma forma de *decolonizar* o discurso institucional, articulando o protagonismo das mulheres indígenas por meio da linguagem e da autoria coletiva. O título, portanto, não apenas nomeia o documento, mas materializa a resistência, marcando no espaço textual o gesto político de falar em sua própria língua, e, ao mesmo tempo, fazer-se compreender no contexto nacional. Podemos observar já no título:

Excerto 30

Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu, a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani

(Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 3)

Nele, percebemos a centralidade da identidade feminina na construção política e espiritual da assembleia, que reflete a ênfase na participação e nas demandas das mulheres indígenas a partir da utilização do substantivo “mulheres”, termo esse que é reiteradamente mobilizado em associação a território, cuidado, espiritualidade e direitos coletivos. Além do mais, os relatórios frequentemente destacam temas como violência de gênero, direitos territoriais, saúde e educação, sempre com foco nas experiências e

necessidades das mulheres Guarani e Kaiowá. Além disso, formulações como "organizada por nós Mulheres para Mulheres Kaiowá e Guarani, meninas, jovens, anciãs e toda a comunidade indígena na liderança das Ñandesys" e "protocolar as tantas vozes das nossas matriarcas" (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 3) evidenciam um posicionamento discursivo coletivo que afirma a centralidade da liderança feminina, da ancestralidade e da autoridade das mulheres na organização política Kaiowá e Guarani.

Essa construção do sujeito coletivo pode ser observada no Excerto 31, no qual a recorrência da primeira pessoa do plural e a nomeação explícita das "mulheres Guarani e Kaiowá" evidenciam a articulação entre identidade coletiva, território e ação política. Nessa perspectiva, o uso do coletivo não se reduz a recurso estilístico, mas opera como gesto político de reexistência, no qual a linguagem participa ativamente da reconstrução de lugares de fala, memória e poder. Tal movimento pode ser observado no excerto a seguir, em que a centralidade da voz coletiva feminina explicita a articulação entre memória, território e autoridade política:

Excerto 31

Somos mulheres guarani e kaiowá [sic] e temos que ter a garantia dos nossos direitos que levem em consideração as nossas especificidades culturais, para que assim não nos deixe como vítimas da violência do estado e da sociedade brasileira. Sem a demarcação das nossas terras, nós mulheres guarani e kaiowá [sic] não poderemos ter uma vida livre da violência.

(Kuñangue Aty Guasu, 2018, p. 3)

Nos relatos das mulheres Guarani e Kaiowá, a linguagem torna-se instrumento de resistência e agenciamento político. O uso da primeira pessoa do plural em "Somos mulheres guarani e kaiowa" e "nós mulheres guarani e kaiowa" constrói uma voz coletiva que reivindica direitos e relaciona a possibilidade de uma vida livre da violência à demarcação territorial. Segundo van Leeuwen (1998, p. 33), a ativação ocorre quando os atores sociais são representados "como forças ativas e dinâmicas em uma atividade", e não como sujeitos passivos dos acontecimentos. Tal processo pode ser observado nos relatórios da *Kuñangue Aty Guasu*, nos quais as mulheres aparecem denunciando, reivindicando, convocando e organizando politicamente suas comunidades.

Além disso, a autodesignação "mulheres guarani e kaiowa" articula gênero e pertencimento étnico, enquanto a expressão "nossas especificidades culturais" reivindica o reconhecimento de formas próprias de existência. De modo semelhante, formas

nominais como “anciãs”, “matriarcas” e “Ñandesys” aparecem associadas à autoridade espiritual, política e comunitária das mulheres, como em “na liderança das Ñandesys do conselho de nossa organização” e “as tantas vozes das nossas matriarcas” (Kuñangue Aty Guasu, 2024, p. 3). Tais recursos linguísticos evidenciam que os relatórios privilegiam formas coletivas de enunciação e representação dos atores sociais, articulando mulher, território, comunidade e povo em uma mesma construção discursiva.

Nos Relatórios VI e VII, os sentidos relacionados ao gênero emergem não apenas pela nomeação explícita da categoria, mas por escolhas linguísticas que posicionam as mulheres como sujeito político coletivo da resistência, como em “Nós mulheres Guarani e Kaiowá”, “nossas lideranças” e “direitos das mulheres indígenas” (Kuñangue Aty Guasu, 2018; 2019, n.p.). Nesse sentido, a *proto-colonialidade do gênero* manifesta-se justamente nos pontos em que a linguagem revela simultaneamente vestígios de hierarquizações produzidas pela colonialidade e movimentos de reconfiguração dessas relações pelas próprias mulheres Kaiowá e Guarani.

Nos excertos/trechos selecionados, esse movimento torna-se visível pela recorrência de formas de autoidentificação coletiva, pela centralidade atribuída às lideranças femininas, às Ñandesys e às anciãs, bem como pela articulação entre corpo, território, cuidado e decisão política. Esses elementos, longe de constituírem apenas escolhas estilísticas, funcionam como marcadores discursivos de agência, por meio dos quais as mulheres produzem uma semântica própria de autoridade e pertencimento.

Conforme Fairclough (2001, p. 91), o discurso constitui uma forma de “ação sobre o mundo e sobre os outros”, atuando simultaneamente na construção de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento. À luz dessa perspectiva, observa-se que a recorrência de formas coletivas de enunciação nos relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* funciona como estratégia de legitimação de sujeitos historicamente silenciados, deslocando o centro do dizer para mulheres indígenas que se constituem discursivamente como produtoras de saber, memória e ação política. Em termos dialógicos, tais enunciados evidenciam signos ideológicos em disputa, uma vez que, para Bakhtin (2011, p. 294), “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”. Assim, a voz coletiva das mulheres Kaiowá e Guarani refrata e ressignifica, nos relatórios, tensões entre colonialidade, patriarcado e resistência comunitária.

É precisamente nesse ponto que a categoria proposta ganha força interpretativa, sendo assim, antes mesmo da explicitação metadiscursiva do termo gênero, pois já se encontra em funcionamento uma rede de sentidos que distribui lugares de fala, autoridade,

cuidado e poder. Isso se evidencia na recorrência de formas nominais como “Ñandesys”, “matriarcas”, “anciãs”, “parteiras” e “lideranças”, bem como em formulações que articulam mulheres, território, espiritualidade e proteção coletiva. Tais escolhas linguísticas não apenas nomeiam sujeitos, mas distribuem legitimidade, responsabilidade e autoridade dentro da organização social Kaiowá e Guarani.

Desse modo, os relatórios revelam que as relações de gênero já operam discursivamente na construção das experiências coletivas, mesmo quando a categoria “gênero” ainda não aparece explicitamente estabilizada como metalinguagem política nos documentos. Assim, a análise evidencia que a agência discursiva das mulheres Kaiowá e Guarani não apenas responde às formas instituídas da *colonialidade do gênero*, mas antecipa, na materialidade do discurso, os modos pelos quais essa lógica é nomeada, contestada e deslocada.

A organização das reivindicações por meio de repertórios próprios das mulheres Kaiowá e Guarani permite examinar como suas formas de nomeação se relacionam à distribuição de autoridade nos documentos. Isso revela a inscrição de múltiplas vozes sociais em um mesmo enunciado, reafirmando a dimensão dialógica e comunitária do gênero. Sendo assim, formas nominais como “anciãs” e “Ñandesys” não operam apenas como categorias descritivas nos relatórios, mas como marcadores de autoridade política, espiritual e comunitária.

Por isso, ao mobilizar essas nomeações, os enunciados organizam discursivamente uma hierarquia de legitimidade fundada na ancestralidade, na experiência coletiva e no reconhecimento dos saberes tradicionais das mulheres mais velhas. Diferentemente de modelos ocidentais modernos centrados em formas burocráticas e institucionalizadas de poder, os relatórios evidenciam uma lógica relacional de autoridade, na qual a legitimidade política também se constrói a partir da memória ancestral, da condução espiritual, do cuidado coletivo e da mediação entre comunidade, território e espiritualidade.

Nesse sentido, a recorrência de expressões como “na liderança das Ñandesys”, “nossas matriarcas” e referências às “anciãs” associa as mulheres mais velhas não apenas ao cuidado doméstico ou simbólico, mas à condução política e espiritual da coletividade. Tais formas nominais produzem efeitos discursivos importantes, pois reinscrevem a centralidade feminina na organização social Kaiowá e Guarani e deslocam concepções coloniais e patriarcais que historicamente invisibilizaram a autoridade política das mulheres indígenas.

Além disso, essas nomeações revelam que a autoridade feminina, nos relatórios, não aparece dissociada da espiritualidade e da territorialidade. As Ñandesys e anciãs são frequentemente associadas à proteção das casas de reza, à medicina ancestral, às práticas de cura e à preservação cultural, indicando que o poder e a liderança são concebidos de maneira inseparável das relações cosmológicas e comunitárias que sustentam a vida coletiva Guarani e Kaiowá. Trata-se de uma estrutura hierárquica distinta daquela imposta pelos modelos coloniais de liderança, pois se ancora em princípios próprios de organização comunitária e cosmológica.

A presença de termos como “matriarcas” e “lideranças femininas” reforça esse mesmo movimento. Em vez de reproduzir formas patriarcais centradas na figura masculina do chefe ou representante, o relatório evidencia a centralidade de mulheres detentoras de memória, saber e autoridade política. Tal escolha linguística produz efeitos importantes na redistribuição simbólica do poder, ao deslocar para o centro do discurso sujeitos historicamente silenciados.

Do mesmo modo, esse gesto torna-se ainda mais evidente em enunciados que articulam coletividade e território, nos quais termos como “coletivo”, “matriarcas” e “Ñandesys” aparecem, em diferentes relatórios, associados à ancestralidade, à liderança espiritual e à organização política e comunitária das mulheres Kaiowá e Guarani. Esses termos funcionam como operadores discursivos de resistência, porque vinculam o exercício da autoridade à ancestralidade e ao cuidado comunitário, e não à lógica estatal, burocrática ou patriarcal. O território aparece discursivamente como espaço de continuidade da vida por meio de escolhas linguísticas que o articulam à coletividade, à ancestralidade, à proteção e à sobrevivência do povo Guarani e Kaiowá. Isso se evidencia na recorrência de expressões como "nosso povo", "nossas comunidades", "nossos territórios tradicionais" e "nosso sagrado", presentes em diferentes relatórios da Kuñangue Aty Guasu. A expressão "nosso povo" ocorre nos documentos de 2018 (p. 2, 4), 2020 (p. 4, 8, 21) e 2024 (p. 1, 11); "nossas comunidades" aparece em 2020 (p. 4, 11) e 2022 (p. 4); "nossos territórios tradicionais" é empregada em 2020 (p. 26) e 2022 (p. 10), enquanto a variante "nossas terras tradicionais" ocorre em 2018 (p. 9). Já "nosso sagrado" é recorrente no relatório sobre intolerância religiosa (Kuñangue Aty Guasu, 2022, p. 16, 19). Em conjunto, essas escolhas linguísticas constroem discursivamente um pertencimento coletivo que articula povo, território, espiritualidade e ancestralidade.

Além disso, enunciados como “A falta de nossos territórios tradicionais e suas consequências foi unânime nas falas de nossas lideranças” (Kuñangue Aty Guasu, 2014,

n.p.) e “Respeitem nossos corpos, e parem de exterminar a nossa rede de cuidado!” (Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 10) associam diretamente violência territorial, destruição comunitária e ameaça à continuidade da vida. Desse modo, o território não é representado apenas como espaço físico ou propriedade, mas como condição de existência social, espiritual e coletiva do povo Kaiowá e Guarani.

Bem como, a recorrência dessas formas linguísticas opera discursivamente na construção de uma identidade coletiva vinculada ao território, à ancestralidade e à resistência política, que busca romper com formas coloniais e patriarcais de organização da linguagem e do poder, ao mesmo tempo em que reinscreve nos relatórios epistemologias indígenas de autoridade e pertencimento. Tais formulações deslocam concepções coloniais de autoridade centradas exclusivamente na institucionalidade estatal e reinscrevem, no espaço político-discursivo dos relatórios, epistemologias indígenas fundadas na ancestralidade, no cuidado coletivo, na espiritualidade e na legitimidade das Ñandesys, parteiras e matriarcas, conforme excerto abaixo:

Excerto 32

Violentar uma mulher indígena, é ir contra a vida de todas elas! Não aceite mais ser violada, busque ajuda!

(Kuñangue Aty Guasu, 2019, p. 14)

O enunciado acima constrói uma interlocução direta com mulheres indígenas vítimas de violência, perceptível pelo uso do imperativo em “Não aceite” e “busque ajuda”. Contudo, embora a interpelação seja direcionada a uma interlocutora singularizada, a violência é discursivamente coletivizada na formulação “é ir contra a vida de todas elas”, deslocando a agressão do plano individual para uma dimensão comunitária e coletiva. Nesse sentido, as relações de gênero não aparecem apenas como experiência individual da mulher violentada, mas como questão que afeta a continuidade da vida coletiva, do território e da comunidade. Assim, o gênero é significado nos relatórios de maneira relacional e interseccional, articulado ao pertencimento étnico, à coletividade e às formas de resistência das mulheres Guarani e Kaiowá.

Retomando o Excerto 28, a formulação “A violência nos fere cotidianamente” apresenta a violência como experiência compartilhada. O pronome pessoal oblíquo “nos” inclui as enunciadoras entre as pessoas atingidas, enquanto o advérbio “cotidianamente” marca a recorrência das agressões. Esses recursos constroem uma denúncia coletiva,

articulando a experiência das mulheres à reivindicação de proteção.

De modo semelhante, a enumeração das formas de violência, "física, psicológica, moral e verbal", evidencia a diversidade e a gravidade das agressões sofridas, enquanto a crítica à Lei Maria da Penha expõe a insuficiência de modelos jurídicos universalizantes diante das especificidades vividas pelas mulheres Guarani e Kaiowá. Assim, os relatórios articulam denúncia, pertencimento coletivo e resistência política, deslocando a violência do plano individual para uma dimensão comunitária, territorial e étnica. Nesse movimento, o gênero social aparece não como categoria isolada, mas como experiência atravessada pela colonialidade, pelo pertencimento indígena e pela defesa do território. A violência contra uma mulher indígena é, portanto, significada como violência contra o corpo coletivo das mulheres e contra a continuidade do povo Guarani e Kaiowá.

Por exemplo, na *XI Kuñangue Aty Guasu*, o documento final foi descrito como resultado de um esforço coletivo das mulheres indígenas, incluindo anciãs, jovens e meninas, que participaram ativamente da elaboração do relatório. Por isso, a linguagem utilizada no documento reflete uma busca por reconhecimento e direitos, alinhando-se a práticas discursivas que visam fortalecer a voz das mulheres indígenas. O quadro abaixo sistematiza os títulos dos relatórios e dossiês da *Kuñangue Aty Guasu*, evidenciando transformações nas escolhas linguísticas e nas formas de nomeação entre 2013 e 2024.

Quadro 3 – Escolhas linguísticas e formas de nomeação nos títulos dos relatórios da *Kuñangue Aty Guasu* (2013–2024)

Ano	**Título (como aparece no documento)**	**Observação sobre língua no título**
2013	Documento final do 4º Aty Guasu das Mulheres Guarani e Kaiowá	Título em português; o nome da assembleia em guarani aparece como Aty Guasu.
2017[17]	Documento final da V Kuñangue Aty Guasu (Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani)	Embora o título permaneça predominantemente em português, observa-se o fortalecimento da autodenominação "Kuñangue Aty Guasu", indicando um movimento de recentramento linguístico e político da identidade coletiva em língua guarani/kaiowá.

[17] Não foram localizados, no corpus analisado, relatórios intermediários entre a IV (2013) e a V Kuñangue Aty Guasu (2017).

2018	Documento Final da VI Kuñangue Aty Guasu, Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani	Mantém a predominância da Língua Portuguesa no título, associada à consolidação da autodenominação "Kuñangue Aty Guasu".
2019	Documento Final da VII Kuñangue Aty Guasu	O título reforça a institucionalização da autodenominação "Kuñangue Aty Guasu" como forma principal de identificação do movimento.
2020[18]	Corpos silenciados, vozes presentes: A violência no olhar das Mulheres Kaiowá e Guarani – Hete kiririîmayvujekaatekova, Kuñangue	Observa-se maior hibridização discursiva no título, que combina características de relatório político, dossiê de denúncia e campanha pública.
2023	Dossiê: O Racismo e a Intolerância Religiosa: as sequelas de invasões (neo)pentecostais nos Corpos Territoriais das Mulheres Kaiowá e Guarani/MS	O título aproxima-se da linguagem de dossiês institucionais e de direitos humanos, incorporando categorias analíticas e político-jurídicas.
2024	Relatório Final XI Kuñangue Aty Guasu, Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani de MS	Título majoritariamente em português (salvo o nome institucional em guarani), mantém a predominância do português associada à consolidação institucional da autodenominação Kuñangue Aty Guasu.

Fonte: elaboração da autora

A análise dos títulos dos relatórios da Kuñangue Aty Guasu revela mudanças significativas nas escolhas linguísticas e nas formas de nomeação ao longo do tempo. Nos

[18] Além dos relatórios finais das assembleias Kuñangue Aty Guasu, o corpus inclui dossiês temáticos produzidos pelo movimento e por organizações parceiras, incorporados à análise por apresentarem continuidade temática, política e discursiva em relação aos relatórios das assembleias.

primeiros documentos, como o *Documento final do 4º Aty Guasu das Mulheres Guarani e Kaiowá* (Kuñangue Aty Guasu, 2013), observa-se a predominância da Língua Portuguesa na composição do título, enquanto o guarani aparece inicialmente associado à denominação da assembleia ("Aty Guasu"). Nos documentos posteriores, como o *Documento Final da VI Kuñangue Aty Guasu* (Kuñangue Aty Guasu, 2018) e o *Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu* (Kuñangue Aty Guasu, 2024), percebe-se o fortalecimento da autodenominação "Kuñangue Aty Guasu", indicando um movimento de reorganização/ajustamento linguístico e político da identidade coletiva em língua guarani/kaiowá.

Ainda que o português permaneça predominante nos títulos, sua manutenção relaciona-se à circulação dos documentos em espaços institucionais, jurídicos e interorganizacionais, nos quais a Língua Portuguesa opera como língua de interlocução com o Estado e com organizações parceiras. No entanto, o relatório *Corpos silenciados, vozes presentes: A violência no olhar das Mulheres Kaiowá e Guarani – Hete kirirîmayvujekaatekovai, Kuñangue* (Kuñangue Aty Guasu, 2020) introduz uma ruptura simbólica, ao incorporar mais expressões em guarani no título, marcando um gesto político-discursivo de afirmação identitária e de agência linguística.

Essa alternância entre títulos monolíngues e bilíngues evidencia não apenas a coexistência de diferentes públicos-alvo, o interno, das próprias mulheres Guarani e Kaiowá, e o externo, das instituições não indígenas, mas também a tensão discursiva que atravessa a produção textual indígena no Brasil. Assim, a escolha da língua no título dos relatórios pode ser interpretada como um gesto político-discursivo de resistência e visibilidade, em que a presença do guarani configura-se como estratégia de reivindicação discursiva e política frente às hierarquias coloniais impostas pela língua portuguesa.

Além disso, o próprio relatório, enquanto gênero institucional de matriz burocrática, é exemplo desse processo, porque as mulheres indígenas apropriam-se de formas legítimas do dizer estatal através de relatórios, petições, encaminhamentos, demandas formais, para assim produzir resistência, denúncia e mobilização política. O mesmo pode ser dito da interlocução com ONGs feministas, universidades e pesquisas acadêmicas, ainda que esses espaços se originem em matrizes ocidentais, eles podem funcionar como zonas de aliança crítica, desde que não enquadrem as epistemologias indígenas nos limites de categorias universais produzidas pela racionalidade colonial.

A análise dos diferentes relatórios evidencia a recorrência de formas de autoidentificação como "Mulheres Kaiowá e Guarani", "nós, mulheres Guarani e

Kaiowá", "Kuñangue", "nós Mulheres", "nossas matriarcas" e "Ñandesy". Essas escolhas lexicais distribuem-se ao longo de distintas edições da assembleia e aparecem em contextos de apresentação do movimento, formulação de reivindicações, denúncias de violência e afirmação da organização política das mulheres. Nos enunciados analisados, tais formas de nomeação não funcionam apenas como referências aos participantes da assembleia, mas como estratégias discursivas de constituição de um sujeito coletivo, que se reconhece e se legitima a partir do pertencimento ao povo Guarani e Kaiowá, da ancestralidade e da relação com o território. É a partir dessa recorrência lexical e dos contextos em que ela se realiza que se torna possível compreender como os relatórios constroem discursivamente a identidade política das mulheres indígenas.

Nesse sentido, a expressão "mulheres indígenas" não opera como simples categorização adjetivada nos moldes ocidentais modernos, mas como marca de uma subjetividade coletiva relacional, na qual corpo, território, espiritualidade e povo aparecem imbricados. Isso se evidencia também na recorrência de formulações como "nós mulheres Guarani e Kaiowá", "nosso corpo-território", "nossos direitos" e "nossa medicina ancestral", em que o pronome em primeira pessoa do plural e os possessivos produzem discursivamente uma identidade inseparável da experiência indígena coletiva.

É nesse ponto que a pesquisa e os feminismos decoloniais produzidos também por mulheres não indígenas podem contribuir de forma ética e politicamente situada, não para nomear/lutar por elas, mas para potencializar a escuta, ampliar a circulação das denúncias e tensionar estruturas institucionais de apagamento. A contribuição reside menos na tradução totalizante e mais na construção de alianças epistemológicas e políticas comprometidas com a autodeterminação das mulheres indígenas, compromisso que orienta a presente pesquisa.

As relações de poder marcadas pelo gênero e pela língua tornam-se ainda mais evidentes na materialidade dos relatórios, especialmente na forma como os títulos das diferentes edições são estruturados, articulando, ou não, a presença da língua portuguesa e da língua guarani, conforme tratado na seção 5.2. Aspecto esse que revela a disputa por reconhecimento, ela não se dá apenas no plano temático, como também estilístico-composicional, ou seja, no nível da própria superfície textual, em que a escolha da língua constitui gesto político de afirmação identitária e resistência à hierarquização colonial dos saberes e dos modos de dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta dissertação, retoma-se a problemática que orientou a pesquisa: compreender de que maneira questões relacionadas à categoria colonial de gênero social são (re)construídas discursivamente pelas mulheres Guarani e Kaiowá nos documentos produzidos no âmbito da *Kuñangue Aty Guasu – Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá*, considerando suas relações com colonialidade, identidade, território, violência, direitos e resistência. O percurso desenvolvido permitiu responder a essa questão ao evidenciar que os documentos analisados não se limitam ao registro das discussões realizadas nas assembleias, mas constituem práticas discursivas e sociais nas quais linguagem, identidade, poder e resistência se articulam de maneira indissociável.

Em consonância com o primeiro objetivo específico, a discussão teórica possibilitou compreender a categoria de gênero social para além de uma perspectiva universalizante, situando sua constituição nas relações históricas de poder que atravessam a modernidade/colonialidade. O diálogo com o feminismo decolonial, especialmente a partir de Lugones, permitiu problematizar a colonialidade de gênero como dimensão articulada às classificações raciais, territoriais e epistêmicas produzidas pela matriz colonial. Esse percurso teórico também possibilitou reconhecer que as experiências das mulheres indígenas não podem ser compreendidas exclusivamente a partir de categorias ocidentais universalizadas, uma vez que seus modos de existência, suas relações com o território, a ancestralidade, a coletividade e a espiritualidade produzem formas próprias de significação das relações sociais e de gênero.

Em relação ao segundo objetivo específico, o levantamento bibliográfico permitiu situar historicamente as experiências das mulheres Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, evidenciando que as violências que recaem sobre seus corpos não podem ser dissociadas dos processos de expropriação territorial, racismo, desigualdade, apagamento linguístico, violência institucional e negação de direitos. A literatura mobilizada demonstrou, ainda, que a condição das mulheres indígenas é atravessada simultaneamente por diferentes relações de poder, o que exige uma abordagem capaz de considerar a articulação entre gênero, raça, território, colonialidade e pertencimento étnico. Desse modo, o percurso bibliográfico ofereceu as bases históricas e conceituais necessárias para a interpretação dos documentos produzidos pela *Kuñangue Aty Guasu*.

O terceiro objetivo específico, voltado à análise dos documentos selecionados, constituiu o núcleo da investigação. A análise demonstrou que as questões relacionadas

ao gênero social atravessam os textos mesmo quando a palavra “gênero” não é explicitamente empregada. Sua presença discursiva manifesta-se na forma como os documentos constroem sujeitos, nomeiam experiências de violência, reivindicam direitos, apresentam relações entre corpo e território, valorizam a ancestralidade e afirmam formas coletivas de existência. Assim, a ausência de uma nomeação lexical direta da categoria não implica sua ausência discursiva. Ao contrário, as relações de gênero são produzidas e significadas por diferentes recursos linguísticos e discursivos mobilizados pelas enunciadoras.

À luz de Bakhtin, compreendeu-se que os documentos analisados apresentam regularidades temáticas, composicionais e estilísticas que permitem reconhecê-los como manifestações de um gênero discursivo relativamente estável. Entretanto, sua inserção em contextos políticos específicos demonstra que essas regularidades não significam reprodução passiva de modelos institucionais. O gênero relatório é apropriado e transformado pelas mulheres Guarani e Kaiowá, incorporando demandas, denúncias, memórias, conhecimentos, posicionamentos políticos e formas próprias de autoridade. Dessa maneira, o documento produzido após as assembleias ultrapassa sua função convencional de registro e passa a atuar como instrumento de interlocução, denúncia, reivindicação e incidência política.

Com base em Fairclough (2016), foi possível compreender que essa produção textual constitui uma prática discursiva articulada a práticas sociais mais amplas. A linguagem, nesse contexto, não apenas representa uma realidade previamente constituída, mas participa de sua produção e transformação. As escolhas linguísticas observadas nos documentos contribuem para construir posicionamentos, legitimar sujeitos, formular demandas e disputar sentidos no interior de relações de poder. Os relatórios, portanto, constituem espaços nos quais as mulheres não apenas falam sobre sua realidade, mas intervêm discursivamente nela.

A materialidade linguística analisada reforça essa compreensão. A recorrência de verbos como “exigimos”, “reivindicamos” e “denunciamos”, associada ao emprego de estruturas enumerativas e de paralelismos sintáticos, constrói uma escrita orientada para a ação. Esses verbos não funcionam apenas como elementos descritivos, mas instauram posicionamentos e configuram um sujeito enunciador que reivindica, denuncia, recusa e convoca. A linguagem assume, assim, caráter de intervenção política, contribuindo para a constituição de uma identidade coletiva feminina indígena que se apresenta como legítima interlocutora diante das instituições e do Estado.

Nesse processo, o pronome “nós” ocupa posição central. Mais do que uma categoria gramatical, seu uso recorrente atua na construção de pertencimento, autoria coletiva e agência política. Formulações como “nós somos a Kuñangue Aty Guasu”, “nós mulheres indígenas Defensoras de Direitos Humanos” e “Nós por nós” evidenciam a construção de um sujeito coletivo que articula pertencimento étnico, gênero, território e resistência. O “nós” desloca a enunciação de experiências individuais para uma dimensão coletiva e política, transformando experiências compartilhadas de violência e silenciamento em voz pública, reivindicação de direitos e produção de conhecimento.

Além disso, a presença da língua guarani também se mostrou fundamental para compreender a dimensão política da linguagem nos documentos. O hibridismo linguístico observado não se reduz a uma marca de pertencimento identitário, mas constitui uma forma de tensionamento da hegemonia de uma racionalidade monolíngue e eurocentrada. A alternância e a coexistência entre línguas revelam que a escrita dos documentos não está completamente subordinada às formas institucionais de produção discursiva. Ao inserir elementos linguísticos e epistemológicos próprios no espaço documental, as mulheres reafirmam que seus modos de nomear, compreender e significar o mundo também constituem formas legítimas de conhecimento.

Essa dimensão torna-se ainda mais significativa quando relacionada à centralidade das *Ñandesys*, das anciãs, das matriarcas, do *tekoha* e de elementos associados à espiritualidade. Esses elementos deslocam a concepção de autoridade fundada exclusivamente em parâmetros institucionais e ocidentais e introduzem, na materialidade documental, outras formas de legitimidade, memória e produção de conhecimento. O documento passa, desse modo, a comportar diferentes regimes de saber e autoridade, articulando escrita, oralidade, território, ancestralidade e coletividade.

Nesse sentido, os resultados confirmam a hipótese de que a linguagem constitui um território de disputa. Os documentos revelam uma tensão entre, de um lado, a necessidade de dialogar com instituições que operam predominantemente por meio de categorias jurídicas, administrativas e linguísticas externas e, de outro, a afirmação de formas próprias de conhecimento e enunciação. A língua portuguesa aparece frequentemente como instrumento de interlocução institucional, enquanto a presença do guarani reafirma pertencimentos, epistemologias e formas próprias de significação. Essa relação evidencia que a escolha linguística também participa das disputas por reconhecimento e legitimidade.

É nesse ponto que se situa a principal contribuição teórico-analítica desta

pesquisa: a proposição da noção de *proto-colonialidade do gênero*. A categoria é apresentada como uma formulação em construção, elaborada a partir do diálogo entre os Estudos Críticos da Linguagem, o feminismo decolonial e a análise do corpus. Seu propósito não é substituir a noção de colonialidade de gênero, mas ampliar a reflexão sobre os processos históricos de diferenciação e hierarquização que antecedem e posteriormente se articulam à matriz colonial moderna.

A proto-colonialidade do gênero, nesse sentido, é compreendida como uma categoria heurística para pensar formas históricas de organização e diferenciação social que, embora não correspondam integralmente à colonialidade moderna em sua configuração racializada e global, podem ser analisadas como antecedentes de determinados processos de hierarquização posteriormente reorganizados e intensificados pela modernidade colonial. A proposta parte, portanto, da necessidade de observar a historicidade das relações de poder sem apagar as especificidades da colonialidade moderna nem pressupor uma continuidade linear entre diferentes períodos históricos.

O corpus contemporâneo permite examinar a atualização de relações coloniais em procedimentos institucionais, formas burocráticas de escuta, políticas públicas genéricas, ausência de intérpretes e imposição de categorias externas. Esses dados, contudo, não demonstram, por si sós, a existência de hierarquias anteriores à colonialidade moderna. A investigação desses antecedentes constitui uma possibilidade de aprofundamento da categoria heurística proposta.

Entretanto, os documentos não apresentam as mulheres Guarani e Kaiowá exclusivamente como vítimas dessas estruturas. Ao contrário, uma das principais evidências da análise é a centralidade da agência discursiva. As mulheres se constituem como sujeitos que nomeiam a violência, formulam demandas, reivindicam direitos, denunciam omissões, constroem coletividades e produzem conhecimento. A análise permite, assim, deslocar uma leitura centrada apenas na violência sofrida para uma perspectiva que reconhece a capacidade de ação, elaboração política e produção epistêmica dessas mulheres.

É justamente nessa dimensão que a apropriação do gênero relatório adquire particular relevância. Historicamente associado a práticas institucionais de registro, organização e documentação, o relatório é ressignificado pelas mulheres Guarani e Kaiowá como espaço de memória, denúncia, reivindicação e resistência. Essa apropriação pode ser compreendida como uma forma de contra escrita, na medida em que as autoras utilizam uma forma discursiva reconhecida institucionalmente para inserir nela suas

próprias epistemologias, experiências e projetos políticos. O gênero documental deixa, assim, de ser apenas um instrumento de registro e converte-se em prática de autodeterminação e disputa por sentidos.

A análise permite afirmar, portanto, que a resistência não ocorre somente no conteúdo explicitamente reivindicatório dos documentos, mas também em sua própria forma de produção e enunciação. A escolha dos sujeitos que falam, a construção do "nós", a presença da língua guarani, a incorporação de saberes ancestrais, a valorização do território e a formulação direta de demandas constituem elementos de uma escrita que desloca os padrões hegemônicos de enunciação. A resistência manifesta-se, assim, na própria materialidade discursiva.

Os resultados permitem compreender como as identidades e as relações de gênero são representadas e disputadas nos documentos. Essa elaboração discursiva não implica reduzir a existência das mulheres à linguagem nem desconsiderar seus vínculos ancestrais, territoriais e espirituais. Nos documentos da *Kuñangue Aty Guasu*, essa construção ocorre por meio da articulação entre gênero, pertencimento étnico, território, ancestralidade e ação política. O sujeito coletivo "mulheres Guarani e Kaiowá" não apenas nomeia uma identidade, mas produz uma posição de enunciação a partir da qual essas mulheres reivindicam autoridade para falar sobre seus próprios corpos, territórios, comunidades e experiências.

Dessa perspectiva, a categoria de gênero não pode ser interpretada isoladamente, tendo em vista que nos documentos analisados, ela encontra-se profundamente articulada ao território e ao corpo, configurando uma compreensão situada da experiência das mulheres indígenas. O corpo-território, nesse contexto, não aparece apenas como objeto da violência, mas como espaço de memória, identidade, espiritualidade e resistência. As agressões dirigidas aos corpos das mulheres e aos seus territórios são apresentadas como dimensões interligadas de processos mais amplos de dominação, ao mesmo tempo em que a defesa do território se constitui como defesa da própria existência coletiva.

A partir desse conjunto de resultados, a pesquisa demonstra que as produções discursivas da *Kuñangue Aty Guasu* podem ser compreendidas como formas de teoria política em ato. Os documentos elaboram diagnósticos sobre violência, racismo, patriarcado, colonialidade e negação de direitos, mas não se restringem à denúncia. Neles também são construídas respostas ancoradas na coletividade, na ancestralidade, no território, na espiritualidade e em projetos próprios de existência. A produção discursiva, portanto, não apenas interpreta a realidade: organiza a ação coletiva e projeta

possibilidades de transformação.

Nesse horizonte, a reflexão de Krenak (2019), segundo a qual contar histórias constitui uma forma de adiar o fim do mundo, adquire especial sentido para a leitura dos documentos analisados. Essa aproximação permite compreender as narrativas, denúncias e memórias dos relatórios como práticas que participam da continuidade da vida coletiva. Ao registrar experiências e reivindicar condições de existência, as mulheres Guarani e Kaiowá também afirmam sua autoridade para interpretar o presente e formular possibilidades de futuro.

Ao perguntar "Somos mesmo uma humanidade?", Krenak (2019, p. 12) questiona uma concepção aparentemente universal de humanidade, historicamente vinculada à imposição de determinados modos de viver e conhecer. Sua crítica contribui para problematizar os parâmetros pelos quais algumas experiências são reconhecidas como legítimas, enquanto outras são desconsideradas. Na leitura dos relatórios da *Kuñangue Aty Guasu*, essa reflexão permite interrogar a exigência de que as mulheres traduzam suas experiências em categorias institucionais para que suas demandas sejam reconhecidas. A interlocução com o Estado, nesse contexto, envolve também a disputa pelas condições em que suas palavras podem ser ouvidas.

Krenak (2019, p. 14) destaca, ainda, a importância dos "vínculos profundos com sua memória ancestral", relacionando-os às referências que sustentam a identidade diante dos deslocamentos impostos às coletividades. Essa reflexão dialoga com a presença das *Ñandesys*, das matriarcas e do *tekoha* nos documentos analisados, sem pressupor uma equivalência entre as experiências do povo Krenak e as dos povos Guarani e Kaiowá. Nos relatórios, as referências à ancestralidade participam da afirmação de autoridades e conhecimentos que orientam as reivindicações contemporâneas. A memória, portanto, não se restringe à evocação do passado: integra os posicionamentos por meio dos quais as mulheres defendem seus territórios e sua participação nas decisões coletivas.

A aproximação com Krenak reforça, assim, a compreensão de que a continuidade dessas narrativas está relacionada às condições de existência de quem as enuncia. Preservar a palavra não pode ser dissociado da proteção dos corpos, das línguas, dos conhecimentos e dos territórios. Na interpretação desenvolvida nesta pesquisa, a escrita dos relatórios participa desse esforço ao reunir denúncias, registrar memórias e formular exigências dirigidas às instituições. Seu alcance, contudo, não se confunde com a garantia de atendimento dessas demandas: os documentos tornam públicas as reivindicações e registram a atuação política das mulheres, enquanto sua efetivação permanece vinculada

às disputas sociais e institucionais examinadas ao longo do trabalho.

É importante destacar, contudo, que a noção de *proto-colonialidade do gênero* constitui uma proposição inicial e não pretende apresentar uma categoria teórica acabada. Sua formulação decorre das questões suscitadas pelo corpus e permanece aberta ao aprofundamento conceitual e à confrontação com outros contextos históricos e socioculturais. Pesquisas futuras poderão investigar sua pertinência em outros povos indígenas, em diferentes períodos históricos e em outros gêneros discursivos, bem como tensionar seus limites, alcances e possíveis articulações com as teorizações já consolidadas sobre colonialidade, gênero e poder.

Assim, a contribuição desta dissertação não reside apenas na identificação da presença de questões de gênero nos documentos da *Kuñangue Aty Guasu*, mas na demonstração de que tais questões são construídas discursivamente por meio de formas específicas de enunciação, representação e agência. A análise evidencia que as mulheres Guarani e Kaiowá não ocupam apenas a posição de sujeitos representados nos documentos: elas são sujeitos que representam, interpretam, denunciam, reivindicam e produzem conhecimento sobre sua própria realidade.

Por fim, conclui-se que os documentos produzidos no âmbito da *Kuñangue Aty Guasu* não apenas registram os efeitos da colonialidade sobre os corpos, os territórios, as línguas e as espiritualidades indígenas, mas também constituem espaços discursivos nos quais as mulheres Guarani e Kaiowá produzem e disputam sentidos sobre gênero, identidade, direitos e resistência. A análise evidenciou que essas questões são construídas mesmo quando a categoria "gênero" não é explicitamente nomeada, materializando-se em escolhas lexicais, formas de enunciação, usos pronominais, estruturas argumentativas, reivindicações coletivas e na articulação entre corpo, território, ancestralidade e pertencimento. Nesse processo, a escrita deixa de operar exclusivamente segundo a lógica documental institucional e passa a constituir-se como prática política, epistêmica e coletiva.

Sendo assim, a noção de *proto-colonialidade do gênero*, proposta nesta pesquisa como categoria teórico-analítica em construção, busca contribuir para a compreensão dos processos históricos de diferenciação e hierarquização que antecedem e se articulam posteriormente à colonialidade moderna do gênero. Mais do que oferecer uma categoria conclusiva, essa proposição abre uma possibilidade interpretativa para investigações futuras, especialmente aquelas interessadas nas relações entre linguagem, gênero, colonialidade e experiências indígenas. Assim, os documentos da *Kuñangue Aty Guasu*

revelam que a palavra enunciada desde o território, a ancestralidade e a coletividade não apenas denuncia relações de poder, mas também produz agência, memória, conhecimento, resistência e possibilidades de autodeterminação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Claudia da Silva. **Violência contra mulheres indígenas: feminismo comunitário e o território-corpo como forma de resistência.** *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, v. 4, n. 3, p. 13–43, 2022. DOI: 10.29327/2193997.4.3-2. Disponível em: https://revista.defensoria.df.gov.br/index.php/revista/article/view/165. Acesso em: 28 set. 2025.

ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ**. Invasão do território Guarani-kaiowá. *Aty Guasu: blog da Aty Guasu Guarani-Kaiowá,* 2012.** Disponível em: https://atyguasu.blogspot.com/2012/08/. Acesso em: 3 jul. 2025.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** Prefácio de Roman Jakobson. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BENITES, Eliel Benites**. Oguata Pyahu: uma nova caminhada Guarani e Kaiowá.** Dourados: UFGD, 2014.

BENITES, Eliel. **A Busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá. 2021.** 267 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

BENITES, Eliel. **Oguata Pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da aldeia Te'ýikue.** 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

BENITES, Tonico. **A resistência Guarani e Kaiowá. Entrevista ao Instituto Socioambiental – ISA, 2015.** Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org. Acesso em: 3 jul. 2025.

BENITES, Tonico. **História da ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ/MS, entenda o contexto.** *Notas da Aty Guasu*, [S.l.], 23 nov. 2012. Disponível em: https://www.google.com/search?q=https://atyguasu.blogspot.com/2012/11/historiadaatyguasu-guarani-kaiowams.html. Acesso em: 4 mai. 2025.

BENITES, Tonico. **Rojero kyhina ha roikejevytekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha.** 270 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional – PPGAS, Rio de Janeiro:

UFRJ/MN/PPGAS, 2014. Acesso em: 4 mai. 2025.

BENITES, Tonico. **Trajetória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais tekohaguasu.** *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 2, p. 165–174, jul./dez. 2012. DOI: 10.52426/rau.v4i2.83. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRAND, Antonio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani.** Porto Alegre: PUCRS, 1997.

BRASIL DE FATO**. Número de feminicídios indígenas cresce 500% em 10 anos.** Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/05/24/numero-de-feminicidios-indigenas-cresce-500-em-10-anos. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego. 3º Relatório de Transparência Salarial: mulheres recebem 20,9% a menos do que os homens. [S.l.]: Gov.br, 7 abr. 2025a.** Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/abril/3o-relatorio-de-transparencia-salarial-mulheres-recebem-20-9-a-menos-do-que-os-homens. Acesso em: 16 jun. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Direitos dos Povos Indígenas.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/954625-mulheres-indigenas-denunciam-preconceito-sequestro-e-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes/. Acesso em: 16 jun. 2025.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Direitos dos povos indígenas e a Constituição de 1988: avanços e retrocessos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 123-130.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 30 jun. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra na sociedade brasileira – O papel do movimento feminista na luta antirracista.** In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **História do Negro no Brasil.** Brasília: Publicação da Fundação Cultural Palmares-Minc, v. 1, 2004, p. 1-142.
CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

CHAMORRO, Graciela. **A espiritualidade guarani: uma teologia ameríndia da palavra**. São Leopoldo: EST, 2008.

CHAMORRO, Graciela. **Histórias, línguas e culturas dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul.** [Entrevista realizada em 05 de outubro de 2020]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 32, e 033, jan./abr. 2021. Entrevistadora: Claudia

Nichnig.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2022**. Brasília, DF: Cimi, 2023. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf. Acesso em: 19 out. 2026.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Um grito das mulheres Kaiowá e Guarani contra os colonialismos de dominação da terra, dos saberes e do corpo.** Disponível em: https://cimi.org.br/2018/07/um-grito-das-mulheres-kaiowaeguaranicontraoscolonialismos-de-dominacao-da-terra-dos-saberes-e-do-corpo/. Acesso em: 28 set. 2025.

CORRÊA, Marilena. **As Parcialidades Históricas de um País Estruturado pelo Regime de Trabalho Escravo.** *Revista Práxis e Cultura*, v. 1, n. 1, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.** *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

FAIRCLOUGH, Norman**. Analysing discourse: textual analysis for social research.** London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e poder.** Tradução de Carlos Rodrigues Brandão. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRAZ, Karina. **O neocolonialismo e a desterritorialização dos povos Guarani e Kaiowá.** *Espace Politique*, n. 38, 2018. Disponível em: https://journals.openedition.org/espacepolitique/4203?lang=en. Acesso em: 28 set. 2025.

FERRÉ, Ingryd Fernandes Da Silva. **KUNANGUE ATY GUASSU: Ecoando as vozes das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2023.** 156 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5785/1/IngrydFernandesdaSilvaFerr%C3%A9.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias.** Rio de Janeiro: E-

papers, 2020.

FERRETTI, V. A. de S. **O gênero discursivo e a disputa pelas formas de (re)construção das práticas sociais.** *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 81–106, 2021. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/48439. Acesso em: 3 out. 2025.

FERRETTI, Vanessa Arlesia de Souza; BARBOSA MENESES, Fernanda**. O gênero Relatório Final XI Kuñangue Aty Guasu, Grande Assembleia de Mulheres Kaiowá e Guarani de MS: uma análise dialógica.** ARREDIA, v. 8, n. 14, p. 64–85, 2025. DOI: https://doi.org/10.30612/arredia.v8i14.19441. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/arredia/article/view/101-122. Acesso em: 27 ago. 2026.

FORBES BRASIL. **Mulheres ocupam 38% dos cargos de liderança no Brasil e são mais bem avaliadas pelo time.** *Forbes Mulher*, 2024. Disponível em: https://forbes.com.br/forbesmulher/2024/03/mulheresocupam38doscargosdeliderancanobrasil-e-sao-mais-bemavaliadas-pelo-time/. Acesso em: 2 jul. 2025.

FREITAS, Glênio Alves de; MARCON, Gláucia Elisete Barbosa; WELCH, James Robert; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. **Análise dos casos de violência por parceiro íntimo contra mulheres indígenas notificados na macrorregião de Dourados-MS, Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 29, n. 12, e10312024, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320242912.10312024.

FUNARI, Pedro Paulo A.; FLORENZANO, Maria Beatriz B.; SILVA, Glaydson José da (org.). **Repensando o mundo antigo: cidadania, política e gênero.** Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. **Mulheres indígenas e sua luta para preservar a cultura, meio ambiente e por justiça social.** Disponível em: https://www.fundobrasil.org.br/blog/as-mulheres-indigenasesuacontribuicaoparapreservar-a-cultura-meio-ambiente-e-luta-por-justica-social/. Acesso em: 16 jun. 2025.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades.** In: FANY, Ricardo (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

GREENPEACE BRASIL. Guia Mobilização em Solidariedade aos Povos Indígenas. Greenpeace Brasil, 2025. Disponível em: https://conexaoverde.greenpeace.org.br/group/greenpeacegreenwirebrazil/topic/guiamobilizacao-em-solidariedade-aos-povos-indigenas. Acesso em: 2 jul. 2025.

GREENPEACE BRASIL. **Marco temporal: o que é e por que ameaça a existência dos povos indígenas.** Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/blog/marco-temporal-o-que-e-e-por-que-ameaca-a-existencia-dos-povos-indigenas/. Acesso em: 16 jun. 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu

da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

hooks, bell**. Ain't I a Woman?: Black women and feminism.United States: South End Press, 1981.** Tradução livre para a Plataforma Gueto: *Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo*. Janeiro de 2014.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 24. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo: segunda apuração**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73103. Acesso em: 19 out. 2026.

IPAM. **As mulheres indígenas são as principais responsáveis pela roça.** Disponível em: https://ipam.org.br/as-mulheres-indigenas-sao-asprincipaisresponsaveispelarocadoplantio-a-colheita-diz-educadora/. Acesso em: 16 jun. 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUÑANGUE ATY GUASU. **Corpos silenciados, vozes presentes: A violência no olhar das Mulheres Kaiowá e Guarani – Hete kiririmayvujekaatekovai, kuñangue.** 2020. Disponível em: https://lutafob.org/wp-content/uploads/2020/12/Corpossilenciados_resumo_pagsimples_v04.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

KUÑANGUE ATY GUASU. **Documento final do 4º Aty Guasu das Mulheres Guarani e Kaiowá**. Cimi, 8 abr. 2013. Disponível em: https://cimi.org.br/2013/04/34598/. Acesso em: 4 out. 2026.

KUÑANGUE ATY GUASU. **Documento final da VI Kuñangue Aty Guasu, 2018.**

Amambai-MS, 2018. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Documento-Final-da-VIKun%C3%A3gue-AtyGuasu.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

KUÑANGUE ATY GUASU. **Documento final da VII Kuñangue Aty Guasu. 2019. Tekohá Yvy Katu Potrerito, Japorã-MS, 2019.** Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2019/10/relatoriofinaldaviikunangueatyguasu2019.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

KUÑANGUE ATY GUASU. **Documento final do Aty Kuña, 2.** Dourados-MS, 2012.

KUÑANGUE ATY GUASU. **Documento final do Aty Kuña, 3. Sete Quedas-MS, 2013.**

KUÑANGUE ATY GUASU. **Manifesto VIII Kuñangue Aty Guasu – Grande Assembleia de Mulheres Kaiowá e Guarani, 2020.** Disponível em: https://lutafob.org/wp-content/uploads/2020/12/Manifesto_menor.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

KUÑANGUE ATY GUASU. **Mapeamento da Violência - Relato 4. YouTube, 2022**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jj59W80dSZM. Acesso em: 24 out. 2025.

KUÑANGUE ATY GUASU. **Relatório da X Assembleia da Kuñangue Aty Guasu**. 2022. Disponível em: https://www.kunangue.com/_files/ugd/c27371_377451d397ab4a9b8de2d4a49ed46054.pdf. Acesso em: 2 out. 2025.

KUÑANGUE ATY GUASU. **Relatório Final da XI Kuñangue Aty Guasu, Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani de MS. 2024.** Disponível em: https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/component/edocman/direitoshumanos/indigenas/relatorio-final-xi-kunangue-aty-guasu-grande-assembleia-das-mulheres-kaiowa-e-guarani-de-ms. Acesso em: 4 mai. 2025.

KUÑANGUE ATY GUASU; OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU. **Intolerância religiosa, racismo religioso e casa de rezas queimadas em comunidades Kaiowá e Guarani.** Dourados, MS: Kuñangue Aty Guasu; O.K.A., 2022.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100609022646/colonialidad.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

LESCANO, Claudemiro Pereira; MEDEIROS, Heitor Queiroz. **Tavyterã Reko Rokyta: os pilares da educação Guarani Kaiowá nos processos próprios de ensino e aprendizagem, 2016.** 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.

LUGONES, María. **Colonialidad y género.** Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73–101,

jul./dez. 2008. DOI: https://doi.org/10.25058/20112742.340.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial.** *Revista Estudos Feministas*, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. DOI: 10.1590/S0104-026X2014000300013. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755. Acesso em: 2 jul. 2025.

MARTINS, D. V. et al. **Educação escolar indígena à luz das epistemologias decoloniais e da sobre culturalidade.** In: IORIS, A. A. R.; SERAGUZA, L.; LADEIA, E. S. (org.). **Guarani e Kaiowá: modos de existir e produzir territórios.** v. 5. Curitiba: Appris, 2024. p. 55-70.

MELIÀ, Bartomeu. **Memória, História e futuro dos povos indígenas.** In: CHAMORRO, Graciela; COMBES, Isabelle (Org**.). Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.** Dourados: UFGD, 2015.

MELIÀ, Bartomeu. **O guarani: uma língua, uma história**. Assunção: CEPAG, 2012.

MELIÀ, Bartomeu. **Tekoporã: formas do bom viver guarani, memória e futuro.** In: SILVEIRA, Nádia Heusi; MELO, Clarissa Rocha de; JESUS, Suzana Cavalheiro de (org.). Diálogos com os Guarani: articulando compreensões antropológicas e indígenas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. p. 21–26. E-book. Disponível em: https://doi.org/10.5007/978-65-5805-034-6. Acesso em: 18 jan. 2026.

MIGNOLO, Walter D. **Sou o que penso: geopolítica do conhecimento e as diferenças coloniais epistêmicas.** In: MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento.** [S.l.]: Humanitas, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NICHNIG, Cláudia Regina. **Corpos-territórios Kaiowá e Guarani na Kuñangue Aty Guasu: em luta contra as violências de gênero.** Florianópolis: UFSC, 2024.

NICHNIG, Cláudia Regina; SAMPAIO, Paula Faustino. **A luta dos(as) Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul por Kunã Aranduhá.** *Fronteiras*, [S.l.], v. 22, n. 39, p. 212–224, 2020. DOI: 10.30612/frh.v22i39.12579. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/12579. Acesso em: 28 mai. 2025.

NÓBREGA, Manoel da. **Cartas Jesuíticas I: Cartas do Brasil.** Organização e notas de Serafim Leite. São Paulo: Itatiaia e Universidade de São Paulo, 1988.

OLIVEIRA, E. A.; PINTO, Joana Plaza. **Linguajamentos e contra-hegemonias epistêmicas sobre linguagem em produções escritas indígenas.** *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 11, n. 2, p. 311-335, mai./ago. 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de**. O nascimento do Brasil e outros ensaios: povoamento, sociedade e cultura.** Rio de Janeiro: ContraCapa, 2000.

ONU MULHERES. **Estudo de caso: mulheres indígenas Kaiowá e Guarani: liderando metodologia inovadora para documentação de campo sobre violência e discriminação.** Brasília, DF: ONU Mulheres, 2024. https://www.onumulheres.org.br/publicacoes/estudo-de-caso-mulheres-indigenas-kaiowa-eguaraniliderandometodologiainovadoraparadocumentacao-de-campo-sobre-violencia-e-discriminacao/.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno.** São Paulo: USP, 2004.

PEREIRA, Levi Marques. **Levantadores de parentela kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul.** In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Diálogos com os Guarani**. Dourados: Editora UFGD, 2010. p. 41–53.

PEREIRA, Levi Marques; SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário e (org.). **Etnologia Guarani: diálogos e contribuições**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2022. DOI: https://doi.org/10.30612/9788581471853.

PEREIRA, Lucia. **As Políticas públicas para a saúde indígena e a política de saúde das mulheres Kaiowá da reserva de Amambai, MS: aproximações e impasses.** 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

PINHEIRO, L. S. **Movimento de mulheres camponesas: uma análise do feminismo camponês popular.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. p. 68-130.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica: resgatando noções preliminares.** In: RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa.** Campinas, SP: Pontes, 2011.

RAMIRES, Lauanda Liz Ribeiro; MARTINS, Catia Paranhos. **Mulheres Guarani, Kaiowá e Terena em movimento: preservando seus saberes e práticas, transformando o futuro.** In: IORIS, Antonio Augusto Rossotto; SERAGUZA, Lauriene; LADEIA, Elaine da Silva (org.). **Guarani e Kaiowá: modos de existir e produzir territórios.** v. 5. Curitiba: Appris, 2024. p. 149-166.

RIBEIRO, P. R. M. **Por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa... a educação sexual no Brasil nos documentos da inquisição dos séculos XVI e XVII.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. Anais... Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Educação, 2005. p.1-15.

ROCHA, Mylena Garcete**. Etnomídia e interseccionalidades: práticas comunicativas das mulheres Guarani e Kaiowá no Instagram.** 2024. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/9672. Acesso em: 19 out. 2026.

ROSSATO, Veronice Lovato. **Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e os Guarani em Mato Grosso do Sul – "Será o letrão ainda um dos nossos?".** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth I. B**. Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, J. F. **Refletindo sobre a atuação política das mulheres Guarani e Kaiowá.** 2024. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-08/1722488400_3accb404998f341d33a039b076df48e0.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, 2009. DOI: https://doi.org/10.63595/rbhcs.v1i1.10351.

SCALIA, Anne Caroline Mariank Alves; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Hibridismo cultural: o imaginário europeu na construção da sexualidade feminina do primeiro século de colonização brasileira.** *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 6, n. 1, p. 106–115, 2012. DOI: 10.21723/riaee.v6i1.4802. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/4802. Acesso em: 22 out. 2025.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial.** Tradução de Rose Barboza. *E-cadernos CES*, n. 18, p. 106–131, 2012. DOI: 10.4000/eces.1533.

SEGATO, Rita Laura**. La guerra contra las mujeres.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2003.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos.** Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes/Prometeo, 2003.

SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário e. **As donas do fogo: política e parentesco nos mundos guarani**. 2023. 352 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Versão corrigida. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17022023-161454/pt-br.html. Acesso em: 19 out. 2026.

SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário e. **Aty Kuña Guasu: sexualidade e relações de gênero entre os Kaiowá e os Guarani.** In: PEREIRA, Levi Marques; SILVESTRE,

Célia Foster; CARIAGA, Diógenes Egídio (org.). **Saberes, sociabilidades, formas organizacionais e territorialidades entre os Kaiowá e os Guarani em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2018. p. 49–68.

SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário e. **Cosmos, corpos e mulheres Kaiowa e Guarani de Aña à Kuña**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/116. Acesso em: 19 out. 2026.

SOUZA, Valdenir de. **Formação de professores Guarani e Kaiowá: práticas pedagógicas interculturais do curso normal médio intercultural indígena Ará Verá na perspectiva da V turma 2015. 2019.** 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TERRAS INDÍGENAS. **Povos Guarani e Kaiowá: território, resistência e identidade.** Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/. Acesso em: 28 set. 2025.

VAN DIJK, Teun A. **Ideologia e discurso: uma introdução multidisciplinar**. Tradução de Cleide Costa Paiva. São Paulo: Contexto, 2016.

VAN LEEUWEN, Theo. **A representação dos actores sociais.** In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional.** Lisboa: Caminho, 1998. p. 17–49.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-71.

APÊNDICE A – REGISTRO DO USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizadas as ferramentas de Inteligência Artificial *ChatGPT* e *NotebookLM* como recursos auxiliares em diferentes etapas do trabalho acadêmico. Sua utilização esteve relacionada à localização e à conferência de informações, ao levantamento bibliográfico, à organização documental e à consulta de materiais relacionados à investigação. Esses recursos foram empregados de maneira complementar aos procedimentos metodológicos, sem substituir a leitura dos documentos, a consulta às fontes originais e a análise realizada pela pesquisadora.

O *ChatGPT* foi utilizado principalmente para recuperar informações relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa, localizar trechos em documentos e conferir dados presentes no material consultado. Entre as solicitações realizadas, estiveram a identificação de passagens específicas, a indicação de páginas dos PDFs, a verificação da ocorrência de palavras e expressões e a conferência de informações bibliográficas. Também foram realizadas consultas para identificar títulos de obras, anos de publicação e correspondências entre citações presentes no texto e suas respectivas referências.

No tratamento do material documental, a ferramenta auxiliou na localização de informações específicas no *corpus* e na conferência de ocorrências linguísticas selecionadas para investigação. Entre os comandos utilizados, encontram-se: “localize este trecho e indique a página”; “conte as ocorrências da palavra ‘nós’”; “verifique se esta expressão aparece no documento”. Essas solicitações contribuíram para a identificação de passagens e a organização dos registros utilizados ao longo da pesquisa. As informações recuperadas foram conferidas nos documentos originais, considerando-se o contexto em que os elementos linguísticos apareciam.

Outra finalidade de utilização do *ChatGPT* esteve relacionada à consulta de informações bibliográficas. Foram realizadas solicitações como: “Qual é a referência de [autor/obra]?” e “localize a referência correspondente a esta citação”. Essas consultas auxiliaram na identificação de dados referentes aos autores e às obras mobilizadas na fundamentação teórica, bem como na localização de referências correspondentes às citações presentes no texto. As informações obtidas foram verificadas nos registros bibliográficos e nas fontes disponíveis, uma vez que as respostas da ferramenta não constituíam comprovação suficiente dos dados apresentados.

O *ChatGPT* também foi utilizado para recuperar informações de conversas

anteriores relacionadas à pesquisa, especialmente aquelas referentes a decisões e registros produzidos durante o desenvolvimento do trabalho. Esse recurso permitiu retomar informações previamente organizadas e localizar dados relacionados às etapas da investigação. As informações recuperadas foram consideradas de acordo com sua pertinência e conferidas sempre que relacionadas a documentos, referências ou dados específicos.

O *NotebookLM*, por sua vez, foi utilizado principalmente para consulta aos documentos disponibilizados na plataforma. Sua utilização esteve concentrada na localização de palavras, expressões, trechos e informações específicas presentes nos arquivos. As consultas permitiram recuperar passagens dos materiais inseridos e identificar informações que demandavam verificação posterior. Dessa forma, a ferramenta foi empregada como recurso de apoio à consulta documental e à organização das informações reunidas durante a pesquisa.

As duas ferramentas foram utilizadas com finalidades complementares. Enquanto o *NotebookLM* foi empregado sobretudo na consulta e na recuperação de informações dos arquivos disponibilizados na plataforma, o *ChatGPT* foi utilizado em atividades de localização de trechos, recuperação de informações anteriores, conferência de ocorrências linguísticas e consulta bibliográfica. Em ambos os casos, os resultados foram considerados auxiliares e submetidos à verificação, não sendo utilizados como fontes autônomas de comprovação dos dados da pesquisa.

A utilização desses recursos exigiu atenção à confiabilidade das informações apresentadas. As ferramentas de Inteligência Artificial podem produzir respostas imprecisas, incompletas ou incompatíveis com o conteúdo dos documentos consultados. Por essa razão, as informações recuperadas foram conferidas nas fontes originais antes de sua utilização. A localização de uma passagem, a identificação de uma referência ou a contagem de ocorrências não dispensaram a verificação direta do material documental e bibliográfico correspondente.

No que se refere aos procedimentos de análise discursiva, a seleção dos documentos e dos excertos, a definição das categorias analíticas e a interpretação dos dados foram realizadas pela pesquisadora, em consonância com os objetivos e os pressupostos teórico-metodológicos da investigação. As ferramentas auxiliaram em tarefas de localização, recuperação e organização de informações, enquanto as decisões relativas ao percurso analítico permaneceram vinculadas à leitura do corpus e à aplicação do referencial teórico adotado.

Assim, a responsabilidade pela constituição e delimitação do corpus, pela seleção e contextualização dos excertos, pela definição das categorias de análise, pela fundamentação teórica e pela interpretação dos resultados permaneceu integralmente com a pesquisadora. O emprego das ferramentas não alterou a autoria das decisões metodológicas nem a responsabilidade intelectual pelo desenvolvimento e pelas conclusões da pesquisa.

Nota: Os comandos apresentados neste apêndice foram organizados e redigidos de forma padronizada para fins de sistematização e transparência do percurso investigativo. Portanto, não constituem transcrição integral de todas as interações realizadas com as ferramentas, mas exemplos representativos das finalidades e dos tipos de solicitações empregados durante o desenvolvimento da pesquisa.